

E D I T O R I A L

Em meio a um turbilhão de mudanças, mais uma Revista Três Pontos chega ao leitor, trazendo um compêndio da produção acadêmica de alunos de graduação de áreas afins às Ciências Sociais, das mais diversas Instituições de Ensino Superior Brasileiras. Neste segundo semestre de 2009, face ao surgimento de tantos novos cursos irmãos de nossas Ciências Sociais na UFMG – Antropologia Noturno, Gestão Pública, Ciências do Estado, entre outros – a importância de uma publicação como esta se evidencia.

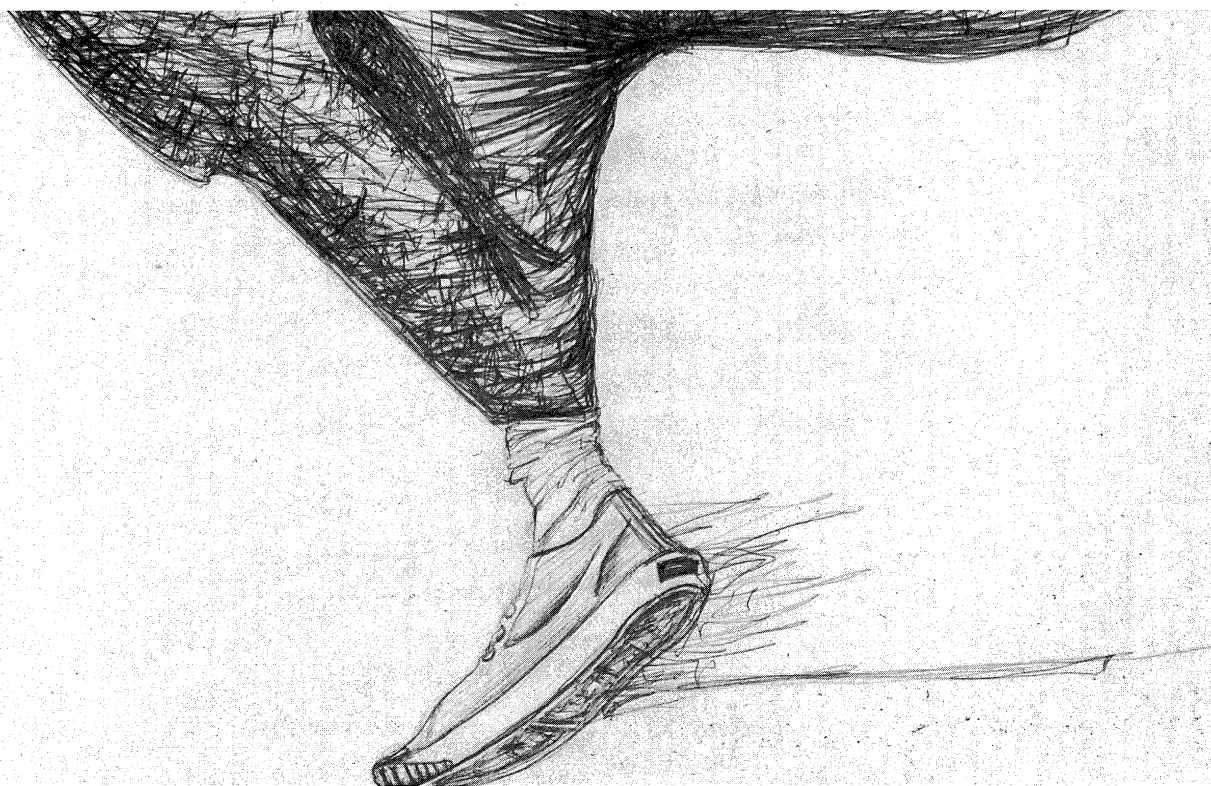
A Revista Três Pontos se coloca mais uma vez como um importante veículo de informação na área das Ciências Humanas; uma via em contra mão à tendência geral que parece sempre apontar para a especialização do conhecimento. Nós, os alunos da graduação, ainda prezamos por uma formação ampla e é este um dos maiores motivos pelos quais o projeto se mantém vivo e se revigora a cada edição lançada.

Iniciativa do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, a trajetória da Revista Três Pontos tem seu início em 2004; quando os idealizadores do projeto, na época estudantes de graduação, colocaram em debate a criação deste espaço. A Revista trás no nome três pontos, simbolizando os pilares do saber (antropologia, sociologia, ciência política) que sustentam a graduação em Ciências Sociais, mas que juntos são as reticências que permitem ultrapassar os limites de cada área. Não se trata aqui de ver dragões em moinhos, mas de entender que é no somatório de ventos, e não na repartição, que a realidade ganha movimento. Por detrás da divisão rígida e categórica que se dá aos pontos e vírgulas, perece, subaproveitado, um espaço liminar de ricas possibilidades, intercâmbios, diálogos, transdisciplinariedade.

Se o curso de Ciências Sociais parece cada vez mais deslocado dentro da academia especializada, visto ao lado das novas graduações, nós seguimos certos de nossa empreitada: unir numa só publicação trabalhos que versem sobre as mais distintas áreas afins às ciências sociais. Esta edição não foge a linha, e traz em si artigos que dizem de sociologia, ciência política e antropologia, que flertam com a filosofia e com a psicologia, refletem sobre trabalhos de extensão e pensam as Ciências Sociais de maneira abrangente. Trazemos ainda, a entrevista com o professor Fábio Wanderley Reis, grande referência nas reflexões sobre a ciência política brasileira que apóia o projeto da Revista desde sua gestação como integrante de nosso Conselho Consultivo.

É por meio das nossas parcerias que a revista se perpetua há cinco anos completos, e que segue sendo uma publicação de referência na área de Ciências Sociais, voltada exclusivamente para alunos de graduação. Aproveitamos o espaço, pois, para agradecer aos pareceristas que atuaram neste volume, aos autores de todo o Brasil que seguem submetendo trabalhos de extrema qualidade e ao Conselho Consultivo que nos alicerça e estimula. Finalmente, nos cabe agradecer à Diretoria da FAFICH e ao Centro Acadêmico de Ciências Sociais (CACS / UFMG) que compartilham conosco, desde a primeira edição, a fé no projeto e a certeza de que este é um espaço ímpar de incentivo aos primeiros passos do trilhar acadêmico de muitos estudantes da graduação. Desejamos, a todos, uma boa leitura.

Conselho Editorial da Revista Três Pontos



A REVISTA TRÊS [...] PONTOS, revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, é um periódico com publicação semestral, destinada a estimular a produção de conhecimentos científicos de graduandos e promover o debate teórico e empírico sobre os temas de interesse das Ciências Sociais. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS é uma iniciativa de estudantes da UFMG e tem abrangência ampla e plural no que diz respeito a posições científicas e político-ideológicas. A REVISTA TRÊS [...] PONTOS publica artigos, resenhas e trabalhos artísticos inéditos que tenham passados pelo crivo de pareceristas anônimos designados pela comissão editorial.

EXPEDIENTE REDAÇÃO:

REVISTA TRÊS [...] PONTOS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal de Minas Gerais
Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627. FAFICH/UFMG – Sala 4188.
Pampulha – CEP 31270-000. Belo Horizonte – MG. Telefone/Fax 31-3441-4603.
revistatrespontos@fafich.ufmg.br - www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos

EDITOR-EXECUTIVO:

Amanda Horta (Discente-UFMG)

EDITOR-ADJUNTO:

Victor Alcantara e Silva (Discente-UFMG)

CONSELHO EDITORIAL:

Profa. Ana Lúcia Modesto (SOA-UFMG)
Ana Luísa Pinheiro (Discente - UFMG)
Prof. Carlos Ranulfo Félix de Melo (DCP-UFMG)
Prof. Eduardo Viana Vargas (SOA-UFMG)
Fernando Salum (Discente-UFMG)
José Paulo Neto (Discente-UFMG)
Luísa Mesquita (Discente-UFMG)
Profa. Marlise Matos (DCP-UFMG)
Prof. Renarde Freire Nobre (SOA-UFMG)
Rogério Silva Júnior (Discente-UFMG)
Will Pena (Discente-UFMG)

COLABORADORES:

Stephanie Reis (Discente - UFMG)

CONSELHO CONSULTIVO:

Prof. Carlos Pereira (University of Michigan/EUA)
Prof. Cícero Araújo (USP)
Prof. Fábio Wanderley Reis (UFMG)
Prof. Gustavo Lins Ribeiro (UnB)
Prof. Ivan Domingues (UFMG)
Prof. Leonardo Avritzer (UFMG)
Prof. Marcelo Medeiros (IPEA / PNUD)
Profa. Maria de Lourdes Dolabella Pereira (UFMG)
Profa. Mariza Corrêa (Unicamp)
Profa. Neuma Aguiar (UFMG)
Prof. Pierre Sanchis (UFMG)
Prof. Renan Springer de Freitas (UFMG)
Prof. Solange Simões (University of Michigan/ EUA)

PROJETO GRÁFICO: Gilmar Campos

DIAGRAMAÇÃO: Arthur Senra

CAPA: Arthur Senra

IMAGENS:

Anderson Serra pág. 87
Marcos Mesquita págs. 81,83, 94,97, 102, 105, 106, 128
Raquel Rodrigues págs. 90, 113, 114, 116, 119, 120, 122, 133

FICHA CATALOGRÁFICA: Biblioteca Fafich-UFMG.

IMPRESSÃO: Gráfica O Lutador

TIRAGEM: 400 exemplares

Circulação: agosto de 2010.

Número publicado com recursos provenientes do Centro Acadêmico de Ciências Sociais e da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, todos da Universidade Federal de Minas Gerais.

OS CONCEITOS EMITIDOS EM ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE ABSOLUTA E EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. OS TRABALHOS PUBLICADOS NA REVISTA PODERÃO SER REPRODUZIDOS DESDE QUE CITADO O AUTOR E A FONTE.

Revista Três Pontos : revista do Centro Acadêmico de Ciências Sociais.
- Ano 6, n.2 (jul 2009 / dez 2009). - Belo Horizonte: O Lutador, 2010 - .

V. : 30,5 cm. Semestral
Editor: Centro Acadêmico e Ciências Sociais/UFMG
ISSN:1808-169X

1 Teoria social - Periódicos 2.Ciência Política - Periódicos 3. Sociologia e Antropologia
- Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. II. Centro Acadêmico de Ciências Sociais. III. Título



Sumário

85

Arte e política em Belo Horizonte: uma análise da produção cultural das décadas que antecederam o modernismo plástico mineiro

Cláudia Ayer e Raquel Rodrigues

93

Incubação de empreendimentos solidários: um desafio constante para a extensão universitária

Danielle Patrícia Mendes Lopes, João Marcus, Lânia Mara Silva, Luciana da Silva Oliveira, Maria Aparecida de Oliveira e Maria Clara Pessoa

101

O Erotismo e o Sagrado: passagens por Freud e Bataille

Júlia Vilaça Goyatá

109

Pensando o Brasil: escândalos, corrupção e cultura

Claudia Fioretti Bongianino

119

Sociologia no Ensino Médio: entre a intermitência e o desafio

Luisa Barbosa e Bruna Lucila

Resenha

127

LESSA, Sergio. (2007), Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo, Cortez

Pedro Henrique Santos Queiroz

Entrevista

129

Entrevista com Fábio Wanderley Reis

Frederico Batista Pereira e Guilherme Alberto Rodrigues



Arte e política em Belo Horizonte: uma análise da produção cultural das décadas que antecederam o modernismo plástico mineiro¹

Cláudia Ayer

Graduanda em
Ciências Sociais /
UFMG

**Raquel
Rodrigues**

Graduanda em
Ciências Sociais /
UFMG

Palavras chave:
arte, política,
Belo Horizonte

Key words:
arts, politics,
Belo Horizonte

RESUMO: O trabalho procura explorar as relações entre arte e política nas décadas de 10, 20 e 30 do século XX em Belo Horizonte. As artes plásticas desse período são freqüentemente consideradas irrelevantes e inexpressivas. Pretendemos sugerir a importância da produção artística desse momento na cidade. Para tanto, investigaremos as redes de relações entre artistas, críticos, políticos e instituições da época, pensando como a dimensão política influenciou a produção das obras. Serão utilizados conceitos de sociólogos importantes na área dos estudos culturais, como Howard S. Becker e Pierre Bourdieu.

ABSTRACT: This research aims to understand the relationship between art and politics during the years 10, 20 and 30's of the 20th century in Belo Horizonte. The art from that time is often considered irrelevant and negligible. We intent to suggest the importance of the artistic production of this moment in the city. In this way, this article investigates the networking relations of artists, critics, politicians and institutions, considering how such political thinking has influenced art production. Concepts on cultural studies developed by remarkable sociologists were the basis for this review, especially theories from Howard S. Becker and Pierre Bourdieu.

Introdução

O trabalho visa entender a relação entre arte e política nas décadas de 10, 20 e 30 do século XX em Belo Horizonte. Pretendemos identificar como as relações políticas e sociais instituídas na época influenciaram a produção cultural e artística. O período analisado é constituído pelas décadas que antecederam o movimento modernista na capital mineira e sua escolha é justificada pelo fato de que a produção da época é freqüentemente considerada inexpressiva. As décadas em questão são de grande importância, já que inauguram a produção pictórica em Belo Horizonte, centro urbano que será referência nas artes plásticas nas décadas seguintes. É preciso, portanto, acentuar o caráter pioneiro dos produtores culturais e artísticos que estabeleceram, nessa época, condições para o desenvolvimento das artes plásticas na capital. A dinâmica política e os laços sociais instaurados em tal época exercem grande influência nesse processo de emergência e consolidação da produção artística na cidade. Para tanto, torna-se necessário elucidar a rede de relações entre artistas, críticos, políticos e instituições, pensando como essa dimensão política determina a produção das obras.

É a sociologia da arte e da cultura que nos possibilita essa análise relacional, a partir da reconstrução do mundo artístico e do campo político, tal como definidos por Howard S. Becker e Pierre Bourdieu. Trata-se de uma pesquisa de caráter sócio-histórico, que tem como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental, em instituições públicas, como museus, arqui-

vos e bibliotecas, e em organizações privadas.

Pesquisamos matérias jornalísticas publicadas em periódicos da capital mineira no período de 1901-1939: Folha de Minas, Diário de Minas e Minas Gerais. Tais matérias estão disponíveis na Hemeroteca do Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Biblioteca do Museu Mineiro, Biblioteca Central da UFMG, arquivos da Escola Guignard. Catálogos de exposições bem como publicações de autoria de Aníbal Mattos também nos serviram de fonte de pesquisa, encontradas nas Bibliotecas da UFMG, Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa e Biblioteca do Museu de Arte da Pampulha. Acervo pessoal da pintora Arlinda Corrêa Lima, contendo recortes de periódicos e comentários da artista, além de livros de memórias de Pedro Nava, Sônia Lins e Afonso Arinos foram utilizados. Contribuem também para esta pesquisa depoimentos dos netos de Aníbal Mattos, Eduardo Matos e Marlise Matos, o historiador Fernando Pedro e o professor Otávio Dulci.

A identificação dos personagens foi feita por meio da consulta e análise desses materiais produzidos na época e atuais, especialmente jornais, acervos pessoais de agentes relevantes, discursos e documentos oficiais.

Procuramos resgatar importantes figuras e instituições de fomento das artes, especialmente o pintor Aníbal Mattos, da Sociedade Mineira de Belas Artes, que se destaca como personagem central na ordenação da produção cultural belorizontina.

¹ Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla realizada pelo Núcleo de Estudos em Cultura Contemporânea - NECC, do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, financiado pela FAPESP. Contamos com a orientação dos professores Leonardo Figoli e Ronaldo de Noronha, além dos colegas de pesquisa Danielle Uchoa A. Rodrigues, Inês Quiroga Coelho, João Ivo D. M. P. D. Guimarães e Nathan Morais.

Delimitação do tema: arte e política

Arte e política são temas que já foram várias vezes estudados de forma relacional. No âmbito das ciências sociais, múltiplas possibilidades teóricas e filosóficas vêm se formando para estudar a relação entre essas duas esferas. Essa dimensão apresenta diferentes abordagens no transcurso da história.

Vale explicitar, de forma sucinta, algumas correntes teóricas que se interessam pela análise da aproximação dessas duas esferas. Uma linha de pensamento origina-se de Karl Marx (*Apud* Chaia, 2007), com herdeiros como Theodor Adorno, Guy Debord, Fredric Jameson, Georg Lukács e alguns outros pensadores. Esses autores entendem que a produção da arte está conectada às condições externas a ela, ou seja, a obra e o artista são fortemente influenciados pelas condições sociais. Trazem consigo as tensões advindas dos aspectos artísticos, mas carregam fortes traços da sociedade. Acredita-se, portanto, que a obra de arte faz parte do sistema de objetos produzidos na economia.

Outra corrente, liderada por Friedrich Nietzsche (*Apud* Chaia, 2007), inclui autores como Antonin Artaud, Maurice Blanchot e outros pensadores, compreende a arte como um movimento interno em direção ao sujeito. A arte é entendida como processo potencializador da vida, produzindo uma interação de difícil distinção entre artista, obra, circunstância e vida.

Nicoláu Maquiavel (*Apud* Chaia, 2007), por sua vez, ao acoplar a política com a ação do príncipe e do povo, no contexto de um espaço público, privilegiando a utilização de suas capacidades para obter sucesso político, instituiu a idéia de política como uma arte. Ainda outros teóricos interessam-se pela análise da dimensão política que perpassa a arte. Ou seja, debruçam-se no estudo da arte engajada com os movimentos sociais e políticos. Peter Burger é um bom exemplo de autor que se inscreve nessa corrente. Ele analisa o movimento artístico denominado ecletismo, liderado por Courbet e Daumier, que surgiu na segunda metade do século XIX apontando uma nova concepção de arte social, comprometida com os aspectos políticos da época em questão.

Como visto, é possível pensar arte e política de várias formas. Mas para plena compreensão dessa relação é preciso definir o que entendemos como dimensão política e por arte. Nosso estudo toma como base a distinção feita por Miguel Chaia (2007), que estabelece a existência de duas dimensões políticas. A política explícita "é demarcada por um núcleo duro definido pelo poder de estado e do partido, pela montagem e funcionamento das instituições e mecanismos de representação" (CHAIA, 2007, p.14) e a política implícita "emerge em diferentes momentos e circunstâncias da vida." (*idem*, p.15). Essa conceituação pressupõe a política como uma esfera difusa que "é exercitada nas ações e conhecimentos que se distanciam daquilo que é compreendido como tipicamente

político" (*idem*).

No que diz respeito ao conceito de arte, utilizamos a definição dada por Howard S. Becker (1982) de mundo da arte. Becker entende "mundo" como uma "totalidade de pessoas e organizações cuja ação é necessária à produção do tipo de acontecimento e objetos caracteristicamente produzidos por aquele mundo" (BECKER, 1977, p.9). Assim o mundo artístico é formado por um grupo de pessoas que cooperam para produção das obras de arte e dos acontecimentos inscritos nesse mundo. A obra é compreendida como uma produção da ação coletiva não só de artistas, mas de outros sujeitos que participam deste mundo. Como sustentamos nesse artigo, políticos como Augusto de Lima, Delfim Moreira e Crispim Jacques Bias Fortes são importantes elementos constitutivos do mundo artístico belorizontino.

Posto isso, concentraremos-nos na análise da política implícita de Belo Horizonte no início do século XX e investigaremos a produção artística dos anos de 1900 a 1940, período que antecede o movimento modernista em Minas Gerais, levando em questão as relações de poder, o lugar dos agentes e a rede social existentes na época. O período dos anos 10 ao final dos anos 30 é freqüentemente caracterizado como precário, tradicional e acadêmico. Grande parte dos pesquisadores que se debruçaram sobre o estudo das artes plásticas em Minas Gerais focalizaram suas análises nos eventos que ocorrem a partir de 1940. Nesta década, observam-se os indícios mais evidentes da emergência de uma estética de caráter moderno nas artes plásticas. Segundo Ivone Luzia Vieira, "o nível de grandeza da modernidade do período de Kubitscheck na Prefeitura de Belo Horizonte, no período de 1940 a 1945, reduziu a historicidade dos acontecimentos modernistas que o antecederam" (VIEIRA, 1994, p.5). Podemos pensar também que os modernistas, depois de tomarem o poder dentro do campo (mundo) das artes plásticas, decretaram que as obras e autores anteriores tinham escasso valor artístico. A "relevância" de uma obra ou período artístico decorre, de certo modo, dos juízos feitos pelas pessoas (agentes) legitimamente autorizadas para fazê-los – artistas, críticos, historiadores etc.

A emergência do movimento modernista no estado mineiro está fortemente relacionada às transformações urbanas que tiveram início no século passado, consolidado mais enfaticamente durante a administração do então prefeito Juscelino Kubitscheck. O governo JK teve como principal propósito estabelecer uma política de renovação cultural, criando condições para a implantação de uma escola dedicada à formação de pintores de vanguarda, com o convite para vinda de Alberto da Veiga Guignard.

O contexto do movimento modernista de Belo Horizonte apresenta suas particularidades quanto ao aspecto da ruptura com o passado. De maneira geral, o grupo de modernistas brasileiros, ao mesmo tempo em que mantém certo contato com as vanguardas européias, desenvolve uma peculiar relação com a tradição. Não é de se estranhar que os modernistas tenham "redescoberto" Minas Gerais, e, em

especial, Ouro Preto, já que na busca de uma identidade nacional, com raízes genuinamente brasileiras, identificam nas obras barrocas a essência que nos faltava. Carlos Zílio (1994), em *A questão política do modernismo*, sintetiza esse aspecto de continuidade presente na experiência modernista brasileira (e mineira). Não obstante, o autor ressalta o aspecto característico da modernidade brasileira: o diálogo com o passado.

"A compreensão do moderno para Portinari era basicamente a de uma atualização da tradição renascentista.² Esta mesma visão do moderno, como continuidade e não como ruptura, é que faz Mário de Andrade dividir sua análise estética entre forma e conteúdo (...)" (ZILIO, 1994, p. 114, Grifo nosso)

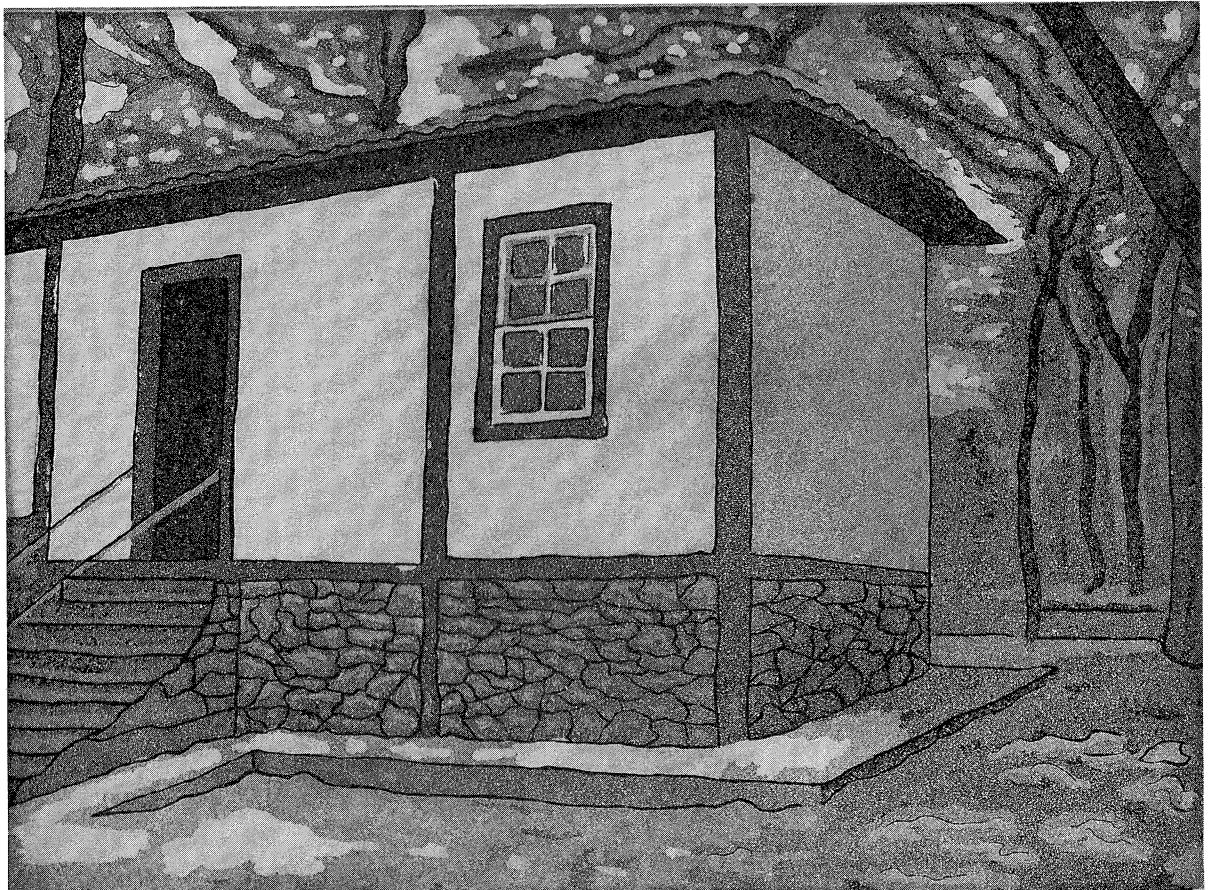
Ronaldo Brito³ é outro autor que concorda com a opinião de que a modernidade brasileira não rompe completamente com a experiência das décadas que a antecedem. Ele ainda caracteriza o movimento brasileiro como sendo uma "paradoxal modernidade". Sobre essa especificidade brasileira Ronaldo Brito (Apud FABRIS, 1994, p. 15) escreve:

"Paradoxal modernidade a de projetar para o futuro o que tentava resgatar do passado. Enquanto as vanguardas européias se empenhavam em dissolver identidades e derrubar os ícones da tradição, a vanguarda brasileira de esforçava para assumir as condições locais, caracterizá-

las, positivá-las, enfim. Este era o nosso Ser moderno."

Esse traço de continuidade com o passado ressalta, mais uma vez, a importância de estudarmos as obras artísticas produzidas nas décadas anteriores ao modernismo mineiro. Torna-se curioso o hábito de alguns historiadores e teóricos do campo das artes de simplesmente negligenciar a produção das décadas iniciais do século XX. Vale ressaltar que as décadas em questão suscitam reflexões sobre arte, política e sociedade independentemente de precederem o movimento modernista de 1940. Não se trata de uma época que pode ser caracterizado como pré-modernista. Entendemos que as artes plásticas mineiras no período focalizado neste artigo, marcam o início uma produção pictórica na capital. Desta forma, com auxílio da sociologia, o que pretendemos demonstrar é que a organização política da oligarquia mineira e a rede de relacionamentos existente em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX são relevantes para entender a arte da época e inseri-la no panorama histórico-cultural da cidade.

Em consonância com Becker, Pierre Bourdieu também entende a produção artística no contexto social. Bourdieu evidencia a necessidade de se analisar o campo artístico de forma relacional com os outros campos, especialmente o econômico e o político. O campo artístico assim como definido por Bourdieu é a arena particular, ou espaço estruturado de posições e tomadas de posição, onde indivíduos e instituições competem pelo monopólio sobre a autoridade artística à medida que esta adquire autonomia



² Sobre Portinari ver o livro *A Quarela do Brasil*, Rio de Janeiro, Funarte, 1982.

³ BRITO, Ronaldo. *A Semana de 22: O Trauma do Moderno*, in *V.A. Sete ensaios sobre o Modernismo*, Rio de Janeiro, Funarte, 1983, pp. 13-17 Apud FABRIS, Annateresa. *Modernidade e Modernismo no Brasil*. Mercado das Letras, 1994.

em relação aos poderes econômicos, políticos e burocráticos. Como qualquer outro campo, o campo artístico ou, mais genericamente, "campo da produção cultural" (Bourdieu, 1996) é antes um campo de forças, isto é, uma rede de determinações objetivas que pesam sobre todos os que agem no seu interior.

Para Bourdieu, o entendimento da produção artística se faz correta quando a localizamos inscrita em um espaço de lutas entre agentes que disputam posições. As lutas têm por prêmio a apropriação do capital específico ao campo, e até mesmo para o agente competir neste campo (e conquiste o capital disponível) é necessário que ele conheça as regras do jogo e que esteja disposto a lutar (jogar). Os agentes constroem a realidade social através de lutas e relações visando impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vistas, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo campo que pretendem transformar ou conservar.

A análise de obras culturais em termos de campo implica três esclarecimentos importantes. O primeiro diz respeito à necessidade de se localizar o microcosmo artístico (no caso, o das artes plásticas) dentro do "campo de poder", isto é, na teia de instituições na qual circulam os poderes econômicos, políticos e culturais que a classe dominante se esforça em dirigir. O segundo esclarecimento diz respeito à necessidade de construir uma *topologia da estrutura interna* do campo artístico, de modo a desvelar a estrutura das relações instituídas no campo. Essas relações podem ser de supremacia, subordinação, proximidade, dentre outras que vigoram, em determinado momento, entre os agentes e as instituições – artistas maiores e menores, escolas e revistas, salões, academias e galerias – competindo pela legitimidade artística. O último esclarecimento envolve a necessidade de contextualizar as *trajetórias* sociais dos indivíduos que entram em concorrência no interior do campo, de modo a tornar visível o sistema de disposições socialmente constituído (*habitus*) que guia a sua conduta e as suas representações dentro e fora da esfera artística.

Feito esses esclarecimentos, torna-se mais explícita a necessidade de identificar o lugar dos agentes e das instituições nessa trama social para que entendamos a produção cultural do início do século XX em Belo Horizonte.

Política e sociedade belorizontina

O cenário político brasileiro no início do século XX caracteriza-se pela hegemonia das oligarquias regionais. Esse sistema político oligárquico visa a manutenção dos privilégios de uma minoria dirigente. Esse 'governo de alguns' tornou possível que certos indivíduos proprietários de terras e seus representantes e aliados controlassem os mecanismos de acesso ao poder, excluindo os demais cidadãos, ou grupos da sociedade. Com a proclamação da República em 1889, foi instituído no Brasil o federalismo.

Esse sistema político federalista viabilizou

um progressivo fortalecimento das oligarquias regionais, estabelecendo a autonomia dos Estados em relação à União. Isso foi possível graças à política dos governadores, iniciada no governo do presidente Campos Sales (1889-1902), que previa um sistema de alianças entre governo federal, estadual e as oligarquias regionais, a fim de garantir a continuidade dos grupos dirigentes no poder. As oligárquicas dos estados de Minas Gerais e São Paulo que formaram a base de sustentação da União, através de uma política de alternância que ficou conhecida como "política café com leite". Esse domínio fundamentava-se no poderio econômico dos dois estados, sustentada pela organização coesa e coercitiva do Partido Republicano Paulista (PRP) e do Partido Republicano Mineiro (PRM), que formavam um bloco compacto no Congresso, assegurando o controle da vida política nacional⁴.

Era esse o cenário existente na época em que se lançou a idéia de transferência da capital mineira de Ouro Preto para o pequeno arraial do Curral D'El Rei. A República que acabava de ser proclamada trazia consigo ideais de progresso e modernização. A nova temporalidade associada ao progresso, para se concretizar, precisava de um espaço que o representasse simbolicamente. A cidade planejada traduziria um novo modo de viver: o de uma vida cosmopolita e racional. A edificação de Belo Horizonte tinha como princípio básico "construir uma cidade nova, moderna, modelo de um futuro sonhado e almejado." (ALMEIDA, 1997, p. 72). Entretanto, as transformações vividas no país tinham limitações conhecidas e, como explicitado no início desse artigo, a modernidade aqui assume uma forma singular.

"Tratava-se de modelo de "modernismo subdesenvolvido" que se deu em meio a um mundo eminentemente conservador, conciliando-se com instituições e práticas sociais tradicionais" (JULIÃO, 1996, p. 52)

No entanto, vale ressaltar que esse espírito republicano, de mudança social coexistia com o predomínio de uma elite agrária e oligárquica. A modernização era desigual nos diferentes âmbitos da sociedade já que as elites se esforçavam em garantir seus direitos e posições sociais estabelecidos pelas mesmas.

A oligarquia mineira era integrada por indivíduos que descendiam de famílias tradicionais dotadas de educação e poder financeiro. Os homens deviam se casar com "moças da elite" e normalmente se formar em direito ou medicina nas Universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, retornavam a Minas como médicos, juristas, promotores, deputados e prefeitos. São nomes das principais famílias que controlaram o poder político no Estado, como Presidentes do Estado de Minas Gerais: Crispim Jacques Bias Fortes (mandato de 1894-1898), João Pinheiro (1906-1908), Júlio Bueno Brandão (1908-1909 e 1910-1914), Delfim Moreira (1914-1918), Arthur Bernardes (1918-1922), entre outros, todos estes integravam o PRM.

O projeto de construção da nova capital mi-

⁴ Ver informação completa em FAUSTO, Boris. et al. História geral da civilização brasileira. 4a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

neira, sob o comando do engenheiro e arquiteto Aarão Reis, transformou profundamente o pacato arraial do Curral Del Rei. Belo Horizonte nesse tempo era um povoado sem atrativos econômicos e nenhuma infra-estrutura. Com o início das obras, sofreu várias modificações, não somente no que diz respeito aos aspectos urbanísticos e espaciais, mas também ao panorama cultural e social da região. Movidos pelo objetivo de participar da construção da cidade numeroso contingente de funcionários, comerciantes, profissionais liberais e outros imigraram para a região. A vinda de novos moradores, a abertura de estabelecimentos comerciais e a construção de prédios e casas foram intensas durante esse tempo. Começaram a se configurar novas formas de sociabilização na cidade que emergia. O Largo da Matriz, nas proximidades da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem, era o ambiente em que os habitantes do vilarejo costumavam se reunir. Aos poucos, o cotidiano da cidade em formação foi tomando um novo formato, refletindo também na vida cultural da capital mineira.

Ainda incipiente, o ambiente cultural da cidade era constituído fundamentalmente por iniciativas de cunho privado. Os principais eventos e instituições culturais não eram de tutela do Estado, ao contrário, ocorriam em espaços domésticos promovidos por interesses particulares da classe alfabetizada. A população letrada era formada por engenheiros, urbanistas, projetistas e funcionários públicos que se instalaram em Belo Horizonte para empreender e gerir o projeto da nova capital. Eles sentiam a necessidade de se entreter com atividades culturais. A partir da iniciativa desses moradores pioneiros, as atividades culturais começaram a se estruturar. As apresentações teatrais, por exemplo, foram realizadas durante certo período em palcos improvisados. Mas o português Francisco Soucasaux, importante promulgador do cenário artístico teatral construiu em 1899 um teatro que levava seu nome. Decorado pelo pintor Bertolino Machado e inaugurado pela companhia Soares de Medeiros, funcionou até 1905. Como descreve Abílio Barreto (1950 p.252), o teatro "ficava dentro de um jardim fechado a arame farpado e aí havia um coreto em que bandas de música efetuavam retretas". Fundaram-se também, por iniciativa de membros da comissão construtora, em 1894, a biblioteca Sociedade Literária Belo Horizonte, e o Museu Paula Oliveira.

A vida artística da região só se constitui verdadeiramente a partir da construção da capital, para onde muitos artífices e artistas se deslocaram. Os primeiros registros artísticos que se tem da cidade são telas pintadas por Émile Rouède (1850- 1912) e Honório Esteves (1860 - 1933) que registraram, a convite da comissão construtora, os cenários do arraial que seria extinto.

No começo do século XX, as artes em Belo Horizonte compunham-se basicamente por obras de artistas e artífices de ofícios que se empenhavam na decoração das paredes internas e externas dos prédios da cidade. Tanto em empreendimentos públicos quanto privados era

comum ver esboçadas as pinceladas de algum artista nas fachadas e tetos da cidade. Nessas pinturas eram recorrentes temas de paisagens com cenas de montanhas mineiras, trabalhadores do campo, casas de fazenda e, sobretudo, imagens do antigo Curral Del Rey. A elite local responsável pelo gerenciamento e construção de Belo Horizonte tinha suas aspirações e desejos atendidos pela arte oficial. Essa arte, no entanto, não era feita de forma aleatória.

"Mãos, pincéis, espátulas, fizeram a produção artística da capital nas primeiras décadas. Praças, cemitério, parque, igrejas e ruas tornaram-se espaço de transformação e criação das artes. Era a arte oficial voltada para atender aos anseios e exigências do poder público que construía e gerenciava a nova cidade." (ALMEIDA, 1997, p. 127).

Com o passar do tempo, caberia ao Estado promover essas iniciativas de caráter artístico e cultural, já que constituía uma demanda desta elite interessada nos movimentos artísticos e culturais que ocorriam nos grandes centros nacionais e internacionais. Era preciso prover opções de lazer, educação, arte e cultura para toda a população.

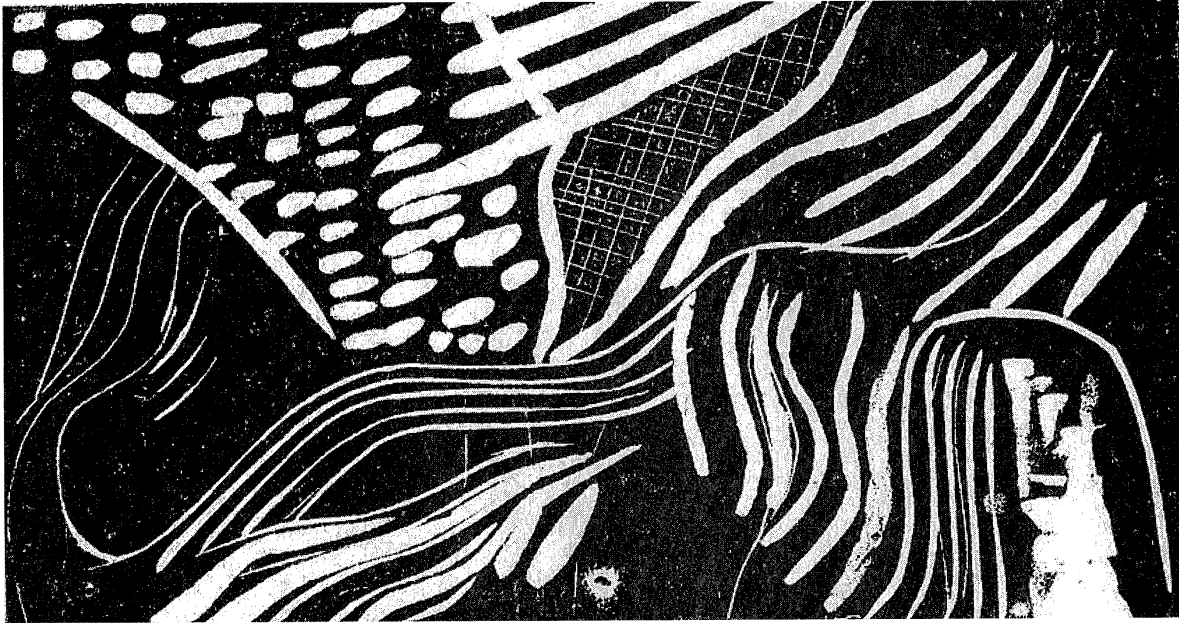
O panorama das artes plásticas no começo do século XX deve ser entendido como sendo um ambiente artístico atrelado a um projeto oficial que respaldava as preferências de uma elite enraizada em gostos provincianos. Importantes figuras do mundo artístico compuseram o cenário das artes plásticas em Belo Horizonte como Amílcar Agretti, Frederico Steckel e indiscutivelmente o fluminense Aníbal Mattos.

Pintor, decorador e paisagista, Amílcar Agretti foi responsável pelas pinturas decorativas de vários prédios da cidade, como o palacete João Pinheiro e residências de vários funcionários. Frederico Steckel, por sua vez, era um artista alemão radicado no Rio de Janeiro que apresentava estreita convivência com o artista Georg Grimm. Em 1901, Steckel promoveu em sua residência o que foi considerada por muitos autores a primeira exposição de arte da capital mineira. Aníbal Mattos foi outro personagem de destaque quando se discute o cenário das artes em BH no início do século.

A chegada de Mattos a Belo Horizonte em 1917, a convite do senador Crispim Jacques Bias Fortes⁵, impôs mudanças decisivas para o mundo artístico mineiro. Mattos promoveu uma significativa movimentação cultural na cidade. Promoveu iniciativas de caráter tanto práticas por meio da constituição de uma escola de belas artes, lecionando em escolas de preparação e promovendo inúmeras exposições quanto teóricas fazendo crítica de arte nos jornais, por exemplo quanto intelectuais escrevendo livros sobre história da arte e sobre arqueologia. Eduardo Friere (1926, p. 540) escreveu em 1926:

"A arte em Belo Horizonte deve-lhe não pequenos serviços. Realizando e promovendo sucessivas exposições, próprias ou alheias; habituando o público a visitá-las,

⁵ Bias Fortes fora presidente do Estado de Minas Gerais durante o Governo Provisório instalado após a Proclamação da República. Ele presidiu o Estado de 1890 a 1898. Isto explica por que, em seu texto, Ivone Luzia Vieira trata-o por presidente do Estado. À época da transferência de Aníbal Mattos para Belo Horizonte, o governador em exercício era Delfim Moreira Costa Ribeiro, 1914-1918.



contribuindo, assim, para educar-lhes o gosto; encaminhando neófitos, encorajando iniciados; ventilando pela imprensa questões de arte, não há em Belo Horizonte iniciativa de caráter artístico que não tenha o Sr. Aníbal Mattos o seu principal propugnador."

Dentre as ações de Mattos está a constituição da Sociedade Mineira de Belas Artes, em 1918, instituição que, encarregada pela promoção da vida artística naquele período, oficializou a exposição Geral de Belas Artes e o curso de Belas Artes. Em 1917, data em que promove a primeira exposição Geral de Belas Artes reúne artistas de renome, são eles: Rodolfo Amoedo, Francisco Agrette, A. Duarte, A. Mattuso, A. Faro, A. Selva, Salvador Parlagreco, Modesto Brocos, Celso Werneck, Esther de Mattos, Steckel, Fernadino Junior, Francisco Rocha, Grimm, J. Quintino, José Pacheco, Honório Esteves, José Jacinto das Neves, Nadir Meirelles, entre outros.⁶

Outros eventos artísticos em Belo Horizonte estiveram marcados pela presença de Mattos: a exposição modernista de Zina Aita em 1920 foi patrocinada pela Sociedade Mineira de Belas Artes, os Salões da Prefeitura, exposições anuais patrocinadas pela Prefeitura de Belo Horizonte nos últimos anos da década de 30, concebidos como espaço de expressão dos artistas modernos, foram organizados por Mattos.

As exposições, em sua maioria, aconteciam no salão lateral do Conselho Deliberativo, na Rua da Bahia (conhecido como castelinho, é hoje o Centro Cultural da Prefeitura) e passaram a integrar o calendário oficial da cidade. Apesar ter sido iniciativa de Mattos, o Estado participou premiando os destaques da exposição com viagens ao exterior. Como o artista Raul Tassiní, aluno de Mattos, que na década de 1930 embarcou para a Itália para fazer um curso de belas artes em Roma.

Das instituições de ensino e produção cul-

tural destacam-se, em 1912, no governo de Júlio Bueno Brandão, a criação da Escola de Artes e Ofícios e, em 1917, a escola Prática das Artes, iniciativa de Mattos, mas que iniciou efetivamente as atividades em 1920. Os anos 20 revelam atitudes ousadas no campo do ensino. De 1926 a 1930, ocorreu não só a reforma de ensino de Francisco Campos (prefeito da cidade em 1926)⁷, associada ao ideário da Escola Nova, mas também a fundação, em 1927, da Universidade de Minas Gerais por Antonio Carlos de Andrada (1926-1930), então Presidente do Estado. Tais processos permitiram iniciativas político-culturais e sociais na capital, abrindo espaço para novo terreno de produção artística.

Como visto anteriormente, para compor o cenário artístico mineiro nas décadas iniciais do século XX, é preciso ter em mente alguns aspectos básicos. A elite oligárquica é um desses elementos indispensáveis. A arte produzida no início do século era fortemente ligada ao gosto da elite local, que no ambiente incipiente da produção artística buscava dirigir a produção a seu modo. Esse fato se evidencia por meio da análise dos registros⁸ dos compradores de quadros e freqüentadores das exposições da Sociedade Mineira de Belas Artes e de Aníbal Mattos.

A tela *Paisagem*, em 1926, foi apresentada ao Dr. Cristiano Machado por seus amigos, por ocasião de sua escolha para Prefeito de Belo Horizonte em 1926. Na exposição de setembro de 1923, adquiriram quadros importantes figuras da elite local como Joaquim Salles, deputado na época. Já na Exposição de dezembro de 1924 a tela *Luz da Tarde* foi adquirida pelo senador Monsenhor João Pio, assim como na Exposição de novembro de 1926 em que a tela *Choupana Alegre e Aos Primeiros Clarões do Dia* foram adquiridas por outra figura ilustre, o Presidente de Estado Antônio Carlos. Esses registros evidenciam que a produção plástica da época era voltada para agradar o gosto da elite local. Era de se esperar, já que a

⁶ Cf. nota publicada no Diário de Minas de 27 de setembro de 1917, na qual aparecem os nomes dos expositores.

⁷ Francisco Campos então prefeito de Belo Horizonte traz à cidade professores europeus ligados às mudanças pedagógicas da época, para prestar consultoria. Junto com os professores vieram dois artistas: a belga Jeanne Milde e Arthur Perrelet, vindo da Suíça.

⁸ Material cedido pelo arquivo público mineiro.

poderosa oligarquia mineira estava no comando da maioria das instituições que exerciam forte poder sobre os meios de produção e reprodução cultural. Como o historiador Rodrigo Vivas Andrade (ANDRADE, 2008, P.24) pontuou:

"As exposições transformam-se em um espaço de socialização e os quadros são adquiridos como um fator de distinção. Geralmente, ao final dos comentários das exposições, são apresentados os ilustres compradores de obras. Ainda no Diário de Minas de 29 de setembro de 1923 é publicado que: estaria definitivamente lançada e de maneira vitoriosa a idéia de ser adquirida pelas classes sociais de Belo Horizonte o (lindo) quadro flores da Primavera [de Aníbal Mattos] que deverá ser oferecido ao ilustre presidente Dr. Raul Soares."

Observa-se que o conteúdo das notas publicadas nos periódicos dá visibilidade a uma classe política consumidora e freqüentadora das exposições, conforme matéria do Minas Gerais de 18 de maio de 1917.

"Ainda ontem, dia santificado, foi animadíssima a concorrência a exposição. S. exc. o sr. dr. Delfim Moreira voltou a visitá-la [a exposição] durante o dia, acompanhado de seu ajudante de ordens tenente-coronel Vieira Christo. Excusamos de fazer o reclame da bela exposição instalada no palacete Werneck e é de esperar que os srs. amadores das Belas Artes saibam aproveitar a oportunidade de enriquecer as suas coleções." (ANDRADE, 2008, p. 19)

Era uma forte elite que, como dito anteriormente, atuava nas decisões não só políticas, mas também da vida pública da nova capital que começava a emergir. A classe dominante se esforçava para ocupar a teia de instituições na qual circulam os poderes econômicos, políticos e culturais, e que como afirma Bourdieu, impunham um gosto dominante. Portanto, a arte produzida nas primeiras décadas do século XX representa

um complexo contexto político da época, dominado por uma poderosa oligarquia local.

Essa imposição dos princípios de avaliação e gosto da elite se deve ao fato de que o campo artístico da época, ainda em processo de formação, não havia conquistado sua autonomia em relação aos campos econômico e político. O processo de autonomização do campo artístico, segundo Bourdieu, depende de fatores como a constituição de um público de consumidores amplo e socialmente diversificado e a liberdade dos produtores culturais frente aos mecenas e às autoridades estatais. Além disso,

"a constituição de um campo artístico relativamente autônomo é concomitante à explicitação e à sistematização dos princípios de uma legitimidade propriamente estética, capaz de impor-se tanto na esfera da produção como na esfera da recepção da obra de arte(...)." (BOURDIEU, 1998, p.273).

No entanto, aos moldes do que postula Bourdieu, acreditamos que o campo artístico belorizontino no início do século XX era incipiente. Observamos um campo subordinado às iniciativas privadas e a tutela do estado e um limitado público consumidor. Por meio da análise dos jornais e acervos da época, é possível notar que as exposições de arte de maior relevância eram os Salões da Prefeitura, que como o nome mesmo indica, eram empreendimentos organizados pela administração municipal da cidade.

Nesse sentido, essa produção artística também tem sua importância pelo fato de inaugurar a produção pictórica em Belo Horizonte, até então prematura. É preciso evidenciar o pioneirismo dos produtores culturais e artísticos que estabeleceram, nessa época, condições para o desenvolvimento das artes plásticas na capital em meio a uma elite tão dominante.

Procuramos mostrar uma das leituras possíveis da relação entre arte e política em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX, esclarecendo que se trata ações particulares, como as de Aníbal Mattos, em consonância com membros da elite local que formam o governo do Estado e da Prefeitura.

Submetido em setembro de 2009

Aprovado em dezembro de 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marcelina das Graças. (1997), "Belo Horizonte arraial e metrópole: memória das artes plásticas na capital mineira". In: ANDRÉS RIBEIRO, Marília e SILVA, Fernando Pedro. *Um Século de História das Artes Plásticas em Belo Horizonte. Belo Horizonte*, Fundação João Pinheiro, C/Arte.
- BARRETO, Abílio. (1950), *Resumo histórico de Belo Horizonte (1701-1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.
- BECKER, Howard S. (1977), "Mundos artísticos e tipos sociais". In: VELHO, Gilberto. *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BECKER, Howard S. (1982), *Art Worlds*. Berkeley & Los Angeles, Cal., University of California Press.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), *Modos de produção e de percepção artísticos*. In: A economia das trocas simbólicas. 5ª edição, São Paulo, Perspectiva.
- CHAIA, Miguel. (2007), *Arte e política*. Rio de Janeiro, Azouque Editorial.
- FABRIS, Annateresa. (1994), *Modernidade e Modernismo no Brasil*. São Paulo, Mercado das Letras.
- FAUSTO, Boris. et al. (1991), *História geral da civilização brasileira*. 4ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- JULIÃO, Leticia et al. (1996), "Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna". In: DUTRA, Eliana Regina de Freitas; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. BH: *horizontes históricos*. Belo Horizonte, C/Arte.
- VIEIRA, Ivone Luzia. (1988), *A escola Guignard na cultura modernista de Minas 1944-1962*. Sabará-MG, Cia Empreendimentos Sabará.
- VIEIRA, Ivone Luzia. (1994), *Vanguarda modernista nas artes plásticas: Zina Aita e Pedro Nava nas Minas Gerais da década de 20*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, datilo.
- VIEIRA, Ivone Luzia. (1997), "Emergência do Modernismo". In: ANDRÉS RIBEIRO, Marília e SILVA, Fernando Pedro. *Um Século de História das Artes Plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, C/Arte.
- ANDRADE, Rodrigo Vivas. (2008) Os salões municipais de belas artes e emergência da arte contemporânea em Belo Horizonte: 1960-1969. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, datilo.
- ZILIO, Carlos. (1994), *A questão política do modernismo*. Campinas, Mercado de Letras.

Incubação de empreendimentos solidários: um desafio constante para a extensão universitária

Danielle Patrícia Mendes Lopes

Graduanda do Curso de Design Gráfico / UEMG

João Marcus

Graduando do Curso de Direito / UFMG

Lânia Mara Silva

Graduanda do Curso de Ciências Sociais / UFMG

Luciana da Silva Oliveira

Graduada do Curso de Psicologia / UFMG

Maria Aparecida de Oliveira

Graduando do Curso de Direito / UFMG

Maria Clara Pessoa

Graduando do Curso de Direito / UFMG

Palavras chave:

Economia Solidária; metodologia de incubação; trabalho; Vale do Jequitinhonha.

Key words:

Solidary Economy; methodology of incubation; work; Vale do Jequitinhonha.

RESUMO: O presente artigo pretende apresentar a metodologia de incubação de empreendimentos econômicos solidários adotada pelo Programa Pólos de Cidadania. Serão problematizados alguns dos elementos desta metodologia através da exposição do trabalho realizado até o momento na região do Vale do Jequitinhonha pelo Projeto Vale de Cidadania. Serão feitas também algumas observações sobre os principais avanços, dificuldades, especificidades, impasses e desafios enfrentados pelo projeto e pelos grupos incubados.

ABSTRACT: This article intends to present the methodology of incubation of undertakings in the moulds of solidary economy adopted by Pólos de Cidadania Program. There will be problematized some of the elements of this methodology through the explanation of the work carried out up to the moment in the region of Vale do Jequitinhonha as the Vale de Cidadania Project. Also, some observations are made about the main achievements, difficulties, peculiarities, dilemmas and challenges faced by the project and by the groups incubated.

Introdução

Das empoeiradas e barulhentas fábricas de cinquenta anos atrás aos grandes centros tecnológicos e *shopping centers* de hoje, o Brasil vivenciou um grande salto econômico e social. Mas como já dizia Cazuzu, "eu vejo o futuro repetir o passado / eu vejo um museu de grandes novidades...". Das antigas fábricas aos grandes centros tecnológicos e comerciais atuais, permanece uma imensa maioria de brasileiros a ser sistematicamente marginalizada e excluída de qualquer possibilidade de se afirmarem como cidadãos.

A precariedade das condições de trabalho é praticamente a mesma, pois muitos trabalhadores ainda ocupam espaços nas modalidades exploradoras de trabalho, como os estratos assalariados industriais e de serviços, trabalhos informalizados, regime do trabalho part-time, temporários, dentre outros. Ou seja, continua a superexploração do trabalhador em um mercado que exige qualificações excessivas para um trabalho muitas vezes desgastante, porém mal remunerado.

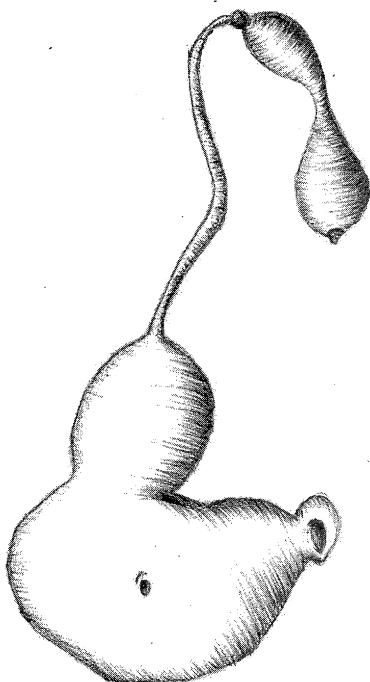
Persiste ainda um problema que hoje é tido como estrutural, a crise do emprego, permeando as relações familiares, econômicas e a inserção individual e coletiva do trabalhador na sociedade. A crise do emprego amplia o chamado exército de reserva, excluindo do mundo do trabalho um contingente enorme de trabalhadores que, conseqüentemente, acabam excluídos sócio-economicamente.

O ciclo perverso de exclusão e exploração se completa quando o trabalhador, sem condições de aprimorar-se tecnicamente, vê-se substituído por uma nova geração, nem sempre mais

preparada, contudo mais jovem. Sem a qualificação e o aperfeiçoamento exigidos, e sem condições de modificar a perversidade de tal realidade, esses cidadãos ingressam no crescente mercado de atividades informais que, mais que uma conseqüência desse cenário, é uma necessidade, uma alternativa, um esforço de sobrevivência. Estamos, de fato, diante de um museu escatológico da contemporaneidade do trabalho humano.

É por meio do trabalho, como categoria central tanto na organização da sociabilidade, quanto no processo de auto-construção humana, que os sujeitos se reconhecem como agentes, participando, assim, do desenvolvimento da sociedade, de forma que, sem o seu trabalho o Homem não perde apenas sua renda, mas muito de sua dignidade.

É diante desse contexto e do importante papel que o trabalho representa na constituição do Ser Homem que novas formas de geração de renda têm despertado o interesse de grupos de trabalho e de instituições de apoio social. Essas novas formas, que operam mudanças estruturais e possibilitam um desenvolvimento econômico e social auto-sustentável se manifestam como uma alternativa de trabalho e geração de renda aos trabalhadores excluídos. Os novos modelos englobam uma grande mudança de valores, de práticas, fundamentada naquilo que se convencionou chamar de economia solidária, apoiando-se em princípios notadamente distintos daqueles observados no mercado tradicional: vê-se na formação de empreendimentos de caráter solidário uma forma de valorizar o trabalho e as relações democráticas, pois esses empreendimentos assentam-se em ideais de ajuda mútua e auto-sustentabilidade. Além dis-



so, possuem a finalidade de gerar renda, criar espaços de convivência para troca de experiências e compartilhamento de crenças e valores, resgatar a auto-estima e promover a participação e integração de grupos de pessoas com interesses comuns.

A economia solidária, nas suas mais variadas formas de organização – associativismo, cooperativismo ou simplesmente grupos de produção informais –, caracteriza-se pela união de pessoas que buscam criar melhores condições socioeconômicas para si e para os grupos aos quais estão vinculadas, numa dinâmica solidária em que prevalecem os interesses coletivos, estando associada à concepção de democracia participativa e de um exercício efetivo de cidadania. Essas organizações coletivas podem ser analisadas a partir de diversas perspectivas teóricas. Contudo, nesse sentido, conforme salientam Leonello e Cosac,

"[...] o que interessa desatacar é que na construção dessas perspectivas está embutida a idéia de um modelo de sociedade que luta por igualdade, sustentabilidade, por indivíduos livres, emancipados, verdadeiros donos de seus destinos. Por isso, a participação em associações e organizações civis, é salutar para gerar solidariedade social, diminuir os custos políticos e econômicos da vida em sociedade." (LEONELLO & COSAC, 2008, p. 3)

Assim, a economia solidária visa, pois, proporcionar condições de produção e recursos culturais para que os excluídos sociais possam ser dirigentes do seu processo de ruptura com a marginalização. Nas palavras de Paul Singer: "combater a pobreza é habilitar cada uma de

suas vítimas a entrar em algum mercado por conta própria, produzindo e vendendo e, com o ganho, acumulando recursos materiais e psicológicos para se tornar ganhador" (SINGER, 2002, p. 22).

É intervindo junto aos grupos sociais, por meio da economia solidária nas suas diversas formas de manifestação, que um projeto institucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, o Programa Pólos de Cidadania, desenvolve atividades de pesquisa e extensão de forma integrada, com os objetivos de acompanhar e contribuir com o processo de inclusão e emancipação de grupos sociais com histórico de exclusão e trajetória de risco. Dentre outras atividades, o Pólos atua no fomento e apoio à constituição de cooperativas, associações de trabalho ou de outras formas organizativas. A assessoria é dada por meio de uma metodologia de incubação, baseada em aspectos técnicos, psicossociais, sócio-culturais e político-emancipatórios, na qual são envolvidas várias áreas do conhecimento de forma integrada, entre as quais as Ciências Sociais, a Psicologia, a Administração e o Direito, cada área contribuindo e aprendendo com outras áreas e com o saber dos próprios grupos. São oferecidos, dentre outros, acompanhamentos jurídico, financeiro, administrativo, capacitações técnicas e suporte no planejamento dos empreendimentos solidários, preocupando-se sempre em criar as condições necessárias para o fortalecimento do coletivo e para que seus membros desenvolvam suas capacidades de atuar de forma autônoma e emancipada.

A ação do Programa Pólos gera resultados positivos com grupos distintos e em locais diferentes. Em Belo Horizonte, destaca-se o apoio ao Itai, uma associação de moradores da Vila Acaba Mundo que produz sabonetes artesanais a partir de ervas medicinais cultivadas pelos próprios membros, além do Projeto Saia da Rua que tem como objetivo a realização de diagnósticos sócio-culturais e econômicos do perfil da mulher que trabalha e retira seu sustento das ruas da região centro-sul de Belo Horizonte. Enfatiza-se, pois, as habilidades e aptidões das mulheres para o trabalho, atuando na criação de cooperativas de geração de renda voltadas às trabalhadoras da rua. No interior, as ações de trabalho e geração de renda desenvolvem-se na região do Médio Vale do Jequitinhonha, onde foram constituídas duas associações de mulheres e jovens em situação de risco, dedicadas à produção artesanal de costura e *patchwork*, nas cidades de Medina e Padre Paraíso. Ainda no Vale do Jequitinhonha, no município de Ponto dos Volantes, o Programa Pólos iniciou recentemente o acompanhamento de mais dois grupos de trabalho e geração de renda também constituídos de mulheres e jovens: uma cozinha comunitária e um grupo de artesanato em cerâmica. Essas ações têm como objetivo a construção de possibilidades de trabalho e geração de renda que permitam o fomento de práticas emancipatórias entre os atores desses empreendimentos, possibilitando que eles se tornem os agentes transformadores da sua própria realidade.

2. A metodologia de incubação do programa pólos de cidadania

A metodologia de incubação do Programa Pólos teve como referência inicial as estratégias utilizadas pela Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar), e tem sido dividida em duas grandes etapas distintas que englobam atividades combinadas de mobilização e articulação de parceiros, capacitação técnica dos participantes, discussão sobre questões vinculadas ao cooperativismo e ao associativismo e preparação para a autogestão.

A primeira etapa trata da mobilização e articulação de uma rede mista formada pela sociedade civil (associações comunitárias, grupos organizados, lideranças de bairro, dentre outros) e o governo local, com o objetivo de constituir grupos e parceiros-apoiadores. A mobilização e a articulação são consolidadas e mantidas por meio de reuniões periódicas com os representantes das entidades e os membros dos grupos incubados, nas quais ocorrem o acompanhamento e a avaliação do empreendimento. A rede de parceiros-apoiadores é imprescindível para se garantir a sustentabilidade do empreendimento por sua colaboração na solução de problemas e na discussão de novos projetos de interesse dos grupos. O que se busca nessa etapa é criar um vínculo estreito de solidariedade, respeito, cooperação e responsabilidade entre a rede e o grupo incubado. Essa etapa estende-se ao longo de todo o processo sendo recomendável que permaneça, inclusive, após a desincubação.

A segunda grande etapa se subdivide em várias sub-etapas específicas e é antecedida por um diagnóstico que ajudará a compor o quadro da realidade social, econômica e cultural local. A primeira sub-etapa é a consolidação dos grupos, onde são consideradas as afinidades, identidades e objetivos comuns dos integrantes e seus respectivos contextos sócio-culturais. É importante ressaltar que esses vínculos servirão de base de sustentação para todas as atividades a serem desenvolvidas. Sendo assim, o desenvolvimento desta sub-etapa é contínuo, pois se trata não apenas de construir uma identidade coletiva, mas de manter acesa a discussão sobre os objetivos do grupo e reforçar as afinidades existentes.

A segunda sub-etapa é a capacitação teórica dos atores envolvidos para o cooperativismo e o associativismo, englobando a promoção de vários encontros e discussões com os grupos para introdução de temas variados, tais como: 1) desemprego, exclusão e cidadania; 2) alternativas para a geração de trabalho e renda; 3) economia popular solidária; 4) princípios cooperativistas e associativistas. Essa é uma longa etapa do processo de incubação, que vai desde o primeiro encontro e, muitas vezes, se estende até o último, dada a necessidade de se revisar e reafirmar conceitos com os grupos.

A terceira sub-etapa é a capacitação técnica dos envolvidos por meio de: 1) apresentação das características e funcionamento das atividades produtivas; 2) qualificação técnica dos grupos;

3) aquisição dos insumos necessários para a produção; 4) normas e procedimentos para funcionamento de uma cooperativa e de uma associação. Essa etapa também não tem um limite temporal, ocorre ao longo de todo o processo de incubação, podendo inclusive ser combinada com as atividades da capacitação teórica. Uma etapa essencial, pois garante a qualidade dos produtos e, conseqüentemente, condições de enfrentar a competitividade no mercado consumidor. Pretende-se que os produtos fabricados em um empreendimento solidário sejam não apenas o resultado de uma forma de resistência à exclusão do mercado convencional, mas que sejam, igualmente, rentáveis e tenham boa aceitação no mercado. Dessa forma é somente por meio de uma capacitação técnica criteriosa dos grupos produtores que essa realidade se torna viável.

A quarta sub-etapa é a formulação de um Planejamento Estratégico para os empreendimentos, que se concretiza por meio da elaboração de um Plano de Negócios que contemple: 1) estratégias de comercialização dos produtos (pesquisa de mercado, quando se define as perspectivas futuras do produto); 2) processos produtivos e engenharia (o quê, quanto, como, de que forma os produtos deverão ser produzidos); 3) planejamento financeiro (equilíbrio entre aceitação e comércio); 4) metas e objetivos de curto, médio e longo prazo 5) marketing do empreendimento e seus produtos; 6) apresentação e discussão do Plano de Negócios. Em regra, esse Plano é elaborado por profissionais qualificados em áreas como a de administração, entretanto este profissional trabalhará junto e com ampla participação dos grupos incubados, que fornecerão todas as informações e dados necessários. O profissional responsável pelo Plano elenca todas as informações e dados de que necessitará para sua formulação, se reunindo em seguida com o grupo incubado para coletar, em discussões, o material necessário para a elaboração de uma proposta do Plano de Negócios que, posteriormente, o grupo discutirá aprovando-a ou rejeitando-a. Como se pode depreender, o grupo incubado deve participar ativamente de todas as atividades, sob pena de, ao final, o empreendimento não possuir identificação com os membros. O apoio da rede é imprescindível para a continuação de um funcionamento sustentável. Atinge-se, assim, seus fins de emancipação e transformação de realidades sociais.

A quinta sub-etapa consiste na capacitação administrativa para a autogestão. Essa capacitação se opera por meio de ações voltadas para a gestão coletiva, envolvendo os seguintes temas: 1) a autogestão; 2) administração da cooperativa e das associações; 3) os fundos e benefícios cooperativistas; 4) apuração de custos, formação de preços e análises de contratos; 5) organização contábil e financeira; 6) prestação de contas; e 7) capacitação de membros da Diretoria e Conselho Fiscal. Tal medida tem grande impacto no sucesso dos empreendimentos solidários, pois se trata de assegurar-lhes sucesso econômico continuado.

A sexta sub-etapa compreende a elaboração

dos estatutos e legalização das cooperativas e associações. Essa etapa se concretiza por meio das seguintes atividades: 1) apresentação, esclarecimentos e elaboração dos estatutos das cooperativas e das associações em conjunto com os envolvidos; 2) realização das Assembléias Gerais fundacionais e dos demais procedimentos para a legalização das associações e das cooperativas e 3) envio de documentos aos órgãos competentes (Junta Comercial, Cartórios, Receita Federal, postos fiscais, etc). Embora sejam colocadas na mesma sub-etapa, o que realmente acontece na fase final da incubação é apenas a formalização e o registro dos empreendimentos. A discussão das regras estatutárias é feita ao longo de todo o processo (e não apenas nessa sub-etapa), com uma participação ativa do grupo.

A penúltima sub-etapa visa à inserção e atuação dos grupos no mercado, por meio da execução das ações previstas no Plano de Negócios. E, finalmente, a última sub-etapa é a fase que se designa por "desincubação", quando os grupos já estão preparados para realizar suas ações e atividades sem a contribuição direta e permanente do programa de incubação. Nessa fase, realizam-se encontros e seminários de monitoramento e avaliação dos empreendimentos, que contam com a participação dos grupos e de toda a rede de parceiros apoiadores.

Após a finalização do processo de incubação, os grupos deverão ser capazes, por seus próprios meios e com o apoio da rede de parceiros, de atuarem no mercado, solucionar as divergências e problemas internos e garantir a continuidade das atividades do empreendimento.

3. Discutindo as ações do programa pólos de cidadania no Vale do Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha, conhecido como vale da pobreza, é, paradoxalmente, rico em imagens. Sua vegetação de cerrado favorece a impressão de decadência e a sensação de que, por ali o tempo parou e que o progresso passou ao largo daquelas plagas... Mas não é bem assim; por trás do cenário que lembra ruínas, ora escondem-se, ora denunciam-se os ventos da modernização, como se esta estivesse a meio caminho. É nesse cenário contraditório de seca, desemprego, fome e exclusão, diversas vezes enfatizado pelos meios de comunicação, que se encontra um lugar rico de personagens fortes, criativos, autênticos, de cultura popular preservada, de artesanatos variados e de diversos outros tipos de manifestações artístico-culturais, que, segundo seus habitantes, é a "riqueza do Vale" e que não se traduz monetariamente.

O Pólos desenvolve ações nessa envolvente região, mais especificamente na Microrregião do Médio Vale do Jequitinhonha, desde 2003¹, quando foi realizado um diagnóstico sobre a responsabilidade social da Administração Pública. A partir dele, identificou-se a exploração sexual de crianças e de adolescentes como um dos graves problemas da região. Como resultado

dessa investigação, em 2005, foi formulado o Projeto Criança e Adolescente em Situação de Risco: Geração de Renda como Alternativa de Prevenção à Exploração Sexual no Vale do Jequitinhonha, o Projeto 18 de Maio, financiado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que teve por objetivo compreender os motivos que levavam crianças e adolescentes às trilhas da exploração sexual, bem como criar condições de prevenção para o problema através da geração de renda. Sua área inicial de ação englobou sete municípios do Médio Vale do Jequitinhonha - Araçuaí, Comercinho, Itaobim, Medina, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa.

No início de 2006, o Projeto focou suas ações em três cidades: Padre Paraíso, Medina e Itaobim, situadas à margem da BR 116, onde o problema da exploração sexual era, à época, mais proeminente. Um dos objetivos desta etapa do Projeto foi potencializar as atividades econômicas locais, por meio da criação e organização de empreendimentos autogestionários, nos marcos da economia solidária, promovendo a geração de renda nesses moldes com o intuito de contribuir para a constituição de uma rede de proteção à entrada de crianças e adolescentes no mercado da exploração sexual.

No município de Itaobim, foram realizadas mobilizações de cunho social voltadas aos sete municípios do Médio Vale do Jequitinhonha mencionados anteriormente. Dentre estas ações está a Campanha "Criança e Adolescente Construindo Cidadania", que contou com teatro, seminários, distribuição de peças gráficas e produção de rádio-novelas e *spots* como importantes instrumentos de mobilização. Nos municípios de Medina e Padre Paraíso, foram organizadas associações de artesanato de costura em *patchwork* com mulheres mães e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, assim como oficinas de promoção cultural, pedagógica e a qualificação profissional de adolescentes do município.

As ações iniciadas no Projeto 18 de Maio tiveram continuidade com o Projeto Mosaico e o Projeto Vale de Cidadania que permaneceram, basicamente, com a mesma linha de ação, apoiados inicialmente pelo Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e atualmente pela FAPEMIG.

Observa-se que o processo de incubação das associações e o exercício contínuo de busca de autonomia desses grupos promove transformações múltiplas à maioria dos seus membros. O trabalho em associações solidárias trouxe uma nova perspectiva de vida, de realização pessoal e profissional, que vai se refletindo numa relação mais positiva e, ainda, menos temerosa e de maior interação com a sociedade e as instituições.

O processo, contudo, é lento e complexo, ainda mais se considerarmos o longo processo local de dominação e exploração e a lógica da competição e do lucro predominante em nossa sociedade capitalista. Assim, embora se perceba entre os participantes do grupo uma con-

¹ Este diagnóstico resultou na publicação intitulada "A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS". Programa Pólos de Cidadania (UFMG) e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2004.

tínua e substancial alteração em seus comportamentos e ações, os novos valores ainda não se encontram totalmente consolidados. A título de exemplo, o que era fortemente percebido no início da atuação, nos primeiros encontros e discussões, se referia à grande dificuldade das envolvidas em assumir responsabilidades e atuar de forma independente. Essa situação era compreensível, uma vez que trabalhar com esse tipo de empreendimento exige transformações nas práticas cotidianas e sociais já enraizadas. Hoje, ainda que de forma tímida, esse difícil caminho já começa a ser percorrido. Outros exemplos significativos são a crescente horizontalidade das relações de trabalho, a ajuda mútua que tem sido prática comum entre as mulheres e a sistemática assimilação do verdadeiro significado da economia solidária. Todos esses elementos, que são princípios e valores que regem um empreendimento de economia solidária, se encontram nas discussões grupais.

Outro avanço percebido refere-se ao aumento da qualidade do artesanato produzido pelos grupos. Uma grande vitória, posto que, a maioria dos fracassos nas organizações cooperativas ocorre não pela ausência de espírito cooperativo, mas pela falta de uma visão estética e empresarial. Ora, as associações e cooperativas de produção não podem ser vistas como entidades beneficentes, mas como empresas solidárias e sustentáveis e, para tanto, devem voltar a atenção também para a qualidade da produção. "Quando a cooperativa fracassa como empresa econômica, fracassa igualmente na sua pretendida projeção social e humana, arrastando consigo o descrédito da instituição" (SCHNEIDER, 1994). Desse modo, as capacitações técnicas realizadas nas associações visam, além do aprendizado, o alcance do aperfeiçoamento da produção para a inserção num mercado competitivo que dificilmente incorpora parcerias fundamentadas em padrões de qualidade divergentes da lógica comum.

O aspecto mais problemático para concretização dos objetivos do Projeto é a ampliação da renda gerada, que seria possibilitada, segundo as próprias associadas, pelo incremento da divulgação dos produtos, visibilidade das atividades e do trabalho e por novos pontos de venda. Apresenta-se também como outro grande desafio dentro das associações, a continuidade das parcerias e de seus apoiadores envolvidos na política local, tendo em vista que, a cada nova período eletivo municipal as parcerias, principalmente as institucionais, ficam abaladas e relutantes com relação ao empreendimento. Aqui se configura a importância da rede de apoiadores que, quando fortalecida, evita essa relutância por parte dos novos administradores.

4. Considerações finais

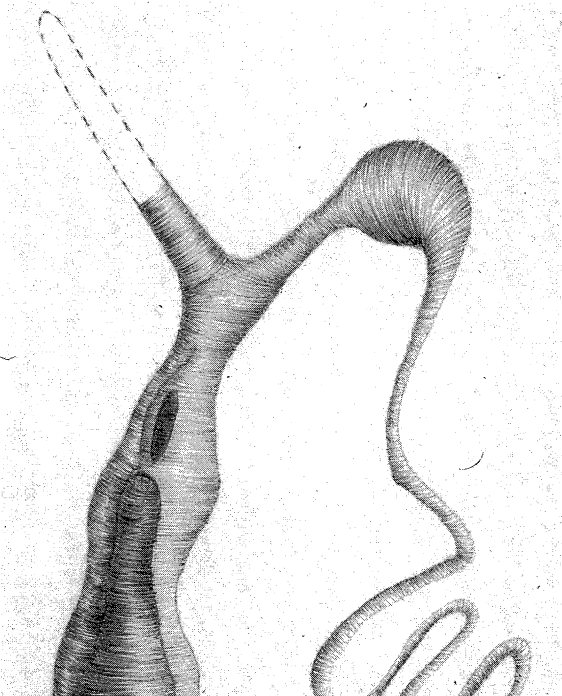
A análise da experiência apresentada nos permite fazer algumas considerações. A primeira delas de caráter político, uma vez que as especificidades das situações institucionais locais influenciam e distinguem na determinação das formas de ação, dinâmica e aplicabilidade

da metodologia nas realidades sócio-culturais. Ou seja, embora os municípios estejam numa mesma região eles guardam características distintas que podem eventualmente aproximá-los, posto que o padrão não se altera em demasia. Entretanto, devido ao caráter diverso das administrações públicas locais, esses ritmos são influenciados, por exemplo, segundo as disponibilidades ou continuidade de apoio aos grupos instituídos em diferentes administrações.

Outra consideração importante, de caráter personalíssimo, diz respeito à vinculação, comum e desejável, que se estabelece entre os membros do grupo e a equipe de técnicos, apoiadores e todos aqueles parceiros envolvidos no acompanhamento do grupo. Tal vinculação deve ser estimulada, porém, sempre de forma cautelosa para se evitar que ela se torne prejudicial e gere retrocessos na dinâmica de funcionamento do grupo, principalmente no que tange à adoção de práticas assistencialistas que contrariam os fundamentos de uma metodologia emancipadora.

Há ainda algumas considerações de caráter prático, que evidenciam os principais desafios atuais dos grupos produtivos acompanhados pelo Programa Pólos: a dificuldade de inserção no mercado, a necessidade de abertura de canais de escoamento da produção e o constante desafio de fazer com que os empreendimentos, efetivamente, gerem renda suficiente para os seus participantes. O contexto gerador da necessidade de desenvolvimento de canais de apoio para as atividades de geração e renda é o mesmo: desemprego e baixa renda local. E as dificuldades vividas pela equipe dos Projetos em função desse contexto também são as mesmas: como otimizar o tempo, como permanecer e dedicar-se o suficiente ao grupo enquanto a renda não é plenamente gerada e ao mesmo tempo manter-se?

A partir da combinação desses caracteres contextuais e da reflexão sobre a metodologia,



é possível verificar como alguns de seus elementos podem influir, quais os que se demonstram indiferentes, distinguir as especificidades e a necessidade de uma abordagem mais diferenciada centrada na realidade sócio-cultural local.

As atividades previstas no Plano de Incubação, relacionadas à sensibilização para temas como desemprego, geração de trabalho e renda, economia popular solidária e ao desenvolvimento de um Plano de Negócios capaz de viabilizar a inserção dos empreendimentos no mercado podem ser aplicadas, nos diferentes contextos, sem que haja necessidade de grande adaptação ou reformulação no sentido técnico.

Por outro lado, há um elemento bastante diferenciado em todos os Projetos: o contexto sócio-político-cultural em que eles atuarão. Cada grupo produtivo, cada cidade, cada região, tem valores, costumes, vínculos identitários e formas de socialização muito próprias e precisam ser respeitadas. Assim, o tempo de cada grupo também é único. Como enfatizam Barcelos e Lechat (2008, p.101), a dimensão do tempo neste tipo de projeto depende "de como os sujeitos se orientam e de como sua experiência vai lhes facultando otimizar as potencialidades visualizadas", sendo, ainda segundo esses mesmos autores, o tempo de "construção social e durabilidade decidida pelos prazos que se estabelecem no âmbito mais das disposições e condições objetivas e subjetivas para atu-

ação, do que só do cronograma a ser cumprido" (BARCELOS & LECHAT, 2008, p.101). O modo como as questões e temas para debate serão inseridos também se distinguem entre grupos e as regras estatutárias jamais poderão ser uniformes. Por essa razão essas regras, segundo a metodologia, são formuladas pelos próprios integrantes dos grupos. O Plano de Incubação não deve ser encarado numa perspectiva dogmática, isento de questionamentos ou reestruturações, justamente pelas diferenças do contexto sócio-político-cultural antes referidas. Enfim, para encarar a diversidade própria das realidades que se apresentam nos grupos poderão ser necessárias mudanças, algumas vezes substanciais, para a adequação metodológica. Isso dependerá das necessidades e situações vividas por cada grupo e, por isso, construídas por eles e com eles, tendo em vista sempre sua emancipação social.

Finalmente, a discussão aqui empreendida deve reforçar um caráter estratégico e não apenas instrumental da metodologia: ela deve sempre ser vista como uma ferramenta para atingir os objetivos traçados. Essa característica deve ser vista como uma iniciativa que não permite a dicotomia entre pesquisador e objeto, característica fundamental dos novos conceitos de ciência. O Pólos prima, em todas suas ações, pelo respeito às comunidades, considerando-as sempre sujeitos de sua própria história.

Submetido em março de 2009

Aprovado em dezembro de 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELOS, Eronita da Silva & LECHAT, Noëlle M. P. (2008), "Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários." *Rev. Katál*, v. 11, n.1: 96-104.
- CLEMENTE, Ademir. (1994), *Economia regional e urbana*. São Paulo, Atlas.
- LEONELLO, João Carlos & COSAC, Claudia Maria Daher. (2008), "O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social." in *VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no século XXI*. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org>> Acesso em: 10/01/2010.
- ORTIZ ROCA, Humberto. (2001), *Economía Economía Solidaria: hacia una nueva civilización*, Lima.
- SCHENEIDER, José Odelso. (1994), "A doutrina do cooperativismo nos tempos atuais." *Cadernos Cedope*, v.12: 07-23. (Série Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano).
- SINGER, Paul. (2002), "O combate à pobreza e suas vítimas." *Bahia, Análise e Dados*. Salvador, v. 12, n. 1 : 21-23.

O Erotismo e o Sagrado: passagens por Freud e Bataille

Júlia Vilaça
Goyatá

Graduanda do Curso
de Ciências Sociais
UFMG

Palavras chave:
erotismo, sagrado,
transgressão,
interdito.

Key words:
eroticism, sacred,
transgression, social
interdictions.

RESUMO: Através do livro *O Erotismo* de Georges Bataille (1957), busca-se entender a ambigüidade presente na relação dos homens diante das interdições sociais, tema amplamente discutido por Sigmund Freud em *Totem e Tabu* (1913), e sua relação com a idéia de sagrado.

ABSTRACT: Drawing upon the book *Eroticism*, by George Bataille (1957), one seeks to understand the ambiguity in the relation between men and social interdictions, a theme thoroughly discussed by Sigmund Freud in *Totem and Taboo* (1913), and how it relates to the idea of the sacred.

"Existe em todo homem, a qualquer momento, duas postulações simultâneas, uma para Deus, a outra para Satã. A invocação de Deus, ou espiritualidade, é um desejo de subir de grau. A de Satã, ou animalidade, é uma alegria de descer." (BAUDELAIRE apud REYNAUD, 2001, p.127-128)

Erotismo, Continuidade e Morte

A afinidade entre o erótico e o religioso é tema central na obra do filósofo Georges Bataille intitulada *O Erotismo* (1957). Continuidade, transgressão, misticismo e morte estarão aí associados ao tema que dá nome à obra. Para além do discurso da ciência e a favor de uma filosofia que não se quer especialista o autor proclama: "*O erotismo é a aprovação da vida até na morte*" (BATAILLE, 1987, p.11).

Bataille inicia seu argumento afirmando a descontinuidade constituinte dos seres humanos e o abismo que os separa tanto uns em relação aos outros quanto em relação à morte. Esse abismo é, então, irredutível e dele sentimos apenas uma vertigem.

"Em nossa origem, há passagens do contínuo ao descontínuo ou do descontínuo ao contínuo. Somos seres descontínuos, indivíduos que morrem isoladamente numa aventura ininteligível, mas temos a nostalgia da continuidade perdida. Não aceitamos muito bem a idéia que nos relaciona a uma dualidade de acaso, à individualidade perecível que somos" (BATAILLE, 1987, p.15).

O que é central nesse caso é pensarmos então em que momentos somos capazes de experimentar essa vertigem que nos dá o sentimento da continuidade perdida. Para Bataille (1957) essa experimentação será dada na relação dos sujeitos com o erótico, seja ela dada em

termos de erotismo dos corpos, do coração ou do sagrado, como ele os distingue.

O primeiro, o erotismo dos corpos, tem algo de pesado porque lida com a materialidade dos corpos, com uma violação do ser dos parceiros que destrói a estrutura do ser fechado. O erotismo dos corações é mais livre, podendo se separar da fusão corporal ou encaminhar-se para ela:

"O ser amado para o amante é a transparência do mundo. (...) É o ser pleno, ilimitado, que não limita mais a descontinuidade pessoal. É, em síntese, a continuidade do ser percebida como uma libertação a partir do ser do amante" (1987, p. 20).

Por fim, o erotismo sagrado, a grande preocupação do filósofo, segue essa mesma lógica, a da visão do ser amado como ilimitado. Bataille diz que há nele uma verdade de milagre. Isso porque diante dos ritos sagrados tangenciamos, assim como no encontro erótico, a continuidade perdida. A base do sacrifício religioso pode ser pensada em paralelo à ação erótica: "*o sagrado é justamente a continuidade do ser revelada àqueles que fixam sua atenção, num rito solene, na morte de um ser descontínuo*" (1987, p. 21).

No entanto, o que é mais interessante é justamente a aproximação feita entre os três tipos de erotismo, com destaque para a questão do sagrado, que principalmente ao longo da história do Cristianismo tornou-se algo absolutamente oposto ao erótico - na medida em que a religião vai condenar os "excessos da carne" - e que Bataille resgata para esse campo. Independente de suas classificações ele ressalta que "*toda concretização do erotismo tem por fim atingir o mais íntimo do ser, no ponto em que o coração nos falta*" (1987, p. 16).

Se quiséssemos resumir poderíamos dizer, por conseguinte, que a experiência do erotismo

está ligada à experiência primordial da continuidade, que não é conhecível, mas é experienciada por nós em alguns momentos e em algumas relações; à destruição da estrutura do ser fechado, já que o erotismo abre para a morte; à negação da duração individual e à experiência do limite, na medida em que este está diretamente ligado à relação entre interdito e transgressão, tão cara à antropologia.

Para explicitar essa primeira questão, a da continuidade/descontinuidade do ser, Bataille recorre primeiramente à biologia: na reprodução assexuada há a produção de dois seres descontínuos a partir da morte de um ser primitivo que os gera. Esses dois seres são, dessa forma, iguais e produtos do primeiro, portanto a passagem entre eles implica necessariamente um momento de continuidade. Já na reprodução sexuada a passagem à continuidade é de outra natureza, já que um novo ser descontínuo é gerado por duas células igualmente descontínuas que se unem para formá-lo. *"O novo ser é, ele mesmo, descontínuo, mas traz em si a passagem à continuidade, a fusão, mortal para cada um deles, dos dois seres distintos"* (1987, p. 14). Trata-se da morte que é instaurada no momento da continuidade, ou seja, no momento de repartição de uma célula em duas ou no momento de fusão das duas células em uma. Como comenta Evaldo Balbino da Silva:

"Se o movimento erótico busca a quebra da descontinuidade humana em prol de uma continuidade, ele vai também promover a instauração da própria descontinuidade. Mais do que a imagem do óvulo e do espermatozóide abandonando sua individualidade para erigir uma terceira existência, podemos falar do indivíduo que se anula na fusão com o outro. Cada vez que me perco no outro, fugindo ao meu isolamento e à minha carência, assisto ao espetáculo de minhas mortes sucessivas: deixo momentaneamente de ser eu, na minha incompletude e mortalidade, para experimentar uma existência imiscuída com a do parceiro, uma doce ilusão de eternidade e completude" (SILVA, 2005, p. 66).

Inicialmente, o que Bataille faz então é associar o erotismo à morte, na medida em que a continuidade proporcionada por ele só pode ser experimentada em sua radicalidade naquela:

"A vida é acesso ao ser: se a vida é mortal, a continuidade do ser não o é. A aproximação e a embriaguez da continuidade dominam a consideração da morte. (...) E, para além da embriaguez que se abre à vida juvenil, é-nos dado o poder de abordar a morte de frente, e de aí ver, enfim, a abertura à continuidade ininteligível, desconhecível, que é o segredo do erotismo, e cujo segredo só o erotismo desvenda" (BATAILLE, 1987, p. 22).

Impossível não lembrar de Platão e de seu

Banquete. Nessa obra o filósofo busca discutir a função de Eros, que para ele pode traduzir-se como a energia que nos leva a ascender à idéia de *Kalón*, que em grego congrega tanto a idéia de Bondade quanto à idéia de Beleza. Tendo em vista o dualismo clássico entre corpo e alma na obra do autor - sendo o corpo diretamente ligado à morte e à corrupção e a alma ligada à imortalidade e à busca da verdade - podemos compreender sua preocupação em entender como despojar-se desse corpo contaminado para atingir o campo das idéias e da alma, que encerram o que verdadeiramente importa: o Bom e o Belo.

Em *O Banquete* vemos um grupo de figuras importantes da cena cultural grega que se perguntam sobre Eros e sobre o amor, e, vale ressaltar, que fazem isso comendo, ou seja, em festa, como não poderia deixar de ser. O que quero destacar aqui, porém, é o discurso de apenas um desses homens, a saber, Aristófanes. Este discursa a partir de um mito de origem que dizia da existência de criaturas perfeitas que viviam em paz diante de sua imortalidade. Estas poderiam ser masculinas, descendentes do sol, femininas, da terra ou andróginas, da lua.

"Depois, inteiriça era a forma de cada homem, com o dorso redondo, os flancos em círculo; quatro mãos ele tinha, e as pernas o mesmo tanto das mãos, dois rostos sobre um pescoço torneado, semelhantes em tudo; mas a cabeça sobre os dois rostos opostos era uma só, e quatro orelhas, dois sexos, e tudo o mais como desses exemplos se poderia supor" (PLATÃO, 1974, p. 22).

Disso resulta que certo dia essas criaturas, fortes e vigorosas, voltaram-se contra os deuses (porque queriam ascender aos céus) e por isso, como castigo e maneira de torná-las mais fracas, Zeus decidiu cortá-las em duas. Daí em diante, conclui Aristófanes, o desejo da outra metade passou a perseguir os homens de maneira que o sentiam enquanto falta, carência do todo que eram outrora. *"É então de há tanto tempo que o amor de um pelo outro está implantado nos homens, restaurador da nossa antiga natureza, em sua tentativa de fazer um só de dois e de curar a natureza humana"* (1974, p. 24).

Esse discurso mítico, inserido no contexto do Banquete, parece nos dar a dimensão exata



daquilo que Bataille chama de descontinuidade original. Como ressaltado anteriormente, constituído pela falta o homem busca a ilusão da completude por toda a vida até encontrá-la, por fim, na morte. Segundo Silva, numa interpretação do texto platônico: "Eros, por fim, é um desejo outorgado pelos deuses, essa mania que nos domina, essa loucura erótica que nos toma e nos direciona para o Bem, para uma fusão com a Beleza Ideal" (SILVA, 2005, p. 61).

Entretanto, em Bataille, numa direção contrária à do dualismo platônico, essa continuidade aberta por Eros não conduz o homem ao Bem e à Beleza, mas ao contrário, o conduz à violência mesma. Isso porque o erotismo se opõe ao mundo da razão e se manifesta na medida em que a violência prevalece sobre o trabalho. O erotismo provoca movimentos tumultuosos que ganham espaço na festa e no jogo e não no trabalho, onde se exige uma conduta sensata:

"A maior parte do tempo o trabalho é a ocupação de uma coletividade, e a coletividade deve se opor, no tempo reservado ao trabalho, ao movimentos de excesso contagioso em que nada mais existe, a não ser o abandono imediato ao excesso. Isto é, a violência" (BATAILLE, 1987, p. 38).

A violência e a agressividade estariam, então, do lado do amor, da festa, do jogo e da morte e opostas ao trabalho, à razão e à seu complemento: o interdito. É como se a violência aparecesse como explosão e o trabalho enquanto compressão. Numa analogia com o coração: são sístole e diástole.

É dessa forma, ao introduzir o tema da violência, e com ele o da transgressão, oposta ao trabalho e ao interdito, que o autor percebe a abertura do erotismo à morte. Ao falar do Marquês de Sade ele ressalta que há na humanidade "o desejo de destruir e arruinar, de fazer uma fogueira de nossos recursos" e que,

"é esta geralmente a felicidade que nos dão a consumição, a fogueira, a ruína que nos parecem divinas, sagradas e que só provocam em nós atitudes soberanas, isto é, gratuitas, sem utilidade, com um fim em si mesmas, nunca subordinadas a resultados ulteriores" (BATAILLE, 1987, p. 174-175).

É nesse sentido que a violência da qual Bataille nos fala, essa que praticamos apesar e para além da vida na coletividade, está implicada no excesso, na busca de uma continuidade ideal inalcançável.

Nessa direção Bataille se aproxima também da concepção freudiana de *pulsão de morte*¹. Esta se relacionaria aos impulsos agressivos destacados em *O mal-estar na civilização de* 1929:

"O elemento de verdade, elemento que as pessoas estão tão dispostas a repudiar, é que os homens não são criaturas gentis que desejam ser amadas e que,

no máximo, podem defender-se quando atacadas; pelo contrário, são criaturas entre cujos dotes instintivos deve-se levar em conta uma poderosa quota de agressividade" (FREUD, 1969, p. 116).

Essa "tendência" à agressividade e à destruição. refletir-se-ia na sociedade causando o referido mal-estar, já que a última estaria fundamentada sobre o trabalho e o interdito, nos termos de Bataille, e não sobre a transgressão.

No entanto, é importante esclarecer em que sentido a teoria freudiana trata a idéia de *pulsão de morte*. É importante esclarecer que a pulsão, apesar da preocupação de Freud em derivá-la de uma explicação científica, baseada na biologia, não pode ser interpretada como um instinto. É necessário diferenciar esses dois conceitos, já que a pulsão não é da ordem da necessidade, nem pode ser satisfeita, "é uma força constante e, portanto, não conhece o apaziguamento, porque se chegasse a ele, a pulsão desapareceria" (KAROTHY, 2001, p. 52)².

Pulsão sexual e pulsão do eu são os dois grupos pulsionais que Freud conceituou inicialmente até a "virada" de sua teoria em 1920, em *Além do Princípio do Prazer*, quando reúne estes grupos pulsionais e lhes dá uma nova denominação: são as pulsões de vida. Também conceitua um novo grupo que são as pulsões de morte. Estas últimas tornaram-se uma das mais escandalosas idéias freudianas: a idéia que o homem poderia ter uma força dirigida para a morte e que poderia inclusive se satisfazer com ela pareceria, principalmente para a concepção cristã, bastante absurda. Segundo o próprio Freud, em *Para além do princípio do prazer*, a respeito de seu trabalho sobre as pulsões:

"O conceito de 'sexualidade' e, ao mesmo tempo, de instinto sexual, teve, é verdade, de ser ampliado de modo a abranger muitas coisas que não podiam ser classificadas sob a função reprodutora, e isso provocou não pouco alarido num mundo austero, respeitável, ou simplesmente hipócrita" (1969, p. 71).

As pulsões de morte foram identificadas através dos sintomas verificados no que ele caracteriza como neurose traumática - na qual os pacientes apresentavam sonhos que convocavam experiências reprimidas - e através da observação de um jogo infantil, chamado jogo do *Fort-Da* - uma criança arremessava um carretel para longe de si e o acercava repetidamente pronunciando sempre "o-o-o-o" quando o objeto ia e "da" quando voltava. Trata-se de uma repetição, como na neurose traumática, da vivência penosa da saída de sua mãe de casa.

Nos dois casos o que se podia perceber era que havia uma certa compulsão à repetição das experiências desprazerosas para esses sujeitos, o que contradizia o império do princípio do prazer, formulado anteriormente por ele - que dizia que o aparato psíquico tendia ao equilíbrio, isto é, seria regulado a partir de um princípio de prazer, que faria com que a quantidade de excitação na vida anímica fosse equilibrada, já

¹ Sobre o interesse de Bataille na obra de Freud comenta Roudinesco: "Grande leitor de Freud desde sua descoberta de 'Psicologia de grupo e análise do ego', Bataille também tomava nota daquela teoria da pulsão de morte que revolve a história do movimento psicanalítico. Assim, a morte concreta e carnal do homem desenhado por Masson significava a morte de todo sujeito que pretendesse pensar seu destino apoiado na razão: 'somos ferozmente religiosos', escrevia Bataille, 'e, na medida em que nossa existência é a condenação de tudo o que é reconhecido hoje, uma exigência quer que sejamos igualmente imperiosos. O que empreendemos é uma guerra'" (ROUDINESCO, 1994, p.145).

² No Dicionário comentado do alemão de Freud encontramos diversos significados para a palavra *Trieb*, traduzida por instinto: "A tradução de *Trieb* é uma das mais polêmicas, devido à extensa gama de significados e conotações do termo em alemão, bem como devido à peculiaridade no emprego freudiano do termo. (...) No artigo 'A Questão da Análise Leiga' (1926), Freud, indicando estar ciente das peculiaridades do termo, menciona que *Trieb* é uma palavra pela qual muitas línguas modernas invejam o alemão. *Trieb*, tal qual usado em alemão, entrelaça quatro momentos, que conduzem do geral ao singular. (...) Estes significados estão todos muito próximos e sempre correlacionados com um núcleo básico de sentido: algo que 'propulsiona', 'coloca em movimento'" (HANNIS, 1996, p.338).

que o desprazer significava um incremento de excitação no aparato psíquico. Essa repetição, que indicava a presença das pulsões de morte, denotaria então o desequilíbrio do sistema.

Nesse sentido, quando Bataille nos diz dessa sensação de continuidade produzida pela abertura do indivíduo à morte nos momentos de sua relação com o erotismo – tanto no ato amoroso quanto na relação com o religioso, nas festas ou nos êxtases – penso que podemos de alguma maneira remontá-las à *pulsão de morte*, na medida em que esta se relaciona à transgressão, à essa violência que gera o mal-estar na civilização. O erotismo seria, dessa maneira, uma espécie de retorno *do reprimido* para o sujeito envolvido, ou seja, uma transgressão mesma referente ao desejo barrado pelo interdito social.

O Paradoxo Fundante: Interdito e Transgressão.

O argumento primordial de Bataille é, de fato, constituído principalmente pela associação que ele faz entre o erotismo e a transgressão. Para chegar a esse ponto ele destaca a importância da experiência tanto do interdito quanto da transgressão, na medida em que a última só é possível devido ao cumprimento do primeiro:

“O conhecimento do erotismo ou da religião, exige uma experiência pessoal, igual e contraditória, do interdito e da transgressão. Essa dupla experiência é rara. As imagens eróticas suscitam em uns os comportamentos do interdito, em outros comportamentos contrários. Os primeiros são tradicionais. Os segundos são comuns, pelo menos sob a forma de uma pretensa volta à natureza, à qual se opunha o interdito. Mas a transgressão difere da “volta à natureza”: ela suspende o interdito sem suprimi-lo. Aí esconde-se o suporte do erotismo e se encontra, ao mesmo tempo, o suporte das religiões” (1987, p. 33)³.

O que parece que o autor quer destacar é a questão de que a transgressão não está no campo da natureza, apesar de se opor àquilo que funda a própria sociedade, o interdito. A transgressão acontece, ao contrário, dentro desse mundo da proibição, inserida mesmo na esfera social. Bataille destaca como principais interditos sociais aqueles ligados às máximas: *“não matarás e não pecarás contra a castidade que se ligarão às proibições do assassinio e do incesto”* (1987, p. 39).

No entanto, a transgressão só pode acontecer nesses momentos de suspensão dos interditos, em que podemos ceder aos impulsos barrados pelo interdito, impulsos esses que podem ser ligados às pulsões de morte citadas anteriormente. Daí a importância dos momentos festivos, que permitiriam então essa suspensão, ou abertura se quisermos chamar, da estrutura social fundada no interdito⁴. Isso porque a festa, geralmente relacionada ao ritual

religioso, é *“a negação dos limites da vida que o trabalho ordena”*, a epifanização do que Roger Callois chama de *sagrado de transgressão*, já que para quem dela participa abre-se *“o tempo das emoções intensas e da metamorfose do seu ser”* (BATAILLE, 1987, p.105; CALLOIS, 1988, p. 97).

A festa é tempo de transgressão porque permite a inversão dos papéis sociais costumeiros possibilitando a abertura à todas as possibilidades, é, de fato, um retorno à brincadeira, onde qualquer um pode ser rei ou escravo -

“As pessoas esforçam-se por se conduzir de forma exatamente contrária ao comportamento normal [...]. Os escravos comem à mesa dos senhores, mandam neles, troçam deles e estes servem-nos, obedecem-lhes, sofrem afrontas e admoestações” (CALLOIS, 1988, p.119).

Bataille chama a atenção para o fato de que tanto o interdito como a transgressão são experiências interiores, ligadas à radicalidade da posição subjetiva e não a uma visão objetiva. Sublinhando a impossibilidade de um trabalho científico quando estamos tratando desse tema ele ressalta:

“O pior é que a ciência, cujo movimento quer que ela trate o interdito objetivamente, procede do interdito, mas ao mesmo tempo o recusa, posto que ele não é racional! Só a experiência de dentro lhe confere o aspecto global, o aspecto em que ele é finalmente justificado” (BATAILLE, 1987, p. 34).

Trata-se então da própria ambigüidade da relação entre essas duas esferas: a obediência estrita ao interdito mostra a negação de seu próprio princípio, na medida em que não permite brechas para a realização de sua contrapartida, a transgressão. Explico-me: o sentimento que nos leva à transgressão só é possível porque sentimos, e digo sentimos na esfera do corpo mesmo e não apenas da linguagem, o peso da interdição. Nas palavras de Bataille: *“Se observamos o interdito, se a ele nos submetemos, não temos mais consciência dele. Mas sentimos no momento da transgressão a angústia sem a qual o interdito não existiria: é a experiência do pecado”* (1987, p.35).

É essa relação paradoxal que funda então o erotismo. Através do fascínio exercido por aquilo que é proibido constitui-se o sagrado de transgressão da qual nos fala Callois. A relação é, pois, entre angústia e prazer. Isto é, se dá ao pensarmos de que maneira, aquilo que é proibido, que traz angústia se transgredido, dá ao homem satisfação. Enfim, a grande questão colocada pela obra literária de Sade e, posteriormente, pela psicanálise freudiana: o prazer que há no sofrimento e na violência, a aproximação da morte ao prazer sexual. Se refletirmos sobre os principais interditos aos quais estamos submetidos, àqueles ligados à morte e à atividade sexual, essa associação ainda parecerá fazer mais sentido: nascimento e morte podem ser

³ Grifo do autor.

⁴ Sobre esse ponto James Clifford ressalta que a obra de Bataille de modo geral remonta também à de Marcel Mauss, principalmente em O erotismo: “Métraux especifica que sua fórmula característica é apenas uma paráfrase de ‘um daqueles profundos aforismos, muitas vezes obscuros, que Marcel Mauss lançava sem se preocupar com a confusão de seus alunos’. Métraux escutara Mauss dizer, numa palestra, que ‘os tabus foram feitos para serem violados’. Este tema, que Bataille freqüentemente repetiria, tornou-se uma chave para seu pensamento. A cultura é ambivalente em estrutura. [...] A ordem cultural inclui tanto a regra quanto a transgressão” (CLIFFORD, 2008, p.131).

tomados aqui em sua unidade.

O erotismo lista uma série de exemplos pré-his[les]tóricos demonstrativos da atitude reverencial dos homens, em diversas partes, em relação aos mortos e em relação às proibições sexuais, referentes ao incesto, à nudez e ao horror causado pelo contato com fluidos corporais. Atitudes que remontam aos princípios mágicos descritos por Sir. James Frazer como *magia simpática*:

"Ambos os ramos da magia, o homeopático e o contagioso, podem ser incluídos convencionalmente sob a denominação geral de magia simpática, já que ambos supõem a possibilidade de interação entre coisas que estão distantes umas das outras, sendo o impulso transmitido de uma a outra por meio do que poderíamos conceber como um éter invisível (...)" (1978, p. 35).

No entanto, o mais interessante aqui é perceber como a situação de contágio descrita por Frazer denota também o perigo da contaminação em relação àquilo que é considerado impuro e por isso é separado, proibido, interdito. Mary Douglas (1966) é quem explora esse aspecto de maneira primorosa. De acordo com ela o perigo reside justamente nessas relações ambíguas ou indefinidas que caracterizam o sagrado. Ele é ao mesmo tempo interdição e transgressão, fasto e nefasto, puro e impuro. Assim, as pessoas que se encontram em posições sociais indefinidas, como as figuras do louco, do feiticeiro e do marginal são tidas também como perigosas para a sociedade na medida em que são figuras ambivalentes, desordeiras. Sobre essa ambigüidade do sagrado Callois nos diz:

"A cisão do sagrado produz os bons e os maus espíritos, o padre e o feiticeiro, Ormazd e Arimâncio, Deus e o Diabo, mas a atitude dos fiéis para com cada uma dessas especializações do sagrado revela a mesma ambivalência que seu comportamento relativamente às suas manifestações indivisas" (1988, p. 37).

Para Douglas é como se a relação com essa ambigüidade se situasse numa lógica (ou "alógica") que não caberia no conceito de estrutura social, na medida em que ultrapassa seus limites. A ambigüidade estaria do lado da desordem e da transgressão em oposição à ordem e ao interdito social. Victor Turner (1972) chama de *communitas* essa situação de abertura na estrutura social, que abriga estados liminares, aqueles que se relacionam aos ritos de passagem, nas quais nos encontramos com sujeitos vulneráveis e perigosos para a comunidade social, como já havia especificado Van Gennep (1960). Deparamos-nos aí com uma indefinição referente à posição social convencional desses sujeitos: as mulheres grávidas, os bebês, os adolescentes iniciados, aqueles que vão se casar e os mortos encontram-se separados da comunidade, estão à margem. *"Assim, a liminaridade freqüentemente é comparada à morte, ao estar*

no útero, à invisibilidade, à escuridão, à bissexualidade, às regiões selvagens e a um eclipse do sol ou da lua" (TURNER, 1974, p. 117).

Nesse ponto, mais intrigante ainda, é perceber que esses elementos marginais, liminares, a-estruturais e perigosos são aqueles que exercem o maior fascínio e que têm, como nos diz Douglas, o maior poder:

"Reconhecemos que a desordem é destrutiva em relação às configurações existentes mas igualmente reconhecemos sua potencialidade. Ela simboliza ao mesmo tempo perigo e poder. O ritual reconhece a potência da desordem. Na desordem da mente, nos sonhos, no desmaio e no frenesi, o ritual espera descobrir poderes e verdades que não podem ser alcançadas pelo esforço consciente" (2007, p. 113)⁵.

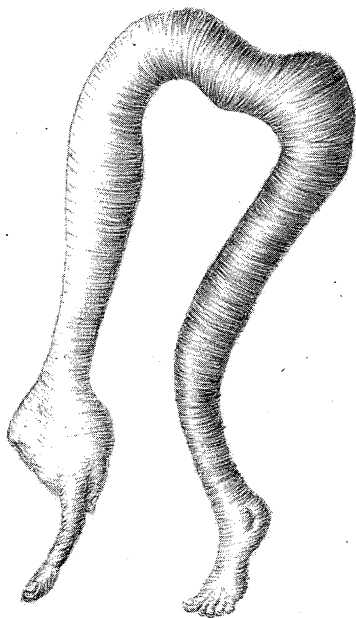
Aqui nos encontramos novamente com Freud. No clássico *Totem e Tabu* (1913) o autor é inspirado justamente pela obra de Frazer e procura a partir daí fazer uma comparação entre a vida dos selvagens, em seus termos, e algumas observações feitas por ele em pacientes neuróticos. Resulta que, apesar da visão basicamente evolucionista pela qual Freud trata os fenômenos do totemismo e das práticas mágicas, encontramos um ponto absolutamente importante que condiz tanto com a proposição de Douglas, a respeito do poder e do perigo do sagrado, quanto com a de Bataille e de Callois a respeito do *sagrado de transgressão*⁶.

Para o psicanalista, o que caracteriza a atitude dos selvagens em relação ao tabu é basi-



⁵ Tradução minha da versão em espanhol.

⁶ Roudinesco e Plon a propósito dessa questão ressaltam: "Ao lado de Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância e de Moisés e o monoteísmo, Totem e Tabu figura entre os livros mais criticados de Freud. Os três encerram, com efeito, erros patentes e interpretações equivocadas que não escapam ao olhar vigilante dos especialistas em arte, antropologia e história das religiões. Ainda assim, esses três livros são verdadeiras obras-primas, tanto por sua redação, digna da melhor literatura romanesca do século XIX, quanto pelo desafio que lançam ao raciocínio científico." (ROUDINESCO & PLON, 1998, p.756).



camente uma atitude ambivalente, ou seja, uma atitude inspirada pela ambigüidade fundante do interdito: "O significado de 'tabu', como vemos, diverge em dois sentidos contrários. Para nós significa, por um lado, 'sagrado', 'consagrado', e, por outro, 'misterioso', 'perigoso', 'proibido', 'impuro'" (1969, p. 38). Contudo, é após a comparação feita entre os selvagens e os neuróticos obsessivos que Freud nos dá uma idéia mais precisa daquilo que chama de atitude ambivalente de um sujeito em relação a um objeto ou a um ato em conexão com esse objeto:

"Ele deseja constantemente realizar esse ato (o tocar) [e o considera seu gozo supremo, mas não deve realizá-lo] e também o detesta. (...) A proibição é ruidosamente consciente, enquanto o desejo persistente de tocar é inconsciente e o sujeito nada sabe a respeito dele" (1969, p. 49-50).

Freud deriva essa ambivalência da oposição precisa entre consciente e inconsciente, entre lei e desejo, entre o que se sabe e aquilo que não se sabe.

Assim, pensando nos significantes usados por Bataille, a transgressão pertenceria ao campo do inconsciente e o interdito ao campo da lei, da razão e da ordem social, que para Freud é entendido nesse momento como o campo da ação do Pai. Isso porque ele fará aqui uma associação, dentro do contexto das sociedades primitivas, entre a figura do animal totêmico e a do Pai no complexo edipiano. Nesse caso, o totem viria a corresponder ao Pai na medida em que as duas proibições que constituiriam o âmago da instituição arcaica do totemismo seriam as mesmas correspondentes ao crime de Édipo: a morte do Pai e o incesto⁷.

Pensando numa linha cronológica, o autor vai derivar o totemismo justamente da morte do Pai, ao pensar num primeiro mito fundante

que levaria ao surgimento das práticas mágicas e posteriormente às primeiras formas de religião.

De maneira resumida podemos contar o mito da seguinte maneira: numa horda primitiva, primeira forma de organização social sugerida por Charles Darwin, o que encontramos "é um pai violento e ciumento que guarda todas as fêmeas para si próprio e expulsa os filhos à medida que crescem" (1969, p. 169). Certa vez, os irmãos que haviam sido expulsos por esse pai retornam e o matam juntos, realizando posteriormente uma refeição com a vítima. Assim, alcançariam a identificação com o Pai, adquirindo sua força através da refeição e tomariam suas mulheres. Porém, "precisamos apenas supor que a tumultuosa malta de irmãos estava cheia dos mesmos sentimentos contraditórios que pudemos perceber em ação nos complexos-pai ambivalentes de nossos filhos e nossos pacientes neuróticos", admiravam-no e odiavam-no ao mesmo tempo (1969, p. 171). Diante disso, o parricídio acaba por resultar também num sentimento de culpa por parte dos irmãos, já que a afeição pelo Pai aparece com mais clareza após o ato consumado. Este sentimento de remorso resultaria então na própria instituição da proibição da morte do totem e na regulação da exogamia, como tentativa de anulação do próprio ato realizado contra o Pai primitivo. Dessa maneira seriam fundadas também as primeiras formas de culto religioso, sendo o totem um representante do Pai morto que serviria para que todos não se esquecessem de sua existência e de seu poder.

Nesse sentido, a partir do parricídio, a reflexão a respeito da satisfação em relação à morte ganha ainda mais corpo levando Freud a reafirmar sua conclusão inicial:

"O tabu sobre os mortos surge, como os outros, do contraste existente entre o sofrimento consciente e a satisfação inconsciente pela morte que ocorreu. (...) A esse respeito, as observâncias dos tabus, assim como os sintomas neuróticos, têm um sentido duplo. Por um lado, em seu caráter restritivo, são expressões de pesar, mas, pelo outro, traem claramente a coisa que procuram ocultar — uma hostilidade contra o morto disfarçada em autodefesa" (1969, p. 83).

Se considerarmos o esquema de Freud, para além de sua obsessão por uma explicação científica, como uma chave de leitura paralela à questão do erotismo trabalhada por Bataille veremos que os dois estão tratando da questão central que concerne à vida humana, que se debate nesse constante confronto entre lei e desejo, interdito e transgressão. No entanto, é como se os dois autores estivessem nos chamando a atenção justamente para aquilo que é da ordem do desejo, da pulsão, da contaminação, da desordem, da festa, da liminaridade, da transgressão, do que se refere ao que toca o corpo mais que à estrutura social e lingüística, em suma, para a ordem do sagrado.

⁷ Freud fará corresponder também essas proibições totêmicas e edipianas aos dois desejos primários das crianças, matar o pai e ter relações incestuosas com a mãe, relacionados por ele em Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1903).

É como se nesse campo, o campo da desordem, encontrássemos o ponto culminante da vida humana e social:

"Se alguém me perguntasse o que nós somos, eu lhe responderia assim: que somos essa abertura a todo o possível, essa espera que nenhuma satisfação material

acalmará e que o jogo da linguagem não saberia iludir! Estamos à procura de um ponto culminante. (...) nesse momento de profundo silêncio — nesse momento de morte — revela-se a unidade do ser, na intensidade das experiências em que sua verdade se desliga da vida e de seus objetos" (BATAILLE, 1987, p.253-254).

Submetido em setembro de 2009

Aprovado em novembro de 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATAILLE, Georges. (1987), *O Erotismo*. Tradução de Antônio Carlos Viana. Porto Alegre, L&PM Editores.
- CALLOIS, Roger. (1988), *O Homem e o Sagrado*. Lisboa, Edições 70.
- CLIFFORD, James. (2008), *A experiência etnográfica — antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- DOUGLAS, Mary. (2007), *Pureza y Peligro*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- FRAZER, Sir. James George. (1978), *O Ramo de Ouro*. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo, Círculo do Livro.
- FREUD, Sigmund. (1969), "O Mal-estar na Civilização", in *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XXI. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- _____. (1969), "Totem e Tabu", in *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago Editora.
- _____. (1969), "Para além do princípio do prazer", in: *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XVIII. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- HANNS, Luiz. (1996), *Dicionário comentado do alemão de Freud*. Rio de Janeiro, Imago Editora.
- HOLLIER, Denis. (1979), *Le Collège de Sociologie*. Paris, Gallimard.
- KAROTHY, Rolando. (2001), *Vagamos en la inconsistencia — los fundamentos del psicoanálisis*. Buenos Aires, Editorial Lazos.
- PLATÃO. (1974), "O Banquete", in *Coleção Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural.
- REYNAUD, Elisabeth. (2001), *Teresa de Ávila ou o divino prazer*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro, Record.
- ROUDINESCO, Elisabeth. (1994), Jacques Lacan: Esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento. Tradução de Paulo Neves, São Paulo, Companhia das Letras.
- ROUDINESCO, Elisabeth e PLON, Michel. (1998), *Dicionário de Psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- SILVA, Evaldo Balbino da. (2005) *Saudade de D(eu)s: escrita, mística e desejo em Adélia Prado e Santa Teresa de Jesus*. Tese de Doutorado, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, datilo.
- TURNER, Victor. (1974), *O processo ritual*. Tradução de Nancy Campi de Castro. Petrópolis, Editora Vozes.
- VAN GENNER, Arnold. (1978), *Os ritos de passagem*. Tradução de Mariano Ferreira, Petrópolis, Editora Vozes.

Pensando o Brasil: escândalos, corrupção e cultura

Claudia Fioretti Bongianino

Graduada do Curso de Ciências Sociais / UFMG

Palavras chave: antropologia da política; escândalos de corrupção; moralidade brasileira.

Key words: anthropology of politics; corruption scandals; Brazilian morality.

RESUMO: O presente artigo busca refletir sobre o fato inquietante de a corrupção permanecer na política brasileira, embora ela seja condenada como escândalo, e ela permanecer escandalosa, ainda que seja do conhecimento de todos o fato de ela existir de maneira corriqueira. Nesse sentido, retomo alguns estudos realizados acerca de política brasileira, corrupção, moralidade brasileira, escândalo e cidadania brasileira. Assim, tento compreender a questão apresentada acima partindo da constatação de que, no Brasil, a definição de corrupção não é absoluta; o limite entre o que é lícito ou não nessa prática é extremamente tênue; elementos próprios da cultura brasileira estão intrinsecamente ligados a ela.

ABSTRACT: Corruption is a common political practice in Brazil, even if it is strongly reprovved as a scandal. On the other hand, corruption scandalizes even if everybody is aware that corruption is a reality in Brazil. The purpose of this article is to think about this apparent paradox by analyzing some researches about Brazilian politics, corruption, Brazilian morality, scandal and Brazilian citizenship. Therefore, this article aims to relate the apparent paradox presented above with the following aspects that these researches point out: corruption has not an absolute definition in Brazil; it is hard to distinguish what is forbidden from what is allowed in this practice; corruption is related to Brazilian culture.

Escândalos de corrupção marcam o cenário atual da política brasileira. De acordo com diversos autores, o que se estaria verificando atualmente no Brasil não seria necessariamente um aumento da taxa de corrupção, mas sim um aumento do número de denúncias e investigações dessa prática. Segundo eles, tal aumento seria possibilitado pela ampliação da liberdade de imprensa e pela ação do Ministério Público, as quais teriam levado a uma maior intolerância social à corrupção. De uma maneira ou de outra, é inegável que essa prática seja um tema central para a política em geral e, principalmente para a política brasileira, embora existam poucos trabalhos realizados a esse respeito no Brasil.

Talvez essa escassez teórica seja devida ao fato de haver uma grande dificuldade empírica em se ter acesso a dados relativos à corrupção, uma vez que ela não é uma prática oficial. Como ressaltam Fernando Filgueiras (2006) e Vera Chaia & Marco Antônio Teixeira (2001), estudar a corrupção a partir daquilo que surge na opinião pública é estudar apenas a corrupção mal sucedida, isto é, a corrupção que foi denunciada (descoberta) e se tornou escandalosa. Outra dificuldade em se estudar essa prática é que a própria definição do que seja corrupção assenta num profundo dissenso. As diferentes sociedades e os diversos grupos no interior de cada sociedade não concordam quanto a que ações especificamente seriam corruptas e corruptoras.

Efetivamente, como mostra Marcos Otávio Bezerra (1995), no Brasil a definição de corrupção não é absoluta, sendo extremamente difícil

traçar um limite entre o que é corrupção e o que não é, entre o que é lícito e o que não é. Um exemplo disso é a fala do empresário Emílio Odebrecht, publicada no Jornal do Brasil em 24 de maio de 1992 (BEZERRA, 1995). Quando indagado sobre o que considera corrupção, Odebrecht responde:

"Eu acho que a sociedade toda é corrompida e ela corrompe. Hoje para o sujeito resolver alguma coisa, até para sair de uma fila do INPS, encontra seus artifícios de amizade, de um presente ou de um favor. Isso é considerado um processo de suborno. O suborno não é um problema de valor, é a relação estabelecida." (BEZERRA, 1995, p. 11)

Arnold Heidenheimer (1970) identifica três tipos básicos de definições para corrupção: a *definição legalista*, segundo a qual haveria corrupção quando um funcionário público desvia dos deveres formais do seu cargo buscando recompensas para si e/ou para outros; a *definição economicista*, que considera como corrupção qualquer utilização do próprio cargo público para maximizar a própria renda pessoal; a *definição centrada no bem público*, que denomina como corrupção a violação do bem público para obter ganhos particulares. De fato, como ressaltava Marco Aurélio Caminha (2003), a maioria dos estudos internacionais e nacionais realizados em torno do tema da corrupção foca sua atenção nos aspectos jurídicos e institucionais dessa prática, nas conseqüências econômicas,

Agradeço ao Prof. Dr. Daniel S. Simião pela orientação e revisão desse trabalho. Agradeço também ao parecerista anônimo pelas sugestões e aos Profs. Drs. Mário Fuks e Bruno Reis pela atenção dedicada aos primeiros esboços dessa pesquisa.

políticas e sociais que acarreta, nas formas e programas de contê-la, assim como na relação entre corrupção e escândalo.

Yves Mény (1996), por exemplo, ao pensar a temática da corrupção, identifica um conceito jurídico e um conceito sociológico dessa prática. O primeiro aborda a corrupção enquanto um delito, tal como é prescrito nas leis penais, enquanto o segundo trata a corrupção como um desvio dos imperativos éticos estruturados na sociedade. Ambos os conceitos, portanto, correspondem a abordagens segundo as quais a corrupção seria contrária ao funcionamento natural do sistema político e introduzida por alguma causa externa, a saber, desvio jurídico ou sociológico. Em direção análoga seguem as argumentações de Samuel Huntington (1975) e de Susan Rose-Ackerman (1999), para quem a corrupção seria acarretada, respectivamente, pela ausência de institucionalização política suficiente e pela falta de moderação burocrática (isto é, pela presença excessiva ou escassa demais de burocracia estatal).

Seguindo esse mesmo tipo de perspectiva, Fernando Filgueiras (2006) defende a tese de que, no que tange especificamente ao Brasil, a corrupção seria decorrente do desenho institucional brasileiro e de sua cultura política, que seriam insuficientes para garantir o adequado funcionamento da democracia. Haveria, segundo ele, uma baixa *accountability*¹ e uma decorrente falta de sanções contra a corrupção; haveria um personalismo exacerbado que favoreceria o clientelismo e a patronagem; haveria um isolamento entre o processo de tomada de decisões e as pressões sociais; haveria um distanciamento entre o sistema partidário eleitoral e o sistema partidário parlamentar; haveria uma falta de fidelidade partidária e de maiorias estáveis; haveria um baixo índice de participação cívica e baixos laços de sociabilidade. Em suma, haveria uma série de incongruências entre o contexto brasileiro e os modelos ideais de democracia, as quais seriam, segundo o autor, as causas do elevado índice de corrupção no Brasil.

A partir do que foi exposto acima é possível perceber que a maior parte dos estudos trata a corrupção como exógena, embora ela seja retomada periodicamente para explicar aquelas que são chamadas de anomalias do sistema. Tal procedimento é altamente assimétrico, pois estabelece de antemão o que corresponderia ao funcionamento normal e exclui a priori da análise toda uma série de fatores. Assim, no sistema político, o conceito de corrupção é utilizado para dar conta de uma prática que é recorrente, mas é sempre explicada como desvio, falta ou excesso, irracionalidade, ignorância ou ingenuidade.

Ao proceder dessa maneira, porém, esse tipo de abordagem deixa em aberto inúmeras questões, principalmente no que diz respeito à frequência dos escândalos de corrupção no Brasil: se todos sabem que existe corrupção no Brasil e ela é vista unanimemente como um problema a ser combatido, porque sua existência persiste? Por que a corrupção é escandalosa se existência de corrupção no Brasil é do conhecimento de todos? Corrupção no Brasil é proibida ou permitida?²

Além dos três tipos básicos de definições para corrupção, apontados por Heidenheimer (1970), Marcos Fernandes Gonçalves da Silva (1995), identifica um quarto tipo, a saber, a *definição do senso comum*. O autor nos faz notar que, no Brasil, a maior parte da população percebe a prática da corrupção como um fenômeno associado aos políticos, às elites econômicas e aos servidores públicos que usam o poder que possuem para extorquir renda. Partindo desse tipo de constatação, vem se desenvolvendo no Brasil uma vertente de análise que identifica dimensões culturais importantes da corrupção, explorada principalmente pela antropologia. Essa vertente busca teorizar acerca da dinâmica política brasileira incorporando a corrupção dentro do sistema enquanto variável endógena. Vale ressaltar, no entanto, que isso não quer dizer legitimar a corrupção, mas apenas incorporá-la à análise.

Marcos Aurélio Caminha (2003), por exemplo - baseando-se na argumentação desenvolvida por João Maurício Adeodato (1992) - sustenta que a corrupção corresponderia a uma forma de legitimação não jurídica do poder, isto é, uma forma de impor decisões sem o uso da força. Assim, o conceito de corrupção englobaria em CAMINHA (2003, p.4),

"a) 'a excepcionalidade da aplicabilidade', como forma de adotar como regra as exceções à regra legal, visando a beneficiar alguém ou algum grupo dominante; b) a 'ficção da isonomia', adotando-se pesos e medidas diferentes na aplicação da lei, para beneficiar pessoas ou grupos dominantes; c) 'as boas relações', que consiste na troca de favores com ou entre os burocratas, às custas do erário; d) 'o poder militar politizado', ou seja, a subversão do poder militar que, ao invés de servir à garantia da segurança contra ameaças externas, trabalha contra as 'ameaças' internas, mediante um acordo entre as elites militares e civis (exemplo disso são os tratamentos diferenciados dos funcionários militares em relação aos civis); e) 'o jeito' (ou jeitinho) que, segundo Motta e Alcadipani (1999, p.9), quem o concede não é incentivado por nenhum ganho monetário ou pecuniário, sendo levada a fazê-lo por razões de ordem cultural e psicológica, historicamente enraizadas entre os brasileiros; f) 'a corrupção' em sentido estrito, que é definida na legislação penal, englobando também a figura da concussão; g) o 'clientelismo', que é uma forma de favorecer elites na distribuição de recursos públicos; h) as formas de procrastinação do feito, que são táticas de protelar a decisão, também muito difundidas entre os magistrados brasileiros; i) a própria ineficácia da lei (as pessoas tendem a afirmar que 'umas pegam, outras não'); e j) a ficção da hierarquia no sistema oficial, muito comumente invocada para o pisoteio de direitos adquiridos." (CAMINHA, 2003, p.4)

Nesse sentido, peço licença ao autor para

¹ O termo *accountability* se refere à prestação de contas dos atos de autoridades e governos perante a sociedade civil (FILGUEIRAS, 2006, p.3)

² Para ulteriores desenvolvimentos dessas questões ver Bongianino (2009).

sugerir que a corrupção no Brasil estaria relacionada com o fato de aqui conviverem duas éticas paradoxais, tal como evidencia Regina Mendes (2008): uma ética é explícita e se expressa no discurso liberal, igualitário e democrático da isonomia constitucional (segundo a qual todos são iguais perante a lei), cuja formulação obedece a lógicas universalizantes; a outra ética é implícita e se expressa na prática jurídica hierárquica e inquisitorial, mas também no fato de os privilégios estarem positivados no ordenamento jurídico. Como evidencia a autora, tal situação seria legitimada e mantida pelo princípio de Ruy Barbosa, segundo o qual, no Brasil, para promover a igualdade seria necessário tratar desigualmente os desiguais na medida em que desigualam. Esse princípio (chamado pela autora de 'jusnaturalismo às avessas'), segundo o qual a desigualdade jurídica seria decorrente da natural e irredutível desigualdade social, parece fundamentar também determinadas sensibilidades jurídicas entre a população brasileira.

Dé fato, como demonstram os estudos realizados por ela e por Roberto Kant de Lima (2008), o sistema judicial criminal brasileiro não é aplicado da mesma forma a todos os cidadãos. Aqui, o direito é aplicado de maneira desigual a setores diferentes da população, em função de seu suposto grau de civilização. Assim, é possível dividir a cidadania brasileira em três classes, à maneira de José Murilo de Carvalho (2001): a primeira classe é constituída pelos sujeitos de status mais elevado, os quais estão acima da lei e se beneficiam dela para defender seus interesses por poder, dinheiro e prestígio; a segunda classe é composta pela classe média, a qual está sujeita aos benefícios e rigores da aplicação incerta do código civil e do código penal; por fim, a terceira classe é formada pelos indivíduos de status mais baixo, os quais estão desprotegidos pela sociedade e pela lei, estando sujeitos apenas ao código penal.

Seguindo a argumentação apresentada acima, essas e outras práticas jurídicas e sociais profundamente discriminatórias parecem ser justificadas por uma representação elitista e evolucionista da cultura e da sociedade. Com efeito, a convivência de um sistema explicitamente igualitário e implicitamente hierárquico requer práticas e valores desiguais que compensem o desequilíbrio decorrente da ambigüidade entre essas duas éticas contraditórias, permitindo sua atualização, manutenção e reprodução. Nesse sentido, a corrupção seria um reflexo e um reforço da configuração hierárquica da sociedade brasileira.

Outro caminho interessante a ser percorrido para tentar estudar a corrupção, sem lançar mão de variáveis transcendentais, pode ser encontrado na vertente de análise que busca compreender a relação entre corrupção e escândalo. Ao focar nos escândalos políticos e abordar os fatores aos quais está condicionado o surgimento deles, torna-se possível analisar a percepção que as pessoas têm da corrupção e o modo como reagem a ela, assim como quais são as práticas percebidas como corruptas e corruptoras; o modo em que se instituem e as pessoas envolvidas.

Efetivamente, de acordo com Lawrence Sherman (1990) o escândalo envolve a revelação de fatos considerados denunciáveis, sua publicação, divulgação e dramatização (por meio de discussões, ameaças, defesas e investigações), chegando, por fim, a sua execução (julgamento) e rotulação. Analogamente, John Thompson (2000) define o escândalo como ações e eventos que envolvem tipos específicos de transgressões, as quais são suficientemente sérias a ponto de exigir uma resposta pública quando as pessoas tomam conhecimento delas. A esse respeito vale ressaltar que esse último autor enfatiza a importância crucial da comunicação midiática na divulgação dos escândalos políticos, uma vez que ela transcende o tempo e o espaço dos fatos denunciados, tendo extensão própria. Assim, ela coloca seriamente em risco a reputação das pessoas envolvidas no escândalo, a qual é concebida por Thompson (2000) como um poder simbólico, isto é, como um recurso extremamente precioso, que as pessoas buscam acumular, cultivar e proteger. A preservação da própria reputação é uma questão que tange sobretudo os políticos. Efetivamente, eles ocupam posições públicas importantes, gozam de elevado prestígio e visibilidade, sendo, pois, elevada também a cobrança de comportamentos formais e pessoais adequados. Assim, a descoberta de transgressões por parte de homens públicos – envolvendo questões sexuais, financeiras e de mau uso ou abuso do poder – é o que caracteriza o escândalo propriamente político, o qual se torna uma arma nas disputas que caracterizam o campo político³.

Conforme demonstram os estudos de Sérgio Abranches (1988) e Antônio O. Cintra (2004), o sistema político brasileiro é particularmente marcado por constantes disputas, negociações e conflitos, sendo definido por eles como um 'presidencialismo de coalizão'. Em seus trabalhos, que podem ser lidos como uma interpretação nativa da política brasileira, os autores evidenciam os valores e significados dados pelos próprios políticos acerca do sistema político e mostram como ele é percebido por seus agentes, abrindo assim uma janela para entender como esses atores interpretam suas próprias práticas.

Abranches (1998) e Cintra (2004) argumentam que haveria, no Brasil, a combinação de um 'presidencialismo imperial' com um regime multipartidarista e bicameralista, sendo a representação proporcional. Dessa forma, para aprovar um projeto, o presidente (embora dotado de amplos poderes) deve fazer frente aos interesses de fortes oligarquias regionais e, sem dispor de agremiação majoritária suficiente, deve superar duas instâncias legislativas. Tal diversidade de centros de poder criaria, segundo os autores, a necessidade de constituir grandes coalizões (nas fases pré-eleitoral, eleitoral e durante o governo), tanto no eixo partidário, quanto naquele regional-estadual. Efetivamente, a autoridade presidencial seria contrastada em ambos os eixos por facções internas ao partido, lideranças de outros partidos e lideranças regionais, tornando instável todo o sistema de governo. Assim, este estaria

³ Pierre Bourdieu (2000) utiliza o conceito de campo político para denominar a arena de discussão e disputa, composta pelas lideranças políticas. Segundo ele, o campo político gozaria de relativa autonomia e seria composto por específicos objetos de disputa, que garantem prestígio e poder simbólico (acumulado por meio de capital social, capital cultural etc.).

constantemente em risco, sendo o presidente refém dos interesses (ideológicos, programáticos ou pessoais) de seus parceiros, já que seu desempenho político dependeria sempre de sua eficiência em respeitar os compromissos partidários e regionais (que, inclusive, não foram necessariamente fixados ou explicitados na fase de formação da coalizão).

Abranches (1998) e Cintra (2004) afirmam que apesar dessa desestabilidade potencial, a estabilidade e governabilidade do sistema seriam garantidas, por um lado, pelos amplos poderes e pelos recursos político-financeiros de que dispõe o executivo e, por outro, pela concentração do poder (dentro do Legislativo) na Mesa Diretora e nas lideranças partidárias. Com efeito, ao mesmo tempo em que o Executivo necessita do Legislativo para aprovar sua pauta, o Legislativo depende do Executivo, responsável pela liberação dos recursos políticos e financeiros de importância estratégica para os parlamentares. De fato, é por meio desses recursos que os parlamentares podem levar obras e serviços às suas bases eleitorais e é assim que eles garantem sua aprovação junto a elas. Tal competência estratégica é utilizada pelo Executivo como prêmio para os parlamentares fiéis, configurando, pois, uma estrutura de punições e recompensas, que rege o sistema político brasileiro. Ao votar disciplinadamente, Executivo e Legislativo colaboram um com o outro, reciprocamente, permitindo a obtenção de consenso e, ao mesmo tempo, os parlamentares se credenciam para levar benefícios ao seu eleitorado e assegurar a própria reeleição.

A lógica adotada para formar essas coalizões é a distribuição de cargos ministeriais proporcionalmente ao tamanho das bancadas (e, portanto, proporcionalmente ao tamanho potencial do apoio). Todavia, uma vez que os recursos existentes são limitados e insuficientes para contentar os diversos interesses regionais, é inevitável o surgimento de disputas em torno do controle de bens públicos. Chaia & Teixeira (2001) exploram bem esse ponto ao estudar dois casos exemplares de escândalos ocorridos em 2001, durante a última gestão do Governo de Fernando Henrique Cardoso – a saber, o escândalo da Violação do Painel do Senado, envolvendo o presidente do Senado Antônio Carlos Magalhães, e o escândalo Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), Banpará (Banco do Estado do Pará) e TDAs (Títulos da Dívida Agrária), envolvendo o senador Jader Barbalho. Nesse trabalho, os autores sustentam que as denúncias de corrupção estariam relacionadas aos conflitos por interesses específicos entre os políticos que formam a base de sustentação do governo. De fato, nos casos analisados, os conflitos internos por prestígio entre Antônio Carlos Magalhães (ACM) e Jader Barbalho tinham o potencial de culminar em escândalos políticos, isto é, em comportamentos e denúncias de comportamentos que não condizem com as atitudes que se esperam de homens públicos.

Conforme argumentam os autores, nesses conflitos os políticos usam alguns fatos circunscritos aos bastidores da arena pública - que

não são considerados transgressivos pelos políticos enquanto mantidos nos bastidores, mas que têm potencial de transformar-se num escândalo político se chegarem a público - como arma capaz de ameaçar a reputação dos políticos com quem se está em situação de disputa. Com efeito, fatos como a trocas de insultos e agressões verbais (ou a prática da corrupção) adquirem significados profundamente diferentes na construção da imagem do político se são mantidos nos bastidores da política ou se são expostos na arena pública. Nesse sentido, parece-me que se possa afirmar que esses fatos, quando são circunscritos aos bastidores são *argumentos* utilizados para mobilizar apoios a favor de princípios concorrentes, mas se tornam *escândalos* quando são expostos na arena pública.

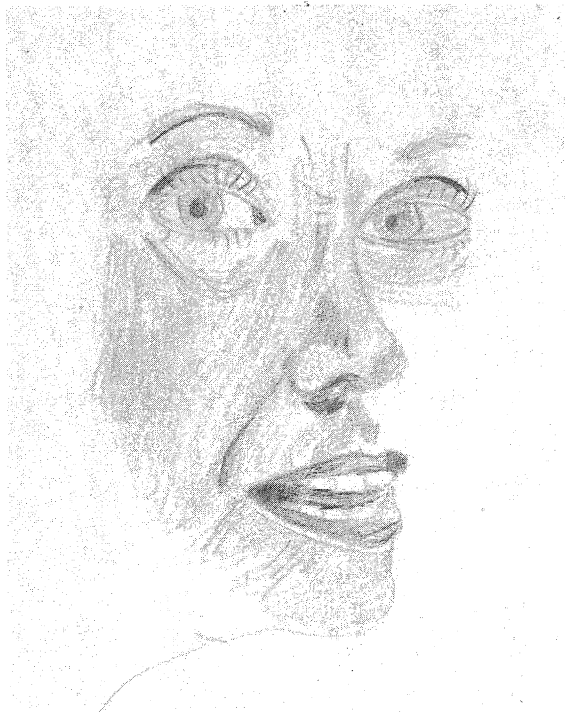
Chaia & Teixeira (2001) demonstram que foi exatamente isso que acabou ocorrendo nas disputas políticas entre ACM e Jader Barbalho, as quais culminaram em escândalos de corrupção. Ambos tentaram se fortalecer, colocando um em risco a reputação do outro e denunciando seus comportamentos comprometedores. Entretanto, ambos acabaram prejudicando a própria imagem quando as denúncias foram a público: protagonizaram conflitos por interesses pessoais e paralisaram as atividades do Legislativo em função disso.

Nesse sentido, Chaia & Teixeira (2001) concluem que, se por um lado é possível formar sólidas maiorias parlamentares aglutinando em torno do governo federal forças políticas heterogêneas por meio de troca de postos na máquina pública, por outro lado o sistema político como um todo se torna refém dessa estratégia. Não apenas os conflitos de interesse oriundos dela podem paralisar e minar a reputação do governo, mas também ela contribui para que as fronteiras entre os interesses públicos e privados não fiquem bem definidas.

Marcos Otávio Bezerra (1994, 2001) também introduz uma perspectiva interessante para pensar os escândalos de corrupção, ao estudar as relações e os princípios sociais que estruturam as ações designadas de corruptas e corruptoras. Tomando como exemplo as etapas de elaboração e execução da Lei Orçamentária da União, Bezerra (2001) evidencia como a troca de benefícios públicos por apoio político e votos, que se estabelece no plano local⁴, corresponde a um momento de uma relação que envolve também o plano nacional e institui obrigações morais que se estendem no tempo. Segundo ele, as esferas políticas locais e nacionais não são autônomas, mas objetivam um sistema complexo de relações de dependências mútuas e assimétricas em torno das quais se articulam os interesses, as práticas e as concepções políticas no Brasil.

Para obter votos (e se re-elegerem ou elegerem os candidatos que apóiam), os deputados, senadores e autoridades governamentais devem obter recursos para as localidades as que estão politicamente vinculados (ou seja, as próprias bases eleitorais). Todavia, para ter acesso a esses recursos eles dependem da burocracia do aparato estatal, que pode ou não lhes dar

⁴ Exemplos de estudos na literatura antropológica acerca da "barganha eleitoral" no plano local são aqueles realizados por Palmeira (1996), Goldman (2006), Kushnir (2000), Lanna (1995), entre outros.



acesso a esses recursos. Assim, eles mobilizam os vínculos que têm com os políticos no plano federal para facilitar a liberação de recursos e garantir a manutenção do apoio que recebem nas localidades a que estão politicamente vinculados. Ainda segundo o autor, o estabelecimento desses vínculos não está ligado, necessariamente, ao próprio pertencimento partidário, mas a concessão de apoio pode ser sim condicionada ao estabelecimento de um vínculo partidário entre o político que apóia e o que é apoiado – podendo essa ser uma das razões para migrações de partidos.

Bezerra (2001) aponta, portanto, para a existência de várias formas de disputas – além daquelas apontadas por Chaia & Teixeira (2001) – as quais são voltadas, em última instância, para a obtenção de recursos para as próprias bases eleitorais: aquelas envolvidas com a destinação de recursos para estados e regiões, aquelas envolvidas na aprovação de emendas individuais dos parlamentares e aquelas relativas à alocação de recursos nos ministérios. Todos esses conflitos estão fundamentados em uma disputa por prestígio junto à opinião pública, que identifica a realização de obras como um feito de determinado político em particular. Assim, os parlamentares tentam facilitar seu acesso aos recursos públicos, enquanto o Executivo tenta se vincular com os parlamentares para facilitar sua obtenção de recursos, buscando ambos aumentar seu prestígio junto a suas bases eleitorais. Percebe-se, pois, que há uma forte interdependência entre políticos situados nas instâncias locais e nacionais. Efetivamente,

“Da perspectiva eleitoral, o apoio político do prefeito e vereadores é essencial para uma parcela significativa dos parlamentares. Para estes, o poder do prefeito resulta, entre outros aspectos, do controle sobre a administração municipal e

sua reputação no município. Apesar da legislação assegurar ao parlamentar o direito de ser eleito em todo o Estado, o que opera na prática, como tem sido apontado por alguns autores, é uma forma de distritalização do voto. Assim, ao viabilizar o atendimento de um “pleito”, o parlamentar, ao mesmo tempo, investe na continuidade da relação e renova os compromissos políticos existentes. [...] Se a obtenção de recursos contribui para a consolidação dos laços, promessas que não se concretizam ou a incapacidade dos políticos para obter os recursos podem levar à sua dissolução. Isto faz com que estes laços precisem ser continuamente renovados.” (BEZERRA, 2001, p. 9).

Conforme argumenta Bezerra (2001), quanto maior o prestígio daquele de quem se recebe o apoio, maior a chance de se ter acesso a recursos. Destarte, os partidos que apóiam o governo têm virtualmente maior possibilidade de obter recursos, agilizando e facilitando o trâmite burocrático, por meio dos vínculos partidários, das relações de amizade, dos compromissos políticos e do prestígio dos parlamentares.

Em um estudo anterior, Marcos Otávio Bezerra (1994) desenvolve mais explicitamente a importância dos vínculos para a política brasileira. Seguindo uma abordagem similar àquela adotada por Chaia & Teixeira (2001), o autor busca estudar dois escândalos de corrupção, a saber, os casos Valença e Coroa-Brastel, focando, porém, nas relações e nos princípios sociais que estruturam as ações designadas de corruptas e corruptoras. A partir desse trabalho, o autor sustenta que a corrupção corresponderia à extensão da esfera privada à esfera pública e da esfera pública à esfera privada. Efetivamente, a esfera pública e oficial brasileira seria marcada por relações *formais*, decorrentes do cargo que se ocupa, mas também pelas relações *personais* (tais como parentesco e amizade) que os indivíduos têm na sociedade. Uma vez que essas últimas são difundidas e socialmente institucionalizadas no cotidiano, elas não são questionadas ou combatidas quando são estendidas à esfera pública e às relações oficiais. Analogamente não são questionados os ganhos que se obtém por meio das relações pessoais, os quais são institucionalizados na esfera privada e, conseqüentemente na esfera pública, já que uma é estendida à outra.

O autor demonstra que a corrupção estaria fundamentada em preceitos morais, modalidades de relações e mecanismos sociais característicos da sociedade brasileira. Essa fundamentação pode ser expressa por aquilo que Luis Roberto Cardoso de Oliveira (2001), define como moralidade, a saber, aquilo que orienta as ações e práticas na vida cotidiana. Nesse sentido, ela corresponderia ao conjunto culturalmente contextualizado e intersubjetivamente compartilhado de valores, sentimentos e emoções, o qual dá sentido e significado social ao ato, transformando-o em atitude. Nesse

sentido, se poderia dizer que no Brasil haveria uma conexão íntima entre corrupção e moralidade.

De fato, como sustenta Bezerra (2001), de forma geral, a obtenção corrupta de recursos materiais e institucionais do Estado está inserida em um ciclo de transações que engloba a corrupção, mas não se limita a ela. Analogamente, interesses econômicos existem nas trocas corruptas, mas essas últimas não podem ser explicadas apenas em termos de *interesses*, mas também em função das *obrigações sociais* prescritas nas relações sociais existentes entre as pessoas envolvidas nessas trocas. O exercício de um cargo público, ou seja, de uma função impessoal, não retira os indivíduos das relações pessoais em que estão inseridos. Tais relações possuem um caráter instrumental⁵, pois o fato de se possuir relações pessoais com pessoas que (mantêm relações pessoais com aqueles que) detêm recursos é, virtualmente, um meio de ter acesso a esses recursos. Assim, as relações constituem um tipo de capital social que pode ser utilizado como uma estratégia socialmente aceita para se alcançar objetivos situados no plano das relações formais – como no ‘caso Valença’ – ou para transformar interesses privados em interesses do Estado – como no ‘caso Coroa-Brastel’.

A análise fornecida por Bezerra (1994) do ‘caso Valença’ nos faz perceber, pois, que a troca de favores e a obtenção recíproca de benefícios entre pessoas com quem se mantém relações pessoais é intrínseca a essas relações:

“concebe-se como algo natural e legítimo recorrer direta ou indiretamente a pessoas que ocupam posições chaves no Estado de modo que se tenha acesso e se utilize de modo privilegiado os recursos do mesmo. Do ponto de vista das relações pessoais, concebe-se como um ato socialmente admissível que tanto se façam pedidos pessoais a estas pessoas como que os pedidos sejam atendidos.” (BEZERRA, 1994, p.31)

Uma vez que os trâmites burocráticos são lentos e pouco eficientes, faz-se uso das relações pessoais de modo que seja concedida atenção especial à solicitação feita por meio do procedimento formal, quando ela é acompanhada de um pedido pessoal. Efetivamente, a reciprocidade integrante da moralidade brasileira implica no fato de que os pedidos realizados a pessoas que integram a própria rede de relações pessoais⁶ estejam fundamentados em obrigações sociais que postulam que tais pedidos devam ser atendidos para que essas relações sejam mantidas. Percebe-se, pois, que essas redes de relações pessoais e de troca de favores são dotadas de um contorno oficial, que confere a elas uma certa legitimidade e as integra ao Estado: elas não correspondem a um poder paralelo, mas contrariamente se nutrem e dependem do Estado, não havendo uma descontinuidade efetiva entre atividades cotidianas da política brasileira e entre aquelas que são denunciadas como corruptas. Além disso,

como nos faz notar Bezerra (1994),

“é curioso constatar que as exigências e garantias administrativas - como no caso das licitações públicas ou as exigências técnicas - têm sido estrategicamente utilizadas em benefício de interesses de caráter privado. Como se operasse uma espécie de círculo vicioso, as dificuldades, os obstáculos, etc. levam às intervenções, que, por sua vez, são o que garante que as dificuldades e obstáculos estarão presentes. Trata-se, por assim dizer, de um mecanismo que se auto-perpetua na medida em que cria as próprias condições de sua reprodução.” (BEZERRA, 1994, p.32)

No entanto, Bezerra evidencia que, embora sejam rotineiras as trocas de favores e a obtenção recíproca de benefícios entre pessoas que ocupam cargos públicos, práticas desse tipo podem ser consideradas corruptas quando envolvem interesses econômicos, e, principalmente, quando os interesses individuais são colocados acima dos interesses relacionais. Como demonstra a fala de Sérgio Menin, concedida em depoimento à CPI, é importante frisar o fato de se tratar de um pedido de natureza pessoal, mas sem interesses individuais: “Apenas solicitei ao Sr. Ministro uma atenção para o pedido, que eu desconhecia. Tampouco, tirei proveito para minha empresa desse fato.” (BEZERRA, 1994, p. 11).

Além disso, o que parece levar à denúncia de corrupção é a não retribuição adequada, anulando a reciprocidade da relação por colocar os interesses individuais acima da própria relação - ao exigir, por exemplo, uma comissão acima do preço praticado em troca do favor concedido, como expressa a fala do prefeito que denunciou o ‘caso Valença’, publicada no Jornal do Brasil em 14 de janeiro de 1988: “o que fez o rompimento do ‘esquema’ foi a comissão de 50% cobrada”. (BEZERRA, 1994, p.14). Um último exemplo a esse respeito é o fato de que



⁵ Eric Wolf (2003) trata desse aspecto instrumental das relações pessoais, apontado por Bezerra (1994), quando analisa um tipo específico de amizade, denominado por Wolf (2003) de ‘amizade instrumental’. Diferentemente de Wolf (2003), porém, Bezerra (1994) considera essa instrumentalidade um elemento constitutivo da amizade em geral e das demais formas de relação pessoal, não apenas de um de seus tipos.

⁶ O autor emprega a noção de rede de relações pessoais para se referir ao “conjunto limitado de contatos diretos e indiretos de uma pessoa que se caracteriza por estar fundado em relações de caráter pessoal” (BEZERRA, 1994, p.4).

assim que foi feita a denúncia, Sérgio Menin deixou o cargo obtido por meio da troca de benefícios públicos que caracterizou o 'caso Valença', demonstrando que a relação é mais importante que os benefícios obtidos por meio dela. Com efeito, "findam os negócios, mas as relações persistem" (BEZERRA, 1994, p. 15).

Outro aspecto importante dessas práticas, evidenciado por Bezerra (1994), é que elas não são vividas como trocas desinteressadas, unilaterais e independentes umas das outras. Além disso, elas estão fundamentadas na confiança (não sendo asseguradas por contratos formais). Parece-me importante ressaltar, pois, que não se trata de um esquema de trocas econômicas, uma vez que, como foi dito anteriormente, a relação é mais importante que o interesse individual – aspecto que absolutamente não faz parte das trocas econômicas. Nesse sentido, considero interessante pensar até que ponto essas práticas se assemelham ao esquema de trocas de dádivas proposto por Mauss (2003). Não proponho dar o mesmo estatuto ético e epistemológico às trocas políticas brasileiras e ao sistema de Mauss, mas acredito que esse ponto mereça uma reflexão mais detida.

De acordo com a formulação de Mauss (2003), o sistema de dádiva corresponderia a uma seqüência descontínua de atos aparentemente voluntários, generosos e gratuitos, mas marcados pela obrigatoriedade sociológica de dar, receber e retribuir. Nesse sistema, *peçoas* morais estariam unidas em relações recíprocas de dívida e crédito, que estabelecem hierarquias e vínculos, ambos em um só tempo, entre essas *peçoas* morais. Tal sistema apresenta, portanto, um caráter profundamente paradoxal e agonístico, pois dádiva implica em dívida, dar significa perder - ainda que momentaneamente - para se poder dar. Tratado pelo autor como um fato social total, o sistema de dádivas apresenta aspectos de natureza múltipla da totalidade social, incluindo instâncias econômicas, jurídicas, estéticas, morfológicas, religiosas (ritualísticas) e morais (políticas e familiares).

Como foi antecipado acima, as trocas de favores e a obtenção recíproca de benefícios entre *peçoas* que ocupam cargos públicos não são estabelecidas entre *peçoas* morais, no sentido maussiano - isto é, sujeitos revestidos de características sociais que lhes conferem obrigações - mas sim entre indivíduos. O sistema político não constitui uma totalidade como as sociedades estudadas por Mauss (2003) que praticam o dom enquanto fato social total. Por outro lado, não me parece exagerado sugerir que esses indivíduos pratiquem essas trocas com base em uma obrigação moral, ainda que não se trate de uma obrigação moral sistêmica, como em Mauss (2003), fazendo com que nem todas essas trocas possam ser denominadas de trocas econômicas.

De fato, segundo a definição de Weber (1999), as relações mantidas em coexistência e seqüência no mercado econômico são intrinsecamente efêmeras e curtas (limitando-se à entrega recíproca dos bens de troca), cada

troca encerrando-se em si mesma. Assim, a associação criada entre as partes envolvidas na troca estritamente econômica também é especificamente curta e efêmera, encerrando-se também cada associação em si mesma. O contato entre os indivíduos se dá de maneira prática, objetiva e impessoal, uma vez que eles se orientam a partir do interesse único (compartilhado conscientemente por todos os membros dessa comunidade de mercado econômico) pelos bens de troca.

Voltando a Bezerra (1994), ele argumenta que além da relação ser mais importante que os interesses pessoais, a obrigação social de se atender ao pedido de uma pessoa com quem se mantém relações pessoais seria mais importante do que a obrigação institucional de se ater aos procedimentos formais. Efetivamente, aquele que atende a um pedido pessoal, em detrimento das obrigações formais decorrentes do cargo que ocupa, também evidencia uma maior preocupação com a relação. Nesse sentido, o 'caso Coroa-Brastel' fornece um exemplo interessante da importância do investimento na relação, uma vez que ela corresponde a um meio virtual de se ter acesso a recursos e obter benefícios, conforme foi apontado anteriormente.

Ao analisar esse caso, Bezerra (1994) nos faz perceber como o empresário Assis Paim buscou "credenciar-se" junto ao Estado, mobilizando seus contatos pessoais ou atendendo diretamente às demandas do governo de que adquirisse empresas em situação de insolvência. Ao proceder dessa maneira o empresário criou condições para que seus interesses junto ao Estado deixassem de ser tratados em termos puramente formais, comprometendo-se pessoalmente com a instituição e fazendo com que ela se comprometa com ele sem perder suas propriedades de instituição, apenas facilitando os trâmites burocráticos dos requerimentos oficiais do empresário. Assim, continua o autor, por um lado essas trocas estão de acordo com a temporalidade da dádiva, já que os ganhos puramente econômicos do empresário não resultam de maneira imediata do atendimento às demandas do Estado. Por outro lado, porém, Bezerra (1994) evidencia que há uma explicitação da obrigatoriedade da dádiva, uma vez que o empresário considera que os serviços prestados ao governo devem ser necessariamente retribuídos e que sua concessão corresponde a uma estratégia conscientemente utilizada por ele para obter vantagens do Estado.

Do que foi apresentado acima, parece precipitado afirmar que a corrupção no Brasil esteja associada a meras "faltas". Primeiramente, ela não corresponde a uma prática unanimemente definida, tão pouco unanimemente condenada. Conforme aponta Caminha (2003), ela corresponde a uma forma de legitimação não jurídica do poder que se manifesta de diferentes maneiras e estaria fundamentada na coexistência das éticas igualitárias e hierárquicas, as quais são refletidas pela corrupção e reforçadas por ela.

Além disso, como mostram Chaia & Teixeira (2001) e Bezerra (1994 e 2001), a estabiliza-

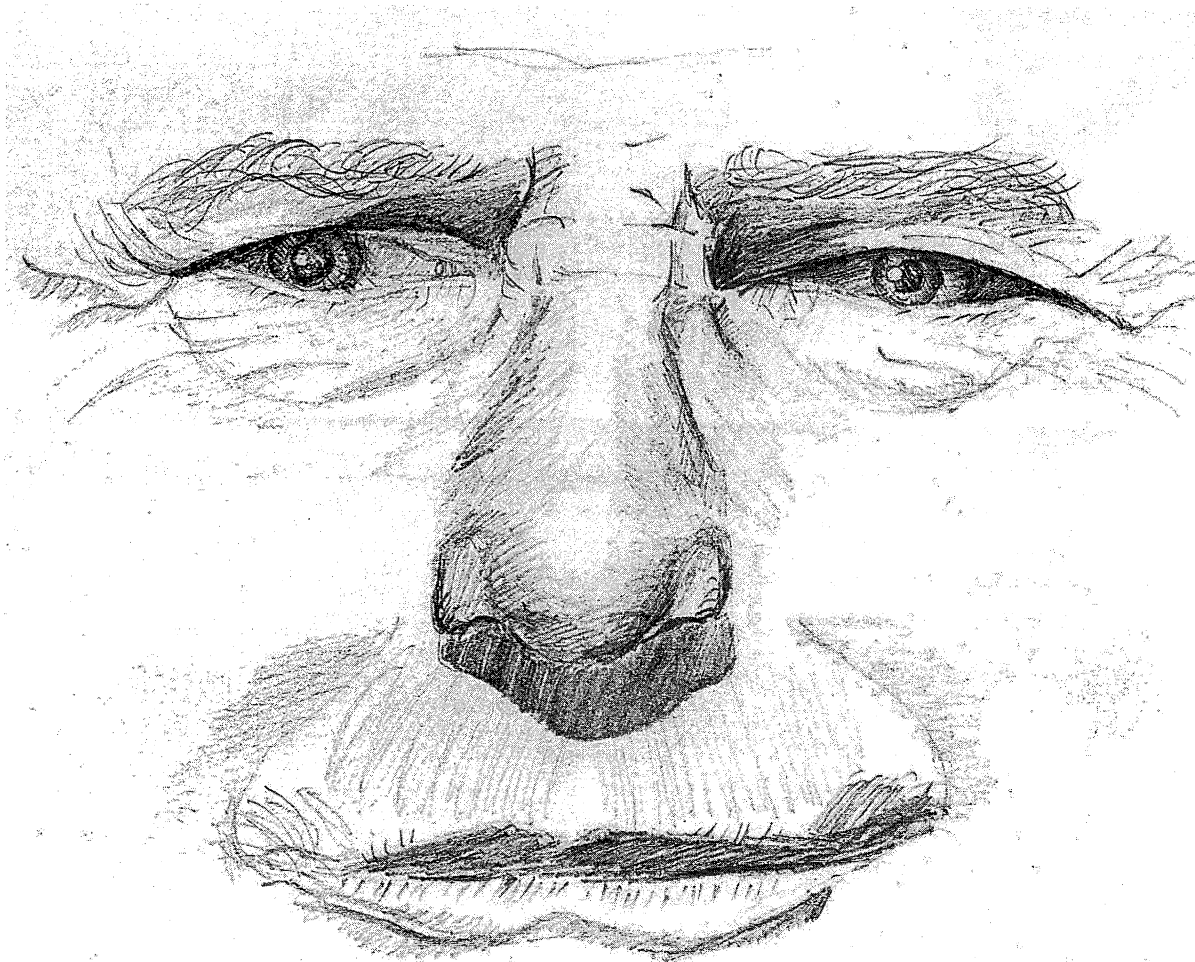
ção dos governos depende do estabelecimento de vínculos entre os políticos, e o prestígio dos homens públicos junto a seus eleitores depende do estabelecimento de uma interdependência entre a esfera pública municipal e nacional, mas também entre o executivo e o legislativo. Assim, os políticos fazem uso de vínculos de todo tipo, inclusive pessoal, para obter acesso a recursos públicos, levando a uma indistinção entre público e privado.

Em tal contexto, a moralidade da reciprocidade brasileira vê com bons olhos a obtenção

recíproca de vantagens por meio de trocas de favores entre pessoas com quem se mantém relações pessoais, havendo inclusive uma obrigação social em se realizar essas trocas. A argumentação desenvolvida nesse texto sugere que tal prática só é percebida como negativa quando coloca os interesses individuais acima dos interesses relacionais (os quais são também individuais e econômicos, mas não apenas). Nesses casos, a troca de favores pode passar a ser taxada de corrupção, caso seja denunciada e se torne um escândalo.

Submetido em setembro de 2009

Aprovado em dezembro de 2009



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio. (1988), "Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". Dados, vol. 31, nº 1.
- ADEODATO, João Maurício. (1992), "Uma teoria (emancipatória) da legitimação para países subdesenvolvidos.", in Anuário do Mestrado em Direito, Recife, nº 05.
- BEZERRA, Marcos Otavio. (1994), *Bases Sociais da Prática da Corrupção no Brasil*. (Palestra pronunciadas no Departamento de Antropologia da UnB, 17 e 24 nov. 1993), Brasília.
- _____. *Corrupção: um Estudo Sobre Poder Público e Relações Pessoais no Brasil*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- _____. (2001), "Políticos, Representação Política e Recursos Públicos." Horizontes Antropológicos, v. 7, n. 15: 181-207.
- BONGIANINO, Claudia Fioretti. (2009), *Palavras Vividas: um estudo de caso sobre os escândalos de corrupção no Brasil*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, datilo.
- BOURDIEU, Pierre. (2000), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CAMINHA, Marco Aurélio Lustosa. (2003), "A corrupção na Administração Pública no Brasil". Jus Navigandi, ano 8, n. 176.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. (2001) "Direitos republicanos, identidades coletivas e esfera pública no Brasil e no Quebec." Série Antropologia, 304.
- CARVALHO, José Murilo de. (2001), *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CHAIÁ, Vera; TEIXEIRA, Marco Antonio. (2001), "Democracia e escândalos políticos". São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 4: 62-75.
- CINTRA, Antônio Otávio. (2004), "O sistema de governo no Brasil", in A. O. Cintra & L. Avelar (orgs.), *Sistema Político Brasileiro – uma introdução*. São Paulo, Konrad Adenauer/ UNESP.
- FILGUEIRAS, Fernando. (2006), "A Corrupção no Brasil e as Instituições Políticas", UFJF/Defesa, Juiz de Fora.
- GOLDMAN, Márcio. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- HEIDENHEIMER, Arnold J. *A political corruption: readings in comparative analysis*. New York: Hold Rinehartand Winstow inc, 1970.
- HUNTINGTON, Samuel Phillips (1975), *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: EDUSP, Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- KANT DE LIMA, Roberto. (2008), "Cultura Jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial", in R. Kant de Lima (orgs), *Ensaio de antropologia do direito*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- KUSCHNIR, Karina. (2000), *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- LANNA, Marcos. (1995), *A dívida divina*. Campinas, Ed. da Unicamp.
- MAUSS, Marcel. (2003), "Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas", in M. Mauss (orgs), *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac & Naif.
- MENDES, Regina L. T. (2008), "Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial" in R. Kant de Lima (orgs), *Ensaio de antropologia do direito*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- MENY, Yves. (1996), "Corruption 'fin de siglo': Cambio, crisis y transformacion de los valores". *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, Paris/ UNESCO, nº149.
- SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. *A economia política da corrupção: o escândalo do orçamento*. São Paulo, Núcleo de Pesquisa e Publicação (NPP) da FGV-SP, 1995.
- PALMEIRA, Moacir. Política. (1996), "Facções e Voto", in M. Palmeira & M. Goldman (orgs.), *Antropologia, voto e representação política*, Rio de Janeiro, Contra Capa.
- ROSE-ACKERMAN, Susan. (1999), *Corruption and Government*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SHERMAN, Lawrence W. (1990), "The Mobilization of Scandal", in A. Heidenheimer & M. Johnston & V. T. LeVine (orgs), *Political corruption: a handbook*. New Brunswick, Transaction Publishers.
- THOMPSON, John B. (2000), *Political scandal: power and visibility in the media age*. Cambridge, Blackwell Publishers.
- WOLF, Eric. (2003), "Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas", in B. FELDMAN-BIANCO & G. L. RIBEIRO (orgs), *Antropologia e poder: contribuições de Eric Wolf*. Brasília: Ed. UnB.
- WEBER, Max. (1999), *Economia e sociedade*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

Sociologia no Ensino Médio: entre a intermitência e o desafio

Luisa Barbosa

Graduada do Curso de Ciências Sociais / UFRJ

Bruna Lucila

Graduada do Curso de Ciências Sociais / UFRJ

Palavras chave:

Sociologia, ensino, educação.

Key words:

Sociology, teaching, education.

RESUMO: Este trabalho busca refletir sobre os avanços e dilemas do ensino de Sociologia no Brasil. Aliamos essa reflexão ao desafio recente colocado pela efetivação da disciplina como obrigatória em todos os anos do Ensino Médio. Para isso, buscamos principalmente a observação discente sobre a disciplina em si. Procuramos assim contribuir para o aprimoramento da prática docente, entendendo o aluno como fonte de significado.

ABSTRACT: This following article shows a reflection on the progress and the dilemmas of teaching sociology in Brazil. Our purpose is to combine this reflection with the challenges emerged from the alter of legislation, which established the compulsory teaching of sociology for all year of high school. In order to develop our research, we considered of most importance the opinion of the students about this subject. We intend to contribute to the improvement of sociology as a subject in high school, understanding the student as a source of meaning.

Introdução

Esse artigo é fruto do desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida por duas licenciandas em Sociologia na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O estágio supervisionado e as aulas de Didática Especial estimularam a realização de uma pesquisa sobre a percepção discente ao ensino de Sociologia que apresentamos introdutoriamente neste artigo.

Tal pesquisa ainda se encontra em fase de tabulação dos dados coletados. No entanto, ainda assim é possível levantar algumas pertinentes questões a respeito do ensino de Sociologia nesse recente cenário de mudanças.

A aprovação da Sociologia como disciplina efetiva em todos os anos do Ensino Médio constitui-se como um avanço significativo para a educação brasileira. No entanto, junto com ele, inúmeros desafios são colocados para os atores

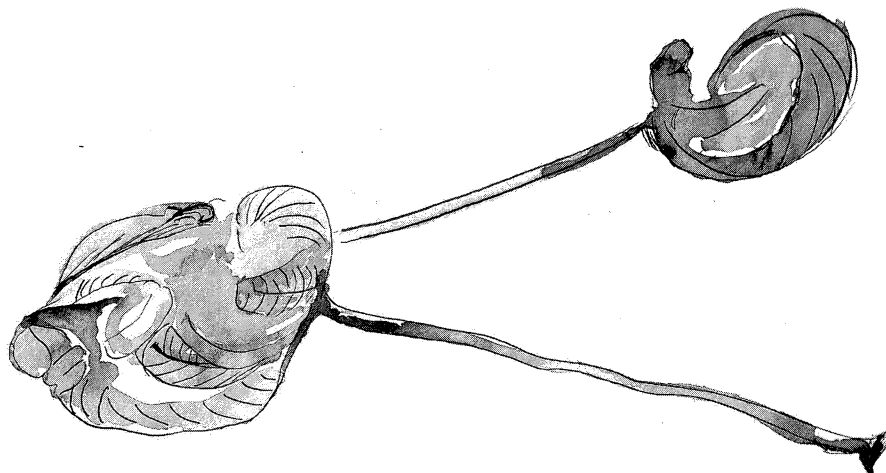
que desenvolvem o saber sociológico, nas mais diferentes esferas.

A ampliação dos cursos de licenciatura, a adequação da grade escolar, a contratação de professores qualificados, e principalmente, o ensino de Sociologia e sua prática pedagógica se colocam como algumas das demandas centrais que temos em nosso horizonte.

Nosso objetivo aqui foi contribuir um pouco com esse momento considerando o aluno como foco analítico principal. A percepção do aluno sobre a disciplina, as práticas que mais facilitam o seu entendimento e a sua ausência no vestibular¹ foram alguns dos questionamentos que nos guiaram na elaboração dessa pesquisa.

Histórico de intermitência

A história do ensino de Sociologia no Brasil inicia-se no ano de 1870. Através de proposta contida no parecer de Rui Barbosa, sua inclusão



¹ Algumas Universidades como a UFU – Universidade Federal de Uberlândia – já adotam Sociologia no Vestibular. Tais iniciativas, no entanto, são tímidas se considerarmos o número de Universidades no Brasil.

é sugerida em substituição ao ensino de Direito Natural. O parecer, no entanto, nem chega a ser votado no Congresso.

Apenas dez anos depois o tema volta através da Reforma Educacional de Benjamin Constant. Na proposta, a disciplina passaria a constar como obrigatória no Ensino Secundário. A reforma não é implementada, mas, a Sociologia vai progressivamente acumulando prestígio e sendo lecionada em alguns cursos, com destaque para aqueles voltados para a formação de professores.

Em 1925 a Sociologia passa a integrar de fato os currículos escolares brasileiros pela Reforma Rocha Vaz sendo mantida também pela Reforma Francisco Campos de 1931. Em 1933, para atender a demanda escolar, são iniciados os cursos de Ciências Sociais em diversas universidades brasileiras. A disciplina ia se consolidando no cenário nacional, porém, tal trajetória é interrompida já em 1942. Fruto da Reforma Capanema, a disciplina perde o caráter de obrigatoriedade nos currículos.

Na nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB: Lei n. 4.024/61) a Sociologia continua sem caráter obrigatório. A disciplina, considerada como optativa nos currículos escolares, vai desaparecendo das escolas. Seu ensino, quando ocorre, vem marcado pela perspectiva tecnicista, visando à busca de resultados objetivos (OCN, 2006). Em 1971, por intermédio de uma nova LDB imposta pelo governo militar, retira-se a Sociologia dos currículos escolares. As escolas a substituem pela Educação Moral e Cívica (EMC) e pela Organização Social e Política Brasileira (OSP). Estas disciplinas só foram retiradas definitivamente com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n° 9.394, de 1996).

Nos anos 80, o governo federal se

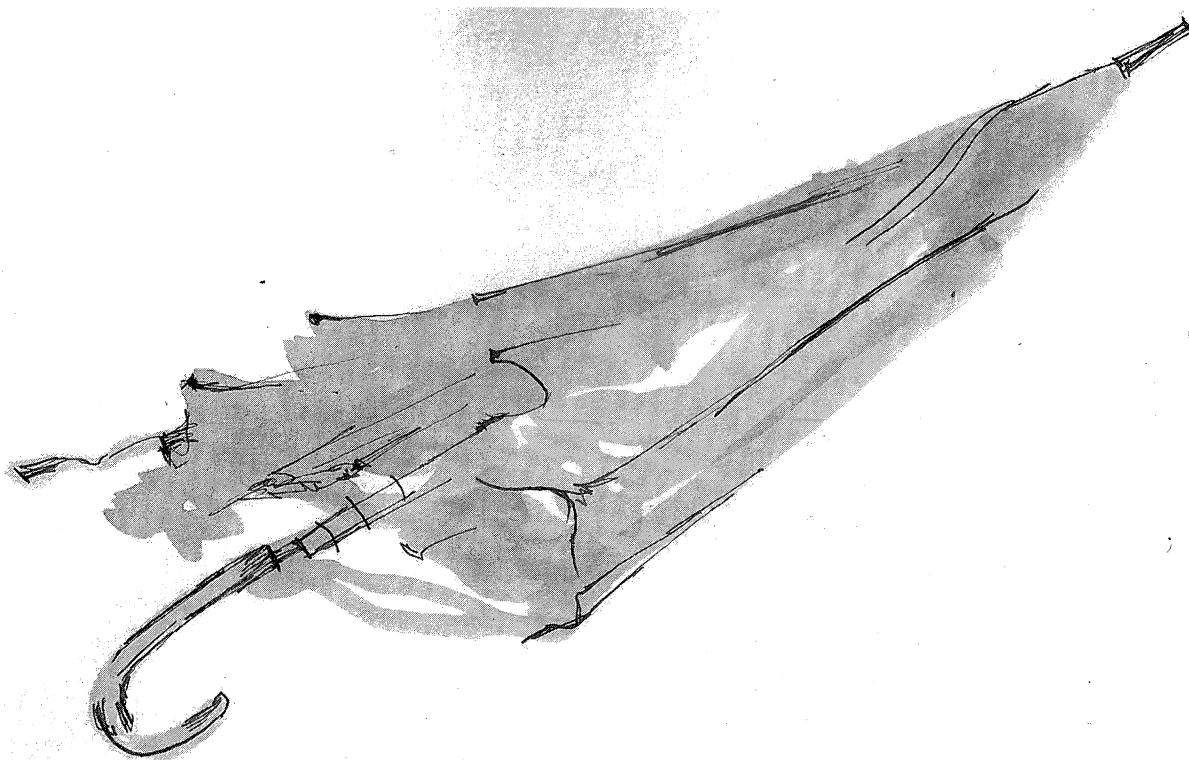
desresponsabiliza pela unicidade do currículo e desobriga o ensino técnico. Assim abre a possibilidade para a sua pluralidade, ao longo do Brasil.

Se por um lado tal medida afasta o Estado brasileiro da formação educacional, trazendo prejuízos imensuráveis que reforçam as desigualdades regionais no campo educacional, por outro abre possibilidades para que cada Estado aprimore seu currículo.

A partir daí, Secretarias Estaduais de Educação passam a adotar com mais prioridade o ensino de Sociologia. Tal medida marca o período de reinserção da disciplina que vai de 1982 até os tempos atuais.

Na LDB de 1996 ela é sugerida novamente para os currículos do ensino secundário, chamado atualmente de ensino médio. Tal proposta agrega também o ensino de Filosofia. A medida se configura como um passo importante para a efetivação tanto da Sociologia quanto da Filosofia no ensino médio. Contudo, sua aplicabilidade real é extremamente limitada pela dubiedade da proposta. Alguns Estados a adotam pelo menos em um ano do Ensino Médio – como é o caso do Rio de Janeiro onde a Filosofia compõe a grade do 1º ano e a Sociologia do 3º ano. Outros preferem não adotá-la – como no Estado de São Paulo. Não são disciplinas obrigatórias e seu ensino é restrito a atividades e projetos específicos que visam compor a parte diversificada da grade curricular do Ensino Médio.

Principalmente a partir dessa medida o movimento social em defesa da inclusão da Sociologia e da Filosofia no Ensino Médio ganha força. Essa passa a ser uma das principais bandeiras de associações de professores, sindicatos, centros acadêmicos e grêmios estudantis ligados às disciplinas. Também consta na pauta das principais entidades nacionais no campo da edu-



cação: a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas).

Passeatas, campanhas e mobilizações vão ganhando corpo e o Governo Federal, a partir de 2003, inicia uma discussão efetiva sobre tal inclusão. Apenas no ano de 2006, pelo parecer nº 38, o Ministério da Educação obriga a inclusão de ambas no Ensino Médio, mas, ainda assim, essas não são exigidas em todos os anos.

Contudo, o ano de 2008 muda esse quadro. Após inúmeras manifestações, debates e campanha em prol dessa causa, a Sociologia e a Filosofia passam a se tornar disciplinas obrigatórias de todo o Ensino Médio através da lei 11.684 de dois de junho de 2008. Tal medida, que tem um período de dois anos para ser concluída em seu conjunto, abre amplas possibilidades e ao mesmo tempo traz novas contradições que, até então, não se colocavam na pauta dos pesquisadores e/ou professores de Sociologia.

Quadro atual

Apesar da considerável vitória recente, o quadro não é dos melhores para o ensino de Sociologia. Em virtude desta intermitência por longos 54 anos (onde esteve presente somente nos cursos técnicos de magistério), esta disciplina ainda ocupa atualmente um lugar marginal no rol dos componentes curriculares (SANTOS, 2004). Figurou nos currículos até então com carga horária bastante reduzida se compararmos com a das outras disciplinas. Como já destacado, sua adoção nunca foi completa em todas as escolas do Ensino Médio. Principalmente as escolas particulares de todo o território nacional negligenciaram sua aplicação.

Aliado a tudo isso está ainda a sua ausência nos vestibulares que, se por um lado não restringe a disciplina a uma perspectiva voltada puramente para o conteúdo programático de uma prova, por outro, a coloca em um patamar de "pouca importância", encarada subjetivamente por diferentes atores do ambiente escolar.

Os docentes de outras disciplinas parecem considerá-la como pouco importante e mantêm um vínculo bastante fluido com a disciplina e com o professor que a ministra, devido a sua baixa frequência na escola. O corpo pedagógico, conforme observamos em nossa pesquisa, quando precisa substituir alguma aula para a realização de atividades extracurriculares preferem sacrificar as de Sociologia e Filosofia. E os alunos muitas vezes lhe dão pouca importância pelo objetivo pragmático de resultado no vestibular, etapa que se encontra bem próxima já que esses alunos estão no último ano do Ensino Médio.

Considerando ainda essa trajetória do ensino de Sociologia no Brasil, é possível pontuar que nossa experiência como disciplina efetiva da grade escolar sempre foi muito limitada, ligada estreitamente ao momento político vivido pelo país (SANTOS, 2004). As Orientações Curriculares para o Ensino Médio de 2006 – OCN – em relação ao ensino de Sociologia, no entanto, indicam que pelo menos em dois períodos a limi-

tação desta disciplina nas grades não se confirma². Porém, acreditamos que a Sociologia, ao longo desses mais de cem anos, teve sua aplicação aliada, na maioria das vezes, a interesses políticos de determinados contextos históricos.

Por conta disso nunca existiu até então, em nível nacional, um currículo objetivo sobre esse ensino. A ambigüidade refletida na Reforma de 1996, que apesar de ressaltar a necessidade do ensino de Filosofia e Sociologia não as define como obrigatórias, vai nos render orientações muito gerais nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM).

Também muito pouco foi produzido, até os tempos atuais, sobre o ensino de Sociologia principalmente pelos sociólogos licenciados, que convivem cotidianamente com os conflitos da sala de aula.

Tal análise não se coloca aqui como crítica direta aos PCNEM³. De fato esses não podiam ser tão objetivos já que o tempo que o professor contava em sala de aula era extremamente limitado. Qualquer tentativa que procurasse enrijecer tal prática traria muito mais malefícios do que benefícios, na nossa opinião.

Nesse cenário, os professores de Sociologia da maioria das escolas precisavam abusar de sua capacidade criadora. Por conta disso reinventavam e reinventam cotidianamente sua ação na sala de aula com muita criatividade e ousadia e, até agora, de forma bastante individual pela perspectiva do corpo docente. No Rio de Janeiro, grande parte das escolas conta apenas com um ou dois professores, devido existência do ensino de Sociologia apenas no último ano do Ensino Médio. Tal fato dificulta ainda a elaboração de um plano de curso mais amplo, com mais opiniões e discussões sobre sua elaboração e desenvolvimento.

Os professores, como afirma François Dubet, tem que lidar com alunos bastante diferentes e por isto os seus saberes são tão importantes (DUBET, 1997 *apud* PERALVA & SPOSITO, 1997). Eles o ajudam a moldar suas aulas de acordo com determinada turma, ou com determinado tipo de aluno.

Nem sempre os alunos estão dispostos a realizar as atividades pertinentes ao seu papel social e por isto acabam reagindo com uma certa resistência ao professor. Eles não trabalham espontaneamente e por isso é preciso que muitas vezes repita-se várias vezes o mesmo assunto, para fixar o conhecimento.

Como Dubet já afirmava, ocupá-los constantemente é uma necessidade para que se consiga dar prosseguimento a aula. Nas escolas públicas do Brasil tal desafio ainda se avoluma (DUBET, 1997 *apud* PERALVA & SPOSITO, 1997). Como destaca Saes e Alves (2004) os alunos da escola pública exteriorizam seus ressentimentos pessoais na instituição escolar e nos seus funcionários de maneira geral.

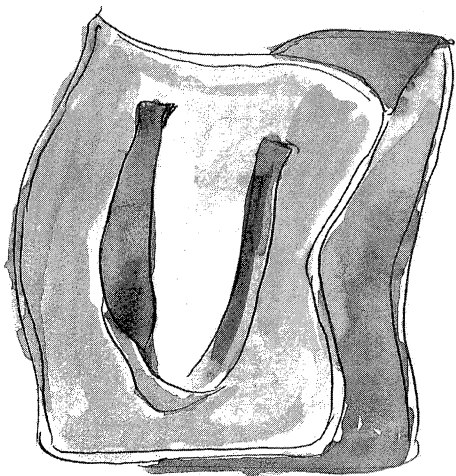
Toda essa realidade complexa faz com que o saber da prática⁴ seja ainda mais presente na sala de aula, pela ausência de definições claras sobre o ensino da Sociologia. O docente, sem dúvida, tem um papel fundamental na construção desse conhecimento.

Tardif, autor das primeiras constata-

² Nos referimos aqui ao período posterior à 1937, na ditadura Vargasista, e em 2001 sobre o veto do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

³ Cabe lembrar que os PCN's foram as primeiras orientações para o ensino de Sociologia, publicados em 1998.

⁴ Estamos nos referindo aqui ao conceito desenvolvido por Tardif et al (1991).



ções de estudos acerca da difusão da pesquisa universitária sobre o ensino escolar, através de método colaborativo entre professores da universidade e da escola, vai refletir criticamente sobre a separação existente entre a universidade – que “produz conhecimento” – e a escola – que “aplica esse conhecimento”.

A base de sua formulação é a compreensão do saber docente como um saber plural, constitutivo da prática docente, onde o professor da escola ocupa posição estratégica, porém, desvalorizada. São eles: os saberes profissionais, os pedagógicos, os da disciplina, os curriculares e, principalmente, os saberes da experiência.

Em relação a esse último saber, diretamente ligado à prática docente, o autor vai ainda inserir o conceito bourdiano de *habitus social* – as disposições adquiridas na e pela prática real – compreendendo esse saber como principal reação à desvalorização da profissão docente, por parte dos próprios docentes.

Essa realidade, no entanto, passa atualmente em nossa experiência nacional por uma nova fase de transformação. Sendo uma disciplina efetiva da grade curricular para todo o Ensino Médio, os desafios colocados para nós, professores e pesquisadores da Sociologia da Educação, são imensos no sentido de produzir conteúdo e refletir sobre a prática docente.

Apesar da existência de trabalhos importantes a respeito da trajetória histórica e do ensino de Sociologia como em Carvalho (2004); os problemas vividos na escola pública brasileira, a sua diversidade e seus conflitos como em Saes e Alves (2004); e a prática pedagógica em Monteiro (2002), consideramos necessário desenvolver um trabalho onde o foco central fosse o aluno.

Procuramos perceber o papel da Sociologia na formação dos estudantes enquanto indivíduos na sociedade, e a relevância desse ensino para alunos do Ensino Médio em duas escolas específicas, consideradas nessa pesquisa.

Investigação

A metodologia utilizada para essa investigação se pautou na aplicação de questionários para os alunos do Ensino Médio na cidade do Rio de Janeiro e na observação participante. A observação se constituiu como etapa fundamental para a elaboração do questionário. Através dela foi possível formular as perguntas que nos dariam respostas mais elucidativas.

Além de ajudar substantivamente na elaboração desse instrumento, a observação participante nos permitiu refletir sobre a prática docente e a relação professor-aluno. A condição de licenciando nos coloca em um papel privilegiado na sala de aula já que nos encontramos no limite entre professor e aluno. Éramos colegas dos estudantes, por sermos também estudantes, e colegas das professoras regentes, por sermos aspirantes a professoras.

Nesse cenário “privilegiado” foi possível refletir bastante sobre esse momento ímpar na formação de um professor: Ana Maria Monteiro (2002) concebe a Prática de Ensino como realizada em três etapas. São elas: observação, co-participação e regência. A autora também destaca que, atualmente, a questão do saber vem se tornando central nos debates e pesquisas educacionais, a partir da ruptura com o modelo educacional pautado em uma racionalidade técnica. Em relação à didática do ensino, a questão fundamental colocada é a respeito do dilema de “como ensinar”. O desafio central é procurar identificar os mecanismos e recursos mais eficientes na sala de aula.

Essa questão para a Prática do Ensino de Sociologia é ainda mais latente. A autora referida vai procurar mostrar que, considerando a escola como ambiente da produção de saberes, a Prática de Ensino – originalmente ligada a concepções ligadas à racionalidade técnica – passa por um processo contínuo de transformações. Nesse contexto o estagiário – que ouve e enxerga coisas que nem os professores nem os alunos conseguem perceber – pode contribuir bastante com essa reflexão.

Este aspecto ocorreu durante todo o ano de 2008 em duas escolas estaduais bastante tradicionais da cidade do Rio de Janeiro: O Colégio Estadual Souza Aguiar – situado no centro da cidade, no bairro da Lapa; e o Colégio Estadual Professor Antonio Prado Jr, situado na Zona Norte do Rio de Janeiro, no bairro da Tijuca. Foram observadas seis turmas, sendo três de cada escola, que totalizavam 174 alunos.

Tais escolas mantêm um convênio com a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Por conta disso, desenvolvemos em ambas o estágio supervisionado para a obtenção do título de professoras de Sociologia.

A aplicação dos questionários considerou a não identificação dos alunos e foi dividida em dois blocos. Privilegamos as perguntas abertas para garantir informações detalhadas sobre a opinião dos discentes.

No primeiro buscamos desenvolver perguntas mais gerais que familiarizassem os entrevistados e pudessem traçar um perfil desses alunos com relação à sua faixa etária, sexo e

cor. Pretendemos também perceber a opinião desses alunos de acordo com sua escola e seu turno. Ainda, tentamos compreender sobre a vida desse indivíduo fora da escola, o que faz no tempo livre, que bairro mora e se trabalha ou não. Perguntamos também sobre a renda per capita da sua família.

Depois de realizadas essas perguntas, entramos no bloco mais importante para a nossa pesquisa: o de perguntas relativas ao ensino em geral e ao ensino de Sociologia.

Através de nossa observação participante anterior à elaboração dos questionários, pudemos retirar algumas impressões gerais. Não temos, no entanto, a ingenuidade de acreditar que apenas com essa pesquisa conseguiremos responder todas as perguntas que surgiram no decorrer desse trabalho. Também achamos que a disciplina como um todo, e principalmente seu ensino em sala de aula, passa por um constante processo de mudança onde o momento atual é emblemático. Dessa forma, a percepção dos alunos, pode servir substancialmente para um melhor aproveitamento do ensino de Sociologia em sala.

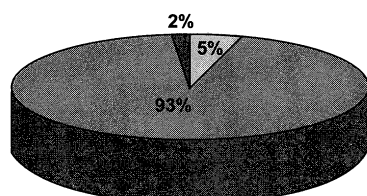
Considerações preliminares da pesquisa:

Estávamos de fato submetidas a um “ritual de passagem” no período de realização do estágio supervisionado. O momento marcava a saída da condição de aluno para a condição de professor. Como já analisado por Ana Maria Monteiro se referindo ao estagiário: “Ele/ela é, ao mesmo tempo, aluno e professor, portanto tem a sensibilidade aguçada para perceber as repercussões da ação educativa com olhos de quem ainda se sente como aluno” (MONTEIRO, 2000).

Encontrávamos-nos no limite entre a autoridade e a permissividade e percebíamos também – de forma muito mais “aguçada” – a necessidade e a possibilidade de produção de conhecimento sobre a educação, e em especial, sobre o ensino de Sociologia pensando também na capacidade do aluno.

Nossos dados preliminares mostram que a grande maioria dos alunos⁵ considera a Sociologia como uma disciplina necessária na grade curricular. Como mostra o gráfico abaixo:

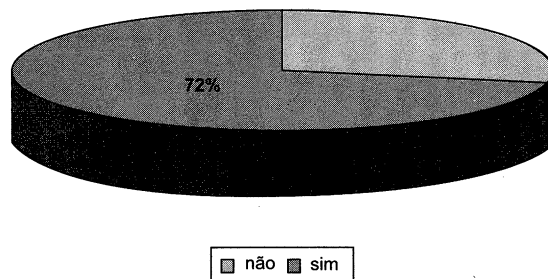
AS AULAS DE SOCIOLOGIA SÃO NECESSÁRIAS?
(EM PERCENTUAL)



■ não ■ sim ■ não respondeu

No entanto, quando perguntamos se existiam disciplinas mais importantes que a Sociologia, percebemos que o seu prestígio não é equiparado ao das outras:

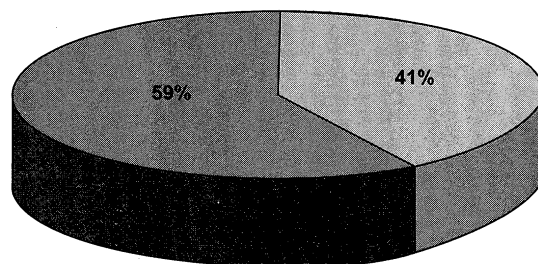
EXISTEM DISCIPLINAS MAIS IMPORTANTES QUE A SOCIOLOGIA? (EM PERCENTUAL)



■ não ■ sim

A justificativa para tal resposta vinha da argumentação de que essa não “caía” no tão temido vestibular. Quando perguntamos se a mesma deveria constar no vestibular, nos surpreendemos com a resposta. Acreditávamos que os alunos não gostariam de ter mais uma disciplina para estudar e que a resposta seria negativa. No entanto 59% dos alunos destacaram que gostariam que ela caísse no vestibular:

A SOCIOLOGIA DEVE FAZER PARTE DAS DISCIPLINAS QUE ESTÃO NO VESTIBULAR?
(EM PERCENTUAL)



■ não ■ sim

A justificativa vinha acompanhada da afirmação de que “deve cair porque é fácil”. Tal fato talvez possa apontar como um ponto positivo para o ensino de Sociologia em ambas as escolas. Mostra que os alunos tem mais facilidade ao estudar Sociologia.

Considerações Finais

Essa pesquisa, que até o presente momento não foi concluída, aponta algumas reflexões sobre a percepção da prática docente e a necessidade de pesquisarmos essa realidade, principalmente em relação ao ensino de Sociologia.

Nossa opção metodológica considerou como foco principal a perspectiva dos alunos nesse contexto de ampliação do contato com a disciplina. Procuramos perceber o que pensam sobre o ensino de Sociologia e sobre a sua presença no vestibular. Tentamos buscar mais elementos

⁵ Vale destacar que a amostra desta pesquisa é de 100 alunos.

que auxiliassem a reflexão sobre o ensino de Sociologia nas escolas e, em especial, nas escolas da rede estadual do Rio de Janeiro, realidade na qual estamos inseridos.

Apesar de vivermos atualmente um período riquíssimo em relação ao ensino de Sociologia muito ainda precisa ser feito. Como já mostrado na história de implementação da Sociologia no Brasil, a intermitência marcou esse século de idas e vindas da disciplina. Não sabemos ainda se o momento atual será diferente.

Alguns atores do saber sociológico como pesquisadores, professores e estudantes de ciências sociais precisam contribuir cada vez mais para a consolidação da disciplina e aprimoramento desse ensino.

Munidos de argumentos científicos e dados empíricos é possível avançar cada vez mais no processo educacional brasileiro que passa atualmente por uma profunda transformação.

Para isso, tais atores precisam se articular e romper as fronteiras simbólicas que os separam. Referimos-nos aqui tanto aos muros entre professores e alunos quanto ao muro que separa a universidade e a escola, o pesquisador/bacharel do professor/licenciado.

Acreditamos ser possível, a partir dessa reflexão que considera pesquisadores, docentes e discentes, trazer novas indagações à prática docente e possíveis respostas sobre como aprimorar e entender mais sobre a Sociologia no ensino médio.

Submetido em março de 2009

Aprovado em outubro de 2009

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. (1998), "A escola conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura", *In: M. A. Nogueira (org.), Escritos de Educação*, Rio de Janeiro, Vozes.
- Decreto Lei nº 4.024, de 20 de Dezembro de 1961. *Diário Oficial da União*, publicado em 27 de Dezembro de 1996.
- Decreto Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, publicado em 23 de Dezembro de 1996.
- Decreto Lei nº 11.684, de 2 de Junho de 2008. *Diário Oficial da União*, publicado em 03/06/2008.
- ESTEBAN, Maria Teresa. (2001), "A avaliação no cotidiano escolar", *In: ESTEBAN, M. T. (org.). Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos*. Rio de Janeiro, DP&A.
- GOULART, Cecília. (2003), "Reinventando diálogos, vínculos, razões e sensibilidades", *In: Teixeira, I. A. & Lopes, J. S. (orgs.). A escola vai ao cinema*. Belo Horizonte, Autêntica.
- MONTEIRO, Ana Maria (2002), "A prática de ensino e a produção de saberes na escola", *In: Candau, V. M. (org.). Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro, DP&A.
- OCN - Orientações Curriculares para o Ensino Médio de 2006.
- PERALVA, Angelina Teixeira & SPOSITO, Pontes Marília. (1997), "Quando o sociólogo que saber o que é ser professor – Entrevista com François Dubet". *Revista Brasileira de Educação*, 5, 6:222-231.
- SAES, Décio e ALVES, Maria Leila (2004), "Problemas vividos pela escola pública: do conflito social aos conflitos funcionais (uma abordagem sociológica)". *Linhas Críticas*, 10, 19:165-182.
- SANTOS, Mário Bispo dos (2004), "A Sociologia no contexto das reformas do Ensino Médio". *In: CARVALHO, L. M. G. (org.). Sociologia e Ensino em Debate — Experiências e discussão de Sociologia no Ensino Médio*. Rio Grande do Sul, Unijui.
- TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude e LAHAYE, Louise (1991), "Os professores face ao saber. Esboço de uma problemática docente". *Teoria & educação*, 4:215-233.

LESSA, Sergio. (2007), Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo. São Paulo, Cortez

Pedro Henrique Santos Queiroz

Graduando em Ciências Sociais / UFPE

Em *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo*, Sergio Lessa defende a tese da permanência dos conceitos marxianos fundamentais de trabalho e classes sociais para a explicação de aspectos importantes da contemporaneidade. É perceptível nessa obra a adesão por parte do autor a uma concepção de ciência que aspira à objetividade na construção do conhecimento sem, no entanto, pretender sua neutralidade. Assim, Lessa busca extrair dos resultados a que chega implicações políticas bastante claras, tais como, para ficarmos apenas no exemplo mais importante, a reafirmação do proletariado enquanto sujeito revolucionário por excelência.

Já no prefácio vemos a explicitação cuidadosa dos pressupostos sobre os quais a obra baseia-se. Lessa busca rejeitar o dogmatismo e o ecletismo, posturas que são entendidas por ele como igualmente empobrecedoras do espírito crítico e características de um período histórico marcado pela perda de vitalidade dos movimentos sociais de esquerda e pela hegemonia ideológica neoliberal. É preciso reconhecer que esta é uma questão mais complexa do que sugere o autor, mas limitaremos aqui a apontá-las como escolhas metodológicas.

A confusão acerca de conceitos básicos da obra de Marx explicaria em parte a debilidade de um grande número de teorias que propuseram a superação do trabalho como categoria fundante do ser social. É para superar essa confusão e embasar suas críticas a essas correntes que Lessa propõe-se a realizar uma leitura imanente da obra de Marx, dando ênfase a *O Capital*. O roteiro do que seria tal leitura imanente no entendimento do autor é exposto em detalhes no prefácio e serve como guia para a apreciação do argumento central do livro.

A definição dos conceitos marxianos a que chega Lessa pode ser, de maneira excessivamente abreviada, expresso dessa forma: trabalho é toda forma de interação orgânica com a natureza para a produção dos meios materiais de existência; trabalho abstrato é o trabalho que serve à valorização do capital – o trabalho abstrato só é trabalho, ou seja, só realiza intercâmbio orgânico com a natureza, se considerado de maneira coletiva; o proletariado é a classe social responsável, dentro do sistema capitalista, pela produção – é aquela classe envolvida diretamente na transformação da natureza.

Seguindo essa linha, o autor, embasando-se em Marx, argumenta que a atribuição do status

de sujeito revolucionário ao proletariado baseia-se em critérios qualitativos, não quantitativos. Em outras palavras, tal status é definido pelo papel que o proletariado desempenha na reprodução da vida social e não por uma eventual qualidade de maioria.

No entanto, por não conceder demasiada atenção em sua análise à questão da não realização desse potencial revolucionário do proletariado, Lessa deixa descoberto um dos principais pontos utilizados para a crítica à tradição marxista. Afinal, a recorrente “recusa” do proletariado em assumir a identidade de sujeito de sua própria revolução tem sido apontada como forte indicativo de uma necessidade de revisão da própria noção de proletariado e de suas possibilidades históricas.

Na primeira parte do livro, Lessa agrupa sob a expressão “adeus ao proletariado”, tomada de empréstimo de um título de livro do filósofo André Gorz, o conjunto de teorias que afirmavam – e afirmam – a obsolescência e a necessidade de reformulação dos conceitos de trabalho e classes sociais diante das transformações estruturais na forma de produção capitalista.

Lessa demonstra aqui grande familiaridade com as discussões acerca da centralidade do trabalho, movimentando-se com desenvoltura entre uma extensa lista de autores. Apenas para mencionarmos um entre muitos importantes embates teóricos trazidos pelo livro, fiquemos com a crítica dirigida a Ricardo Antunes – nome que logo vem à mente quando se fala em sociologia do trabalho no Brasil. Lessa rejeita a noção expandida de classe-que-vive-do-trabalho proposta por Antunes, argumentando que o assalariamento é um critério fraco e de difícil operacionalização para a determinação da classe trabalhadora. Para Lessa a distinção entre as diversas classes sociais tem seu fundamento ontológico na função social que elas desempenham no processo de reprodução da vida social.

O movimento de “adeus ao proletariado” é dividido por Lessa em dois momentos entre os quais se percebe maior distância temporal do que de conteúdo. O primeiro, no qual estão incluídos autores como Mallet, Belleville, Braverman e Gorz, insere-se no contexto do estabelecimento e crise do sistema baseado no binômio taylorismo-fordismo/estado de bem estar social.

Já o segundo adeus ao proletariado será in-

fluenciado pela crise dos anos 70, a débâcle dos estados socialistas e o progressivo abandono do estado de bem estar social em favor do modelo de estado neoliberal, além de pelo ganho em relevância no plano cultural das concepções de mundo pós-modernas. Nesse segundo momento estão incluídos autores como Piore e Sabel e Lojkin. São características desse segundo "adeus" uma menor elaboração e uma menor sofisticação metodológica - há muita repetição e reaproveitamento da produção teórica anterior.

Não é vazio de significado o fato de ter sido necessária uma reiteração das teses de superação do trabalho. Tal necessidade seria indício da vitalidade dos movimentos e lutas característicos do "mundo do trabalho". Dito de maneira mais prosaica: cachorro morto não precisa ser chutado.

É possível, de acordo com Lessa, identificar uma série de traços comuns entre as diversas teses de "adeus ao trabalho". Dentre esses traços, podemos citar: apresentam construções teóricas frágeis, contando com baixa coerência interna; conferem em suas análises prioridade à evolução técnico-científica no desenvolvimento histórico (fetichismo da técnica); realizam uma avaliação equivocada das mudanças estruturais do sistema produtivo. Por essas razões, o conjunto de teses compreendidas nos dois "adeuses" ao proletariado não teria logrado refletir adequadamente a realidade, produzindo de forma sintomática um grande número de previsões que jamais se confirmaram.

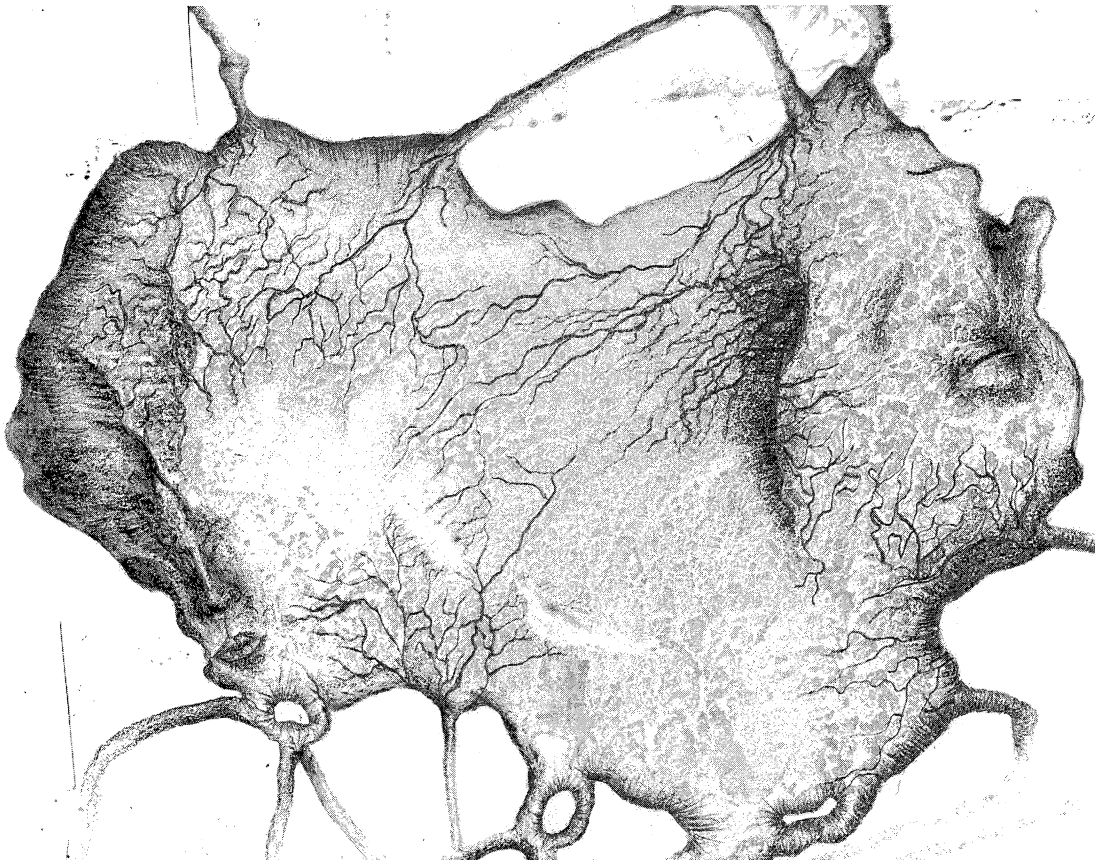
Ao se debruçar sobre as configurações do capitalismo contemporâneo, Lessa identifica que entre o "novo" modelo de produção flexível e o "velho" taylorismo-fordismo há mais pontos de continuidade do que de ruptura. O avanço técnico-científico e o desenvolvimento de novas formas gerenciais não são entendidos como neutros, mas inseridos nos vários processos de reprodução do capital. Dessa forma, o conjunto de teorias que, em sua ânsia por superar a herança marxista, decretaram prematuramente o fim do "mundo do trabalho" em favor das "novas realidades sociais" adquirem ares de irresponsabilidade intelectual.

Em um momento crucial em que a esquerda passa por um processo de reconsideração de seus valores e concepções de mundo, buscando inclusive contemplar grupos e reivindicações antes negligenciados, a obra de Lessa cumpre um papel interessante, qual seja o de afirmar a validade de um clássico como Marx, mostrando como somos devedores de suas contribuições, além de lembrar-nos do quanto o novo debate que está surgindo não pode se despreocupar do tratamento das velhas questões que ainda não foram superadas.

Pelo rigor com que conduz sua análise e a natureza polêmica de suas proposições, *Trabalho e Proletariado* é um livro que vale a pena ser lido por todos aqueles que, concordando ou não com as conclusões do autor, se interessem pelo debate sobre a centralidade do trabalho como categoria explicativa da vida em sociedade.

Submetido em setembro de 2009

Aprovado em novembro de 2009



Entrevista com Fábio Wanderley Reis

Frederico Batista Pereira

Graduado em
Ciências Sociais /
UFMG

Guilherme Alberto Rodrigues

Graduado em
Ciências Sociais /
UFMG

Fábio Wanderley Reis é professor emérito do Departamento de Ciência Política da UFMG. Lecionou durante toda a sua carreira neste departamento, tendo sido um de seus fundadores, em 1966. Sua formação acadêmica também se iniciou na UFMG, onde se graduou no antigo curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas, no qual se formaram importantes cientistas sociais brasileiros durante as décadas de 50 e 60. Posteriormente, cursou pós-graduação em Sociologia na FLACSO (Santiago/Chile) e tornou-se mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard (EUA). Entre os anos de 1980 e 1982, foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

Tem ampla atividade como publicista nas áreas de Sociologia e Ciência Política, trabalhando com temas ligados a desenvolvimento político, autoritarismo e transição; cidadania, estado e mercado; democracia, processo eleitoral brasileiro e questão social; cena mundial e globalização. Entre suas principais obras, estão o livro *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro* (1978, São Paulo, Símbolo), do qual foi organizador e autor, e o livro que se origina de sua tese para obtenção do título de professor titular do Departamento de Ciência Política da UFMG em 1981, intitulado *Política e Racionalidade: Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia Crítica da Política* (2000, Belo Horizonte, Editora da UFMG).

A entrevista que segue, gentilmente concedida pelo Professor Fábio Reis em dezembro de 2009, permite retomar parte de sua trajetória acadêmica - que se confunde com a própria consolidação das Ciências Sociais no Brasil - e algumas das questões centrais de sua importante obra.

Professor, sua formação expressa a própria constituição da ciência política como um campo de estudos no Brasil. Gostaríamos que nos falasse um pouco sobre a sua formação básica nas ciências sociais e como a contrasta e a avalia em relação à atual formação dos cientistas sociais brasileiros.

Temo que essa pergunta me leve a ser meio repetitivo. Já fiz alguns depoimentos recentemente mais ou menos nessa faixa a propósito de coisas diversas. Mas, de toda maneira, acho que o que dá para dizer é que sem dúvida há algumas coisas em relação às quais é possível apontar uma mudança perceptível, ainda que a questão de até que ponto essa mudança corresponde a algo mais difundido ou generalizado seja problemática. Em relação à minha experiência, uma coisa marcante foi, sem a menor dúvida - e acho que isso é relevante para o que acontece atualmente - o contraste entre certa tradição de ensaísmo, com a reflexão solta e no máximo com certo cunho historiográfico, e a ideia de um trabalho mais rigoroso, analiticamente mais ambicioso, mais estruturado, de maior preocupação empírica e metodológica, etc. Esse, sem dúvida, foi um "cavalo de batalha" importante em certo momento, que é um momento posterior a minha temporada na FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), no Chile. Logo depois de formado, fui selecionado para um programa de pós-graduação na FLACSO, junto com outros

colegas do antigo curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. A FLACSO tinha recursos da UNESCO e depois, apesar de ter se tornado relativamente menos importante, chegou a ter sedes também em outros países da América Latina.

Nesse momento a FLACSO era uma coisa mais ou menos incipiente. Nós fomos selecionados para a terceira promoção (1962-63, cada promoção tomava dois anos), com a particularidade de que o grupo de brasileiros selecionados para essa promoção (pelo Professor Lucien Brams, que viajava em 1961 pela América Latina recrutando gente) foi composto inteiramente pelo grupo de graduados da FACE. Todos tínhamos participado do programa de bolsas criado havia pouco na FACE pelo Professor Yvon Leite de Magalhães Pinto, programa que virou um modelo importante, reproduzido pela CAPES até hoje. Éramos um grupo de cinco pessoas (Antônio Octávio Cintra, Simon Schwartzman e sua mulher na época, Suzana Prates, e José Maria de Carvalho, além de eu mesmo), e na FLACSO fomos expostos a algo bem diferente daquilo a que éramos expostos aqui. Aqui a gente tinha marcadamente e quase exclusivamente uma influência francesa. Lembro de apenas um professor, Eugênio Rosi Filho, que seguia algum curso de nível de pós-graduação na Escola Livre de Sociologia de São Paulo e tinha uma perspectiva distinta, mais atenta à sociologia dos Estados Unidos, de que nos trazia alguma informação.

Frederico Pereira e Guilherme Rodrigues são gratos às contribuições de Maria Cristina Aires para a realização da entrevista com o Prof. Fábio Reis.

A experiência no Chile foi bem diferente. Apesar de termos sido recrutados por um professor francês e da presença de vários professores europeus na FLACSO, de modo permanente ou como visitantes por períodos mais curtos, a orientação geral era inequivocamente norte-americana. Tivemos particularmente a influência forte, na área de metodologia, de Johan Galtung, sociólogo norueguês, autor de um livro sobre método sociológico publicado nos Estados Unidos que resultou de curso que nos deu na FLACSO e teve importância nos anos seguintes.

De todo modo, a experiência na FLACSO nos fez voltar como os "jovens turcos", trazendo a novidade e comprando briga com o pessoal de orientações mais tradicionais no país e que eram então dominantes, especialmente com o marxismo paulista do grupo liderado por Fernando Henrique Cardoso, com o qual houve algumas polêmicas que nos pareciam momentosas.

Bem, essa briga foi ganha, em certo sentido, e acho possível dizer que ela hoje está em boa medida superada. As pessoas estão aí aprendendo metodologia, e pelo menos o "tom" geral da disciplina é dado por gente que trata de ser metodologicamente sofisticada. Os melhores estão tratando de se equipar, dominando tecnologias recentes, técnicas de pesquisas, de processamento e análise de dados. E há uma maneira específica em que é possível apontar o avanço: não há mais ninguém a brigar de maneira relevante pela "dialética" como suposto método especial, envolvendo a suposição de uma "lógica dialética" que se pudesse contrapor com boas razões à lógica formal. Está claramente superada, a meu ver, a confusão entre a intuição ontológica envolvida na dialética, ressaltando a ideia da tensão, do movimento, do desenvolvimento, que obviamente é respeitável, e a intuição lógica propriamente, que claramente tem precedência e prevalência sobre a intuição dialética. Você não tem sequer condição de enunciar a intuição básica, heraclitiana, do movimento – não se entra duas vezes no mesmo rio... – se não tiver, para começar, o princípio da identidade, se não tiver a ideia de um rio que é um rio e não outro, de A que é A e não é não-A.

Seja como for, hoje não se trata mais de jovens turcos trazendo a novidade, mas de algo que pode reclamar a condição de ortodoxia no país. E que, para bem ou para mal, corresponde a uma influência inegável dos Estados Unidos. Acredito que sobretudo para o bem, já que não há como ignorar a maciça produção estadunidense nas ciências sociais e especificamente na ciência política é a vanguarda que, seja lá como for, ela representa ou inclui.

A respeito da ciência política em particular, seria preciso mencionar, naturalmente, a importância da criação na UFMG do Departamento de Ciência Política, com o apoio financeiro da Fundação Ford para um programa de pós-graduação na área, que permitiu que vários de nós fizéssemos estudos de doutorado nos EUA. A Fundação Ford deu o mesmo apoio ao IUPERJ, mais ou menos na mesma época (e depois ao Cebrap). Apesar de que o programa do IUPERJ tenha incluído também a sociologia, a ciência política passou a exercer, no país, maior atração junto aos estudantes. Na UFMG isso

ocorreu de modo bem claro, pelo menos durante algum tempo. Mas acho muito importante ressaltar que, no meu entender, não faz sentido pretender falar de uma ciência política à parte da sociologia: uma boa ciência política é fatalmente uma sociologia política.

Dentro dessa "vitória" de uma postura mais analiticamente rigorosa, há hoje certa oposição entre metodologia qualitativa e metodologia quantitativa, que é comumente reproduzida nas Ciências Sociais.

No período "inicial" de que eu falei antes, as coisas eram em certo sentido mais pobres, embora essa contraposição me pareça pobre mesmo tal como se apresenta hoje. Não havia ninguém defendendo propriamente algo que se rotulasse como "metodologia qualitativa" em contraposição a "metodologia quantitativa". Mas havia, sim, a tendência a tratar qualquer coisa que envolvesse quantificação como uma espécie de distúrbio. O que havia era isso: uma tradição de pensamento e reflexão de tipo ensaístico, historiográfico na melhor das hipóteses, com as precariedades que essa tradição envolve, embora não haja como negar que ela também produziu resultados importantes, interessantes e de leitura atraente.

De toda maneira, pessoalmente não acho que seja possível sustentar essa contraposição. Sempre há um desafio conceitual (e, portanto, "qualitativo", se se quiser chamar assim) que é condição indispensável para se trabalhar no nível quantitativo de maneira satisfatória ou adequada. Não basta o ritualismo que, na minha avaliação, tem tendido a se reproduzir – e que tem existido, em grande medida, também nos Estados Unidos. Acho que não faz sentido, em última análise, a separação entre o especialista em teoria e o especialista em metodologia, ainda que a estrutura da atividade acadêmica favoreça, naturalmente, que as pessoas se dediquem mais a uma coisa ou a outra.

Se você quer ter condições de enunciar proposições de alcance teórico num sentido preciso, rigoroso, você naturalmente deve ter um trabalho conceitual adequado. Deve se dispor a uma reflexão conceitual adequadamente sofisticada para poder articular os conceitos no momento proposicional do trabalho, que é aquele que, envolvendo afirmações de conteúdo empírico, se defronta com exigências "metodológicas" em sentido mais estrito, o da lógica da prova.

Por isso, mais que empobrecedora, acho pura e simplesmente equivocada a tentativa de contrapor um lado "quantitativo" e outro "qualitativo". Além de que isso é com muita frequência até mesmo desfrutável ou risível. Lembrei há pouco, no Fórum Brasileiro de Pós-graduação em Ciência Política, a polêmica que tive com Bernardo Sorj durante uma sessão de debate no DCP/UFMG tempos atrás (bem mais recentemente do que os tempos "heróicos" de que falei no começo), onde ele se apresentava como um "qualitativista" e eu, supostamente, era o representante da tradição "quantitativista". Peguei simplesmente um texto dele – ele reclamou, a propósito, de uma espécie de traição, mas naturalmente sem razão: não havia

nada de "confidencial" ou "pessoal" no trabalho, que era afinal um trabalho de ciência social – e sai explicitando as tabelas implícitas, traduzindo para tabulações precisas os enunciados vagos, mostrando como o trabalho estava cheio de uma "pseudo estatística" ("geralmente", "na maior parte dos casos", "com frequência") que não se assumia como estatística. As proposições, para fazer sentido, obviamente envolvem quantidade, mesmo se de maneira latente ou "oculta".

O senhor também tem defendido certo cuidado com o uso de recursos metodológicos. Fernando Limongi, em "Institucionalização Política", de 1999, criticou o quadro interpretativo do desenvolvimento político proposto por Bolívar Lamounier e pelo senhor por uma suposta ausência de elementos teóricos testáveis. Diante de tal crítica, como o senhor se posiciona?

Aquele texto é provavelmente a coisa mais infeliz que o Fernando Limongi já escreveu. Ele certamente já se deu conta disso. O que eu andei escrevendo sobre desenvolvimento político é, claramente, um esforço de reflexão conceitual. Se tomarmos a tipologia de formas de trabalho nas ciências sociais proposta há tempos por Hans Zetterberg, que costumo usar, a reflexão conceitual corresponde ao nível definicional, em contraste com o nível proposicional a que eu me referi há pouco. A reflexão nesse nível é indispensável para que se possa ter um quadro de referência conceitual que permita enquadrar, por exemplo, as pesquisas empíricas sobre o eleitorado, ou fazer sentido mais amplo, mais ambicioso, da dinâmica em que esse eleitorado se insere. Há sim, sem dúvida, nos trabalhos da área das ciências sociais, como em qualquer disciplina, uma dimensão que não é proposicional nem diretamente testável: você não "testa" ou "comprova", propriamente, definições ou conceitos, o "teste" aí tem a ver antes com a fecundidade heurística, com a capacidade da perspectiva conceitual para gerar "boas" hipóteses ou proposições a serem, estas sim, levadas ao teste empírico. O componente inaceitavelmente empirista do texto de Limongi tem a ver com isso. O preço de recusar a reflexão conceitual apropriada é recuar, como faz ele no texto, para a posição tosca de eventualmente reconhecer a existência ou a falta de democracia de acordo com indicadores de algum tipo e não enxergar mais qualquer problema – especialmente os problemas complicados relacionados com a institucionalização e a consolidação de democracias estáveis.

Se, em vez da reflexão conceitual rigorosa e logicamente integrada e da derivação de proposições verificáveis em áreas específicas, o que você tem é uma porção de enunciados esparsos e desconectados, não adianta pretender, quanto à democracia e ao desenvolvimento político, que, diante do que revelam os indicadores selecionados, o problema que importa está resolvido. Ele pode muito bem não estar. É claro que a questão de saber se uma democracia tem potencial de estabilidade ou não é crucial, tanto do ponto de vista teórico-científico quanto do

ponto de vista prático que é decisivo para justificar o trabalho científico. Seria maluquice você pretender se dedicar a fazer ciência política no Brasil, se o resultado disso fosse irrelevante para, por exemplo, a observação e a avaliação do contraste entre o Brasil de 1964 e o Brasil de hoje. As semelhanças e diferenças são ou não de molde a justificar a expectativa de que as condições que levaram à ditadura militar venham a se repetir? Na Europa do século passado, por exemplo, vimos experiências trágicas de autoritarismo, fascismo e nazismo em países que, de alguns pontos de vista, pareciam reunir condições para compartilhar a democracia liberal que já se mostrava enraizada em outros. Temos agora, entre nossos vizinhos da América do Sul, processos democráticos levando a experiências (na Venezuela, na Bolívia, no Equador) que têm sido vistas como contendo riscos autoritários ou como caminhando para autoritarismos. É evidente que aí se acham envolvidas indagações importantes, e renunciar a apreender a lógica geral (e talvez basicamente a mesma) dos processos envolvidos seria uma capitulação indefensável – e falar de "pessimismo" ou "otimismo" a propósito da preocupação com essa lógica é com certeza insuficiente.

No mais, quanto ao texto de Limongi, como assinalei no meu comentário publicado no mesmo volume de 1999, é notável que ele, com todo o zelo empirista, abra mão inteiramente de sequer olhar para os dados abundantes que Lamounier e eu processamos e analisamos nos textos que ele se dispõe a criticar.

A literatura dedicada às mudanças políticas, em especial às transições, foi abundante até pouco tempo atrás, sobretudo aquela que se refere ao tema do desenvolvimento político, que tem grande importância no conjunto de sua obra. Qual o objetivo do senhor ao introduzir essa noção de desenvolvimento político para o seu quadro interpretativo ou para a interpretação do Brasil?

Antes, uma observação sobre a aproximação feita por vocês entre a literatura sobre transições e a literatura sobre desenvolvimento. Essa aproximação não se justifica. O pessoal das transições achava que fazia algo diferente: a palavra *démodée* foi aplicada explicitamente à literatura de desenvolvimento político por parte de gente que trabalhava com as "transições". Evidentemente, no fundo os temas básicos são análogos, e a perspectiva crítica em relação ao desenvolvimento político é expressão das deficiências dos "transitólogos", como os chamou Philippe Schmitter.

Que "transições" são essas? A expressão "transições" remete à mudança de regimes ditatoriais para a democracia. É disso que essa literatura estava falando. Só que o problema básico do acesso à democracia estável era claramente afim às preocupações centrais também da literatura sobre desenvolvimento político, e faltava ao pessoal das "transições" o atrevimento que tinha caracterizado a literatura anterior sobre desenvolvimento político, que não se furtava, por exemplo, a comparar os Estados

Unidos e países africanos e a tratar de apreender, na dinâmica sociopolítica que se deu nos Estados Unidos algo que fosse, eventualmente, relevante para o caso dos países africanos ou de qualquer outro país. Por que não?

A abdicação ao atrevimento teórico ou à disposição de pensar teoricamente é a grande razão de minha implicância com a literatura sobre transições, com a perseguição resfolegante das conjunturas cambiantes que andei apontando nela (diagnóstico da implantação de autoritarismos, depois das aberturas, depois das "transições" à democracia, depois da consolidação da democracia...). Aliás, isso se relaciona até com algumas dificuldades na minha relação pessoal com Guillermo O'Donnell, de quem me tornei amigo e com quem cheguei a colaborar em trabalhos conjuntos. A perspectiva equivocada das "transições" acaba envolvendo, no caso de O'Donnell, uma posição teórico-metodológica que aparece formulada expressamente num texto escrito por ele em colaboração com Philippe Schmitter e publicado em um dos seus livros mais importantes (Transições do Regime Autoritário): a ideia de que só se pode teorizar a respeito da dimensão "estática" da vida sociopolítica; a dimensão dinâmica, a mudança, não seria passível de teorização, o que, naturalmente, é uma bobagem.

Isso pode ser tomado de maneira que leva à questão central. Inequivocamente, há uma motivação prática para o trabalho da ciência política. Não faz sentido pretender fazer uma ciência da política se você não tiver uma preocupação prática, se o trabalho não procurar trazer respostas para os problemas que se defrontam na vida política real. No meu próprio caso, por exemplo, o interesse pela temática do desenvolvimento político se ligou diretamente com o fato de que o Brasil, ao cabo de um período que parecia envolver avanços, estava às voltas com a ditadura militar de 1964 – algo de efeitos aplastantes para toda uma geração de brasileiros, que pesou intensamente sobre 21 anos das nossas vidas. No meu caso pessoal, acho que com muito boas razões, o empenho de pensar teoricamente as causas do autoritarismo político no Brasil levou, em conexão com a ideia do "desenvolvimento político", à preocupação com a própria ideia ou definição de política e com o conteúdo normativo que se liga com ela.

Minha motivação ao pensar teoricamente as razões do autoritarismo, as suas causas, me levou na direção da ideia de desenvolvimento e à ideia normativa que está presente na própria definição da política. Como disse às vezes, não se teria política numa sociedade de escravos onde não existisse ao menos a possibilidade de que eles deixassem de ser escravos, ou a autonomia e a liberdade ao menos como potencialidade. Essa é uma dimensão utópica e normativa a partir da qual você, de certa forma, neutraliza a relevância do poder e pressupõe uma condição de convivência igualitária e harmoniosa. Essa referência normativa traz um componente analítico crucial, que é precisamente aquele que permite refletir de modo proveitoso sobre o aspecto dinâmico, sobre o aspecto do desenvolvimento, em última análise. Se posso imaginar

uma condição como melhor e outra como pior, eu tenho, por um lado, um desafio e, por outro, um instrumento importante na medida em que me permita tratar de agarrar de alguma forma o processo que leva ao pior ou ao melhor. Pensar em termos processuais é indispensável.

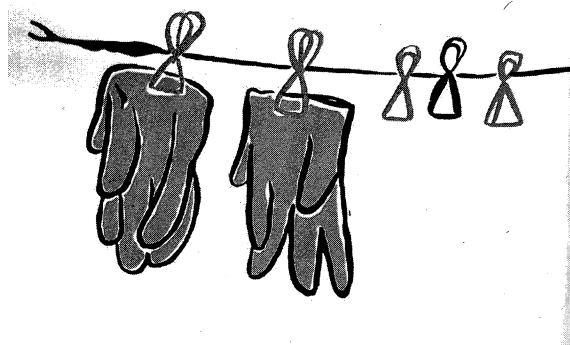
As dificuldades de alguns pensadores importantes que tentaram negar a relevância da dimensão a que me refiro dramatizam a ideia geral. Popper me parece um caso muito claro. Apesar de tentar negar a ideia de desenvolvimento e "linearidade" ("a história não tem sentido"), acaba apelando explicitamente à ideia de um avanço gradual (e milenar), que os gregos teriam inaugurado, rumo à "sociedade aberta". Acredito que não há como escapar disso. A tematização da política em geral só faz sentido se há essa ambição de refletir em termos que envolvem a apreensão tão rigorosa quanto possível da dimensão dinâmica que incorpora o elemento normativo.

E quais as influências e contra quem esse quadro interpretativo se posiciona?

Isso é difícil. Nunca tive muita preocupação com o pedigree das ideias. Provavelmente, em certo sentido fiz uma grande "lambança" em meus textos. Algumas coisas importantes ficaram de meu período de influência francesa, de meu marxismo e de Weber, que é certamente muito importante. Além dessas, também houve influências diretas dos americanos, com a própria noção de desenvolvimento político – apesar de que, com frequência, ela era pensada de modo ingênuo nos Estados Unidos, pois envolvia um patente etnocentrismo anglo-saxônio ou especificamente estadunidense, o que evidentemente não dá para comprar. Na minha leitura, trato de me distanciar disso.

O que talvez dê para acrescentar é apenas a insistência em algo pelo menos subjacente a coisas que já disse antes: a atenção para o desenvolvimento e para a dimensão dinâmica, em geral, envolve o empenho de apreender a lógica de um processo. Além dos equívocos das "transições", isso pode ser contraposto, por exemplo, à fórmula leniniana da "análise concreta de situações concretas" que alguns, com destaque para o Fernando Henrique Cardoso, andaram adotando. A adesão a essa fórmula tem como consequência a atribuição de certo status metodológico especial à chamada "análise de conjuntura". No meu modo de ver, não existe, a rigor, análise de conjuntura nesse sentido especial. Não se faz "análise concreta de situação concreta", fazem-se análises "teóricas", ou teoricamente informadas, de situações concretas. Não será possível analisar a conjuntura se você não tiver como estruturar os eventos, se você não tiver teoria. Evidentemente, a teoria deve ser capaz de dar conta do processo em que ocorrem idas e vindas, aberturas e fechamentos, transições e golpes, e deve, portanto, ser capaz de explicar a instabilidade mesma, a fluidez, e de explicá-la com o mesmo instrumental analítico com que eventualmente explicará a conquista da estabilidade. Lembro de uma reunião de especialistas latino-americanos no Memorial da América Latina

(em 1991, se não me engano), em que um cientista político do Uruguai elaborava longamente sua teoria sobre a estabilidade da democracia uruguaia (a antiga "Suíça americana") recorrendo ao jogo de certo conjunto de variáveis; quando perguntei a ele sobre o golpe de 1973 no país, a resposta veio prontamente, só que com base em outra teoria inteiramente diversa, em que se recorria a um conjunto diferente de variáveis e suas articulações – e lembro de sua cara perplexa quando ponderei que se você tem teorias diferentes para valores diferentes da variável dependente (estabilidade e instabilidade políticas) você na verdade não tem teoria nenhuma, não apreendeu de fato a lógica geral que opera no processo. Naturalmente, um desdobramento importante tem a ver com a sociologia que aponte antes como indispensável: na busca de explicações adequadas para problemas dessa natureza não há como fugir das "grandes questões" e de uma definição suficientemente ampla da própria política, que remeta às relações entre a aparelhagem político-institucional em sentido estreito e o substrato sociológico ou sociopsicológico geral.



E como o trabalho sobre eleições levado a cabo pelo senhor é por um conjunto de autores com quem trabalhou se encaixa nessa sua proposta mais geral de estudo do desenvolvimento político?

Eu diria que a questão é a de que a articulação entre o nível do substrato sociológico e o nível institucional se traduza na democracia, assumida forma democrática. Ora, as eleições são um mecanismo crucial do jogo democrático e tendem, por isso mesmo, a ser o foco das disputas mais importantes do processo de democratização, com as eventuais idas e vindas entre ganhos democráticos e restaurações autoritárias como resultado da operação das assimetrias e dos conflitos estruturais latentes ou efetivos. É natural, assim, tratar de apreender na dinâmica eleitoral o que quer que ela possa revelar desse substrato e de seus movimentos. Se observamos, no Brasil, a dinâmica que leva a 1964 e o que vem depois, é possível apontar um processo que envolve massas em grande parte politicamente alheias e "domesticadas" por mecanismos tradicionais, que aos poucos se deslocam para os centros urbanos e se mobilizam. A lógica desse processo incorpora ingredientes

de personalismo e populismo, com o que tem de negativo, além de promover turbulências que envolvem até décadas de ditadura. De todo modo, ela coloca o desafio de criar instituições capazes de enquadrar o enfrentamento político, em particular um sistema partidário estável com base em identificações partidárias duradouras: será possível contar com a resposta adequada ao desafio com base também nos ingredientes precários envolvidos ou seria necessário reproduzir, de alguma forma, o modelo idealizado de "política ideológica" que predomina amplamente como postulado no debate político no Brasil (e não só no Brasil)? Como essas indagações se relacionam com o tema da racionalidade dos eleitores e de sua capacidade de perseguir interesses próprios, talvez percebidos em conexão com os interesses de categorias mais amplas? Até que ponto e de que maneiras as condições socioeconômicas e intelectuais ou cognitivas produzidas no nível do substrato condicionam o comportamento do eleitor de diferentes categorias, e com isso talvez a intensidade que o conflito distributivo adquire na disputa eleitoral? A sociologia política internacional recente tem voltado a insistir em que a democracia, na medida em que incorpore efetivamente as massas ao processo eleitoral, não pode ser senão distributiva, o que naturalmente tem relevância para todo o velho debate sobre democracia política e democracia social, democracia e revolução ou estabilidade, etc.

É evidente que a atenção para os detalhes do processo eleitoral e para as disposições que manifesta o eleitorado leva a indagações de grande importância quanto à lógica do processo geral. Para tomar só um aspecto específico da dinâmica político-eleitoral recente no Brasil, acho muito reveladora, do ponto de vista desses problemas, a clareza inédita com que agora, em 2006 (e só agora), especialmente no 2º turno do enfrentamento entre Lula e Alckmin, a questão social chegou (e para ficar, tudo indica) à disputa eleitoral da Presidência da República, expressando-se em nítida correlação entre posição socioeconômica e voto em um ou outro candidato – com as projeções regionais dessa correlação.

Agora uma questão de curiosidade. Tendo em vista esses estudos sobre comportamento eleitoral desenvolvidos na década de 60 e 70 pelo senhor, pelo professor Lamounier e outros mais. Nesse período, quando o senhor produziu grande parte de seus estudos sobre eleições e comportamento eleitoral, os recursos técnicos eram bem mais escassos. Como vocês lidavam com essas limitações na condução das pesquisas, particularmente no que se refere ao processamento e análise de dados?

Isso me parece um problema secundário. Em grande medida, não concordo com os supostos da pergunta. Em sentido superficial ela contém algo de verdadeiro: se você tem novas técnicas, você pode, por exemplo, tratar de fazer análise multivariada de uma forma mais econômica, tem-se recursos adicionais que são bem vindos. Mas não há razão para presumir que sem cer-

to conjunto específico de técnicas inventadas mais ou menos recentemente não seria possível coletar e analisar dados de maneira rigorosa – especificamente (para insistir no exemplo, que remete a algo crucial), fazer análise multivariada, a respeito da qual eu mesmo e o grupo da FLACSO de que falei no início pudemos estudar a lógica geral e muitas técnicas sofisticadas há quase 50 anos... Afinal de contas, mesmo então já havia uma longa tradição de pesquisas e análises sofisticadas com dados de surveys e de outro tipo.

Mas isso pode também ser elaborado numa direção mais negativa. O uso mais abundante que temos hoje de recursos estatísticos, às vezes tecnicamente mais sofisticados, tem produzido também com frequência o "ritualismo" que mencionei antes, em que as pessoas se valem mais ou menos mecanicamente daqueles recursos e abdicam de pensar. Vi, algum tempo atrás, o comentário de um especialista de Harvard, metodólogo competente, que lamentava certas consequências do mesmo tipo trazidas pelas facilidades da computação: em vez da reflexão teoricamente sofisticada ou rica, que as maiores dificuldades no processamento dos dados por si mesmas impunham anteriormente, a tendência dos pesquisadores é "cruzar tudo com tudo" e ver que bicho dá. Tenho tido, pessoalmente, a experiência de lidar com o trabalho de tese de estudantes inteligentes e capazes que leem tudo e investem apropriadamente nas técnicas de processamento e análise de dados, mas o que resulta costuma ser teoricamente fragmentário e meio pobre, sem a reflexão pessoal de densidade suficiente que permita juntar e fazer sentido real das muitas observações típicas, talvez interessantes isoladamente, mas de conexão problemática.

Obviamente, você estar ou não equipado de técnicas eficientes faz diferença, é bom ter disponíveis as técnicas, mas isso está longe de assegurar que o trabalho vai ser superior, especialmente se o recurso à técnica tende a prevalecer sobre a reflexão conceitual e teórica, quando se abdica de guiar o recurso à técnica adequadamente pela reflexão. E cabe ligar isso até com importantes movimentos que têm acontecido nos próprios Estados Unidos, como o do chamado "manifesto perestroika", com gente de primeira linha juntando-se em oposição ao amplo predomínio de certo ritualismo quantitativista nas publicações e na academia em geral. Sem falar da reação a algo mais específico que surge como talvez a parte mais propriamente "ritualística" da orientação predominante: o uso injustificado e simplesmente tolo (mas de amplas consequências científicas e práticas negativas), em diferentes disciplinas, dos famosos coeficientes de significação estatística...

No seu livro *Política e Racionalidade*, além de em vários pontos de sua obra, o senhor propõe uma concepção de racionalidade que tenta superar dicotomias radicais entre solidariedade e interesses, entre ação orientada por normas em oposição à ação guiada por interesses. De que maneira os estudos do senhor sobre o eleitorado brasileiro ajudam a de-

linear a sua posição quanto à racionalidade?

Acho que dá para começar pela contra-posição de duas maneiras de se considerar a temática da racionalidade. Uma que toma a categoria simplesmente pelo sentido tautológico, ou que a reduz à tautologia. Ou seja, em qualquer caso de comportamento orientado por fins, você acaba tendo intencionalidade (busca intencional de fins) e, por consequência, racionalidade.

Mas, se a questão é ser eficiente, há, naturalmente, a possibilidade de ser menos ou mais eficiente, adequar de maneira pior ou melhor os meios aos fins. Isso acaba remetendo ao fatal componente cognitivo da ideia de racionalidade, ou seja, ao fato de que o sujeito pode estar menos ou mais adequadamente informado a respeito da situação em que tem de agir e até de si próprio, de sua motivação e dos condicionamentos que ela sofre – e temos aí a possibilidade de falar de graus de racionalidade (e de eficiência da ação) em conexão com os graus de informação.

Num extremo, é possível considerar o caso do louco, que age com base nas ilusões de sua loucura, mas age, se você tem em conta essas ilusões, de maneira passível de ser tratada como racional. É aquele aforismo do Chesterton que gosto de citar: "louco é aquele que perdeu tudo, menos a razão". Perdeu a conexão com o mundo, o senso de realidade, está cercado de fantasias, de ilusões, acha que é Napoleão. Mas, de todo modo, suas ilusões podem permitir fazer sentido do comportamento dele, há uma lógica na loucura, a "razão" se mantém...

Mas, se a gente deixa o extremo do louco, continua a haver gradações, que é importante manter diante dos olhos para evitar confusões importantes. Elster tem uma passagem (não lembro onde agora, suponho que seja em *Ulisses e as Sereias*) em que ele trata o caso de Ulisses – que se sabe fraco e tapa os ouvidos diante do canto das sereias para poder ser fiel a um objetivo situado além delas – como correspondendo a uma racionalidade imperfeita ou a irracionalidade. A posição acaba redundando em que, no limite, só nos casos de onisciência e de pleno domínio da vontade é que você teria racionalidade. O que ignora que o sujeito fraco, que leva em conta a sua fraqueza e age instrumental e eficientemente e consegue, assim, perseguir seus objetivos e eventualmente alcançá-los (talvez mesmo redefinindo os objetivos em razão do que sabe sobre sua fraqueza e sobre as condições gerais em que deverá agir), está sendo perfeitamente racional.

De toda maneira, as gradações quanto ao aspecto cognitivo introduzem algo crucial, que nos vai permitir falar dos graus de racionalidade. Assim, quanto mais adequado o conhecimento que o sujeito tenha do contexto geral da ação, incluído o conhecimento da sua própria motivação e dos condicionantes dela, tanto melhores condições ele terá, obviamente, de agir racionalmente. Do ponto de vista da relação da abordagem da escolha racional com abordagens "convencionais" nas ciências sociais, isso tem a consequência importante de que, assim como o sujeito vai poder ser tanto mais racional em

sua ação quanto mais informado esteja sobre o contexto "objetivo" e "subjetivo" dela, assim também o analista terá melhores condições de avaliar a racionalidade do comportamento do sujeito quanto mais informado ele próprio, analista, esteja sobre aquele contexto – e o que tem de específico a abordagem da escolha racional não provê, por si só, os meios para o conhecimento do contexto, o que torna indispensáveis as disciplinas ou os enfoques "convencionais". Não é à toa que temos visto, em torno de nomes como o de Herbert Gintis (veja-se seu volume recente *The Bounds of Reason*), o florescimento de movimentos que, apontando tanto os recursos quanto os limites do paradigma neoclássico em economia que há muito vem penetrando as outras disciplinas, como a ciência política e a sociologia, procura alcançar uma "ciência unificada do comportamento" que abarcar não só as demais ciências sociais, mas até a biologia evolucionária, e destaca com força a dimensão cognitiva e seu substrato numa "coevolução genética e cultural"...

Se a gente volta dessas alturas ao eleitor, a observação decisiva é simples: é claro que vamos poder encontrar variações cruciais na capacidade que ele apresenta de situar-se racionalmente diante do processo político-eleitoral de acordo com seu grau de informação, ou de sofisticação intelectual geral, o qual vai ele mesmo variar em correspondência antes de tudo com a estratificação social e com condições materiais, educacionais etc.

A importância disso é abundante e reiteradamente mostrada nos dados de nossas pesquisas. Com meia dúzia de perguntas você pode estabelecer um gradiente muito claro de níveis de informação sobre problemas relevantes para temas sobre a política. E pode estabelecer matizes de grande importância na relação disso com, por exemplo, a adesão mais estável a este ou aquele partido, com a decisão de votar neste ou naquele candidato e com a natureza dessa adesão ou decisão em termos de categorias tradicionais, como "ideologia", que há muito têm sido usadas simplisticamente (e confusamente) nessa área. Não tenho dúvida de que assim se torna possível resgatar a lógica do comportamento do eleitor e as variações de interesse que se dão nela. Você pode, para dizer a mesma coisa de maneira provocativa, "estratificar" a racionalidade do eleitor, distinguir "as racionalidades" de tipos diversos do eleitor, sem cair na desclassificação, sem mais, como temos visto por aí, de certos tipos de eleitor (o eleitor popular) em função de suas precariedades ou deficiências intelectuais. O uso, por exemplo, que a Veja andou fazendo do livro do Alberto Almeida, ou o próprio livro do Alberto Almeida, apontar as deficiências reais do eleitor popular é impor-

tante, contra certas idealizações bobocas que ocorrem especialmente em certa "esquerda". Mas xingar-lo sem mais por essas deficiências pode redundar, especialmente em nosso país, em xingar a vítima de processos seculares de elitismo, exclusão e desigualdade.

Uma questão final: como o senhor avalia, ao longo dessas últimas décadas, os avanços e as carências da Ciência Política, especialmente no Brasil?

Creio que há claramente um avanço num sentido de que falamos antes: o fato de que as pessoas estão se dispondo a se equipar metodologicamente, a penetração da ideia de uma disciplina analiticamente ambiciosa, com certa orientação empírica, etc. Por outro lado, subsiste a questão do grau ou intensidade com que essa penetração terá ocorrido efetivamente. Ainda esses dias, por ter escrito um artigo de jornal a respeito de política externa no Brasil, recebi um e-mail de um amigo, autor de um livro sobre política externa, lançado há alguns meses, perguntando o que eu tinha a dizer a respeito do seu livro. Fui pegar o livro para dar uma espiada e fiquei espantado com a pobreza analítica. Acho que isso é característico de muito do que se faz na área de política externa em geral ou na área de relações internacionais. O que você tem é, via de regra, uma leitura inteligente (às vezes mais, às vezes menos) dos jornais.

E isso também se dá em outras áreas, naturalmente. É indiscutível que há muito trabalho ruim ou mesmo indigente, ao lado de coisas de qualidade. Mas há coisas de qualidade e avanços reais.

Por exemplo, Fernando Limongi, apesar da polêmica entre nós que vocês lembraram, foi uma excelente aquisição da USP. Ótimo que esteja lá o Fernando Limongi. É mais ou menos conhecida a história da participação que tive, junto com Olavo Brasil, numa avaliação para a CAPES da pós-graduação em ciência política da USP alguns anos atrás. O fato é que o programa, apesar de se tratar da universidade mais importante do país, era claramente deficiente e muito problemático. Mesmo isso sendo apontado com jeito (do ponto de vista da nota, por exemplo, nossa avaliação resultou em que um A+ se transformava em A...), houve uma esquisita movimentação junto à CAPES, tratando de cancelar nosso relatório e substituí-lo por outro.

Agora, em vez disso, não só temos o fato relevante de uma USP melhor na área, com a ajuda importante de Limongi, mas um quadro geral em que vários outros grupos ou instituições pelo país afora vão ganhando qualidade e visibilidade. Haveremos de melhorar mais.

Nominata

Agradecemos àqueles que atuaram como pareceristas no presente volume (edições 6.1 e 6.2), por sua criteriosa dedicação na avaliação dos artigos:

Aina Guimarães (UnB)
Ana Claudia Ayres Patitucci (PUC-SP)
Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (USP)
Andrea Silveira (UFMG)
Augusto de Oliveira (IUPERJ)
Carlos Ranulfo (UFMG)
Carolina Torres Alves (UFF)
Clério Plein (UNIOESTE)
Clarissa Eckert Baeta Neves (UFRGS)
Daniele Pechuti Kowalewski (USP)
Daniel Perticarrari (UFSCAR)
Emanuel Pacheco de Souza (UFMA)
Eduardo Peterle Nascimento (USP)
Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello (UFSM)
Ewelter de Siqueira e Rocha (UECE)
Gabriel Pugliese Cardoso (FESPSP)
Gilmar Rocha (UFF)
Hustana Maria Vargas (UFF)
Helcimara de Souza Telles (UFMG)
Jussara Reis Prá (UFRGS)
Karina Kuschnir (UFRJ)
Lavina Madeira Ribeiro (UnB)
Laura Cecília López (UFRGS)
Leila de Menezes Stein (UNESP)
Letícia de Faria Ferreira (UFRRJ)
Lisiane Koller Lecznieski (UFSC)
Luciana de Oliveira Chianca (UFRN)
Luis Gustavo Mello Grohmann (UFRGS)
Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (UFPB)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Marlúcia Valéria da Silva (UFPI)
Marina Vanzolini Figueiredo (UFRJ)
Mariza Martins Furquim Werneck (PUC-SP)
Nicole Isabel dos Reis (UFRGS)
Osvaldo Batista Acioly Maciel (UEA)
Paulo Roberto Maia Figueiredo (UFRJ)
Rafael Antunes Almeida (UFMG)
Rizoneide Amorim (IMS)
Ricardo Ferreira Ribeiro (PUC-MG)
Sávio Cavalcante (UNICAMP)
Sergio de Sousa Montalvão (FGV)
Thais Alves Marinho (UnB)
Vinícius Fernandes da Silva (UFRJ)

Lembramos também nosso permanente débito com o Centro Acadêmico de Ciências Sociais e a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, nossos mantenedores.

Informações e Instruções para Colaboradores

A COMISSÃO EDITORIAL E A SELEÇÃO DOS ARTIGOS

O processo de seleção dos artigos que serão publicados estará submetido a uma prévia avaliação da Comissão editorial, obedecendo a princípios seletivos pré-estabelecidos pela coordenação expostos no seguinte endereço: www.fafich.ufmg.br/~revistatrespontos.

A comissão será formada por doze (12) integrantes, sendo seis (6) alunos, selecionados pelo próprio conselho atualmente formado e aprovados pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais e pelos Departamento de Sociologia e Antropologia e Departamento de Ciência Política, e seis (6) professores correspondentes às três áreas afins ao curso de Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), indicados pelos respectivos departamentos pelos critérios por eles estabelecidos.

Dentro das atribuições da Comissão Editorial, destaca-se:

- Reunir-se periodicamente, como convocação prévia de todos os membros;
- Promover a publicidade da revista em livrarias, faculdades de ciências humanas e sociais, bem como no próprio ambiente acadêmico;
- Zelar pelo caráter acadêmico-científico do periódico;
- Definir o corpo de pareceristas adequado às demandas dos colaboradores.

Os critérios de seleção dos artigos pela Comissão Permanente serão os seguintes:

- Originalidade do trabalho;
- Cientificidade do artigo;
- Articulação das idéias e qualidade da escrita;
- Adequação às normas da Revista;
- Relevância da publicação.

Normas aos colaboradores da REVISTA TRÊS [...] PONTOS:

1. ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES GERAIS:

A *Revista Três [...] Pontos* recomenda aos seus colaboradores que enviem seus trabalhos (artigos, ensaios bibliográficos ou resenhas) condizentes com as seguintes normas:

1.1. O recebimento de trabalhos será feito unicamente via e-mail.

S Contato: revistatrespontos@fafich.ufmg.br

1.2. O autor deve inserir no campo "assunto" do e-mail as palavras "Submissão de artigo".

1.3. Os artigos apresentados devem conter no mínimo 3 mil palavras e no máximo 6 mil.

1.4. As Resenhas não devem ultrapassar 3 mil palavras.

1.5. Os livros resenhados deverão: (1) ter lançamento recente ou (2) serem pouco conhecidos pelo público, mas ainda assim relevantes (P.Ex.: Obras Raras tornadas públicas recentemente). Em poucas palavras, *recomendamos originalidade na escolha dos livros a serem resenhados*.

1.6. Para que o corpo de pareceristas não tenha acesso à identidade do(s) autor(es), a Comissão Editorial fará uma cópia do artigo sem quaisquer dados sobre o autor (nome, instituição, professor orientador, agradecimentos), e tal cópia será enviada para os pareceristas de modo a garantir o anonimato do autor.

Normas e orientação para formatação de artigos

1. Formatação do documento: os trabalhos devem ser apresentados de modo legível. A formatação do artigo deve ser feita da seguinte maneira:

- 1.1. **Entre linhas:** um e meio (1,5).
- 1.2. **Margens** (todas): 2,5 cm.
- 1.3. **Alinhamento:** justificado.
- 1.4. **Fonte:** Times New Roman, tamanho 12.
- 1.5. **Grifos:**

1.5.1. **Aspas** (" "): apenas para metáforas, transcrições e citações.

1.5.2. **Negrito:** somente para títulos de capítulos, tópicos, tabelas e gráficos.

1.5.3. **Sublinhado:** jamais é utilizado.

1.5.4. **Itálico:** palavras estrangeiras, títulos de livros, jornais, artigos, teses etc., quando aparecerem no corpo do texto. Apenas muito excepcionalmente o itálico deve ser usado para ressaltar palavras e expressões — sugerimos, no entanto, que esse artifício seja evitado.

2. Estrutura do artigo: o artigo deve apresentar dois resumos, um em português e outro em inglês, também se aplicando tal norma às palavras-chave.

2.1. **O artigo ainda deve conter as seguintes informações:** o(s) nome(s) completo(s) do(s) autor(es), qual(is) período(s) está(ão) cursando, o nome da universidade. Caso pertençam a alguma linha ou projeto de pesquisa, os autores devem explicitá-los juntamente com o nome de seus professores orientadores — em caso de alunos de outra universidade, o número de registro na universidade e, caso seja(m) bolsista(s) de iniciação científica, a(s) instituição(ões) ao qual(ais) está(ão) vinculado(s) e a(s) área(s) de pesquisa. Além disso, deve(m) indicar e-mail para contato. O(s) colaborador(es) deve(m) especificar caso deseje(m) que o e-mail conste no trabalho.

2.2. **Os resumos** devem ser redigidos pelo próprio autor do trabalho. O resumo deve ser a síntese dos pontos relevantes do texto, em linguagem clara, concisa e direta, e deve conter cerca de **5 linhas**. No caso dos resumos em inglês, a Comissão Editorial está autorizada a realizar modificações, caso considere conveniente, especialmente quando os resumos não estiverem devidamente elaborados de acordo com critérios gramaticais e semânticos da língua.

2.3. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não devam ser incluídas no texto para não interromper a sequência lógica da leitura. Essas notas devem ser reduzidas ao mínimo, devem estar dispostas em ordem numérica ao longo do texto (recomenda-se que se utilize o sistema automático de inserção de notas de rodapé dos programas de texto, como o Microsoft Word).

2.4. **Figuras:** são desenhos, gráficos, fotografias, fotomicrografias, etc., com os respectivos títulos precedidos da palavra FIGURA e do número de ordem em algarismo arábico. No texto devem ser indicados pela abreviatura Fig., acompanhada do número de ordem.

2.5. **Quadros:** denomina-se quadro a apresentação de dados de forma organizada, para cuja compreensão não seria necessária qualquer elaboração matemático-estatística. A identificação se fará com o nome do elemento QUADRO, seguido do número de ordem em algarismo romano.

2.6. **Tabelas:** Na apresentação de uma tabela devem ser levados em consideração os seguintes critérios: toda tabela deve ter significado próprio, dispensando consultas ao texto; a tabela deve ser colocada em posição vertical, para facilitar a leitura dos dados. No caso em que isso seja impossível, deve ser colocada em posição horizontal, com o título voltado para a margem esquerda da folha. Se a tabela ou quadro não couber em uma página, deve ser continuado na página seguinte. Neste caso, o final não será delimitado por traço horizontal na parte inferior e o cabeçalho será repetido na página seguinte. Não devem ser apresentadas tabelas nas quais a maior parte dos casos indiquem inexistência do fenômeno. É recomendável que o autor sempre inclua a fonte dos dados utilizados na tabela, geralmente abaixo da mesma.

Orientações técnicas: Citações e referências bibliográficas

1. Citação de autores no texto:

1.1. Um autor: No caso em que o nome do autor vem entre parênteses, este deve estar em letra maiúscula, seguido de vírgula, e o ano da publicação:

Exemplo: (FIALHO, 2004).

1.2. No caso da indicação do autor estar fora dos parênteses, o nome do autor não deve estar em letras maiúsculas, como no exemplo:

Exemplo: "Fialho (2004) afirma ..."

1.2. No caso da existência de dois autores para a mesma publicação, a formatação segue o mesmo padrão mostrado acima, mas deve haver o acréscimo da letra "&", no caso da menção feita entre parênteses:

Exemplos: "Nunes e Silame (2006) defendem..." ou "(NUNES & SILAME, 2006)";

1.3. Três ou mais autores: até três autores, todos devem ser referenciados.

Exemplo: "Martins, Jorge e Marinho (1972)" ou "(MARTINS, JORGE e MARINHO, 1972)";

1.4. Mais de três autores: devem ser mencionados os três primeiros autores, seguidos da expressão "*et al.*" em itálico, acrescida da data e da página, conforme já mostrado:

Exemplo: "JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.* (1965)" ou "(JARDIM, SUZANO, JAMIL *et al.*, 1965)";

1.5. Citação de trabalhos de diferentes autores: todos eles são mencionados, obedecendo-se a ordem alfabética ou cronológica:

Exemplos: "Atanasiu (1967), King (1965), Lirons (1955), Thomas (1973)"; ou "(ATANASIU, 1967, KING, 1965, LIRONS, 1955, THOMAS, 1973)";

1.6. Citações de diversos documentos de mesmos autores publicados em um mesmo ano: são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas do alfabeto após a data, e sem espaçamento.

Exemplo: "Carraro (1973a)", "Carraro (1973b)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965a)", "(VOLKMAN & GOWANS, 1965b)";

1.7. Coincidência de autores com o mesmo sobrenome e data: acrescentar as iniciais de seus prenomes:

Exemplo: "Barbosa, N. (1958)"; "(BARBOSA, R., 1958)";

1.8. Citação de citação: identificar a obra diretamente consultada. A expressão latina *apud* significa citado por, conforme, segundo.

Exemplos: "Silva *apud* Pessoa (1980) diz:" ou "(SILVA *apud* PESSOA, 1980)";

1.9. Citação onde conste a numeração das páginas utilizadas: acrescentar uma vírgula após o ano da publicação, seguindo de "p.", espaçamento e o número da página. No caso em que a citação ocupa duas páginas na publicação original, então utiliza-se o hífen entre os números das páginas

Exemplos: "(BARBOSA, 2006, p. 45)" ou "(BARBOSA, 2006, p. 46-47)";

2. Transcrição textual de parte da obra:

2.1. Citação: é a menção no texto de uma informação colhida de outra fonte. Pode ser direta, indireta e citação de citação.

2.1.1. Citação direta: é a cópia exata ou transcrição literal de outro texto (leis, decretos, regulamentos, fórmulas científicas, palavras ou trechos de outro autor). O tamanho de uma citação determina sua localização no texto da seguinte forma:

2.1.1.1. Até 3 linhas: deve ser contida entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação.

Exemplo: De acordo com Faria (2003, p. 32), "A essa determinação, Pêcheux denomina de 'formação ideológica'[...]"

2.1.1.2. Mais de 3 linhas: deve ser destacada com um recuo da margem esquerda (4 cm), com letra aspas e em itálico.

Exemplo:

De acordo com BORGES (2003, p. 45),

"Pelos dados do IBPT, os contribuintes brasileiros pagaram aos governos federal, estaduais e municipais a soma de R\$ 546,97 bilhões no ano passado (R\$ 482,36 bilhões em 2002). Esse valor indica que a carga sobre o PIB cresceu 0,23 ponto percentual em 2003 em relação a 2002. Com base nesse aumento, a carga tributária do ano passado será de 36,68% do PIB -estava em 36,45% em 2002".

2.2. Supressões, acréscimos e comentários: utilizar colchetes []

Exemplo: "Esta [a cultura humana] só desenvolveu-se porque o homem tem a faculdade lingüística por excelência. Isto é, o homem necessita de significados para viver [...]"

2.3. **Ênfase em trechos da citação:** indicar com a expressão "grifo nosso" ou "grifo do autor" entre parênteses, após a chamada da citação.2.4. **Notas de rodapé:** as notas de rodapé destinam-se a prestar esclarecimentos ou tecer considerações que não são incluídas no texto para não interromper a seqüência lógica da leitura. Sugerimos que tais notas sejam pouco utilizadas.2.5. **Referências bibliográficas:** para a elaboração das referências bibliográficas solicitamos que seja seguida uma padronização própria da *Revista Três [...] Pontos*. As regras gerais são as seguintes:

2.5.1. **Livro:** sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em itálico /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ número da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. (Obs: No caso de 2 autores, separa-los com "&". No caso de três ou mais autores, separa-los com ponto e vírgula ";").

Exemplo: SACHS, Ignacy. (1986), *Ecodesenvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2ª edição, São Paulo, Vértice.

2.5.2. **Artigo:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas" /PONTO/ nome do periódico em itálico /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas.

Exemplo: REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismos". *Dados*, 25, 3:275-96.

2.5.3. **Coletânea:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ in (em itálico) / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es) /VÍRGULA/ título da coletânea em itálico /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO.

Exemplo: ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O.B. Lima & S.H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, IUPERJ/Vértice.

2.5.4. **Teses acadêmicas:** sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em itálico /PONTO/ grau acadêmico a qual se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO.

Exemplo: SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de Mestrado, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

2.5.5. **Sites:** NOME DO SITE /PONTO/ <endereço eletrônico> /PONTO/ Data de acesso /PONTO.

Exemplo: CÂMARA DOS DEPUTADOS. <www.camara.gov.br>. Acessado entre 20/03 e 15/07 de 2006.

OBS: Pedimos que atentem para o fato de que só devem utilizar nas Referências Bibliográficas as obras citadas no corpo do texto.

IMPORTANTE: Todas as normas não mencionadas neste regulamento deverão seguir o padrão ABNT.